



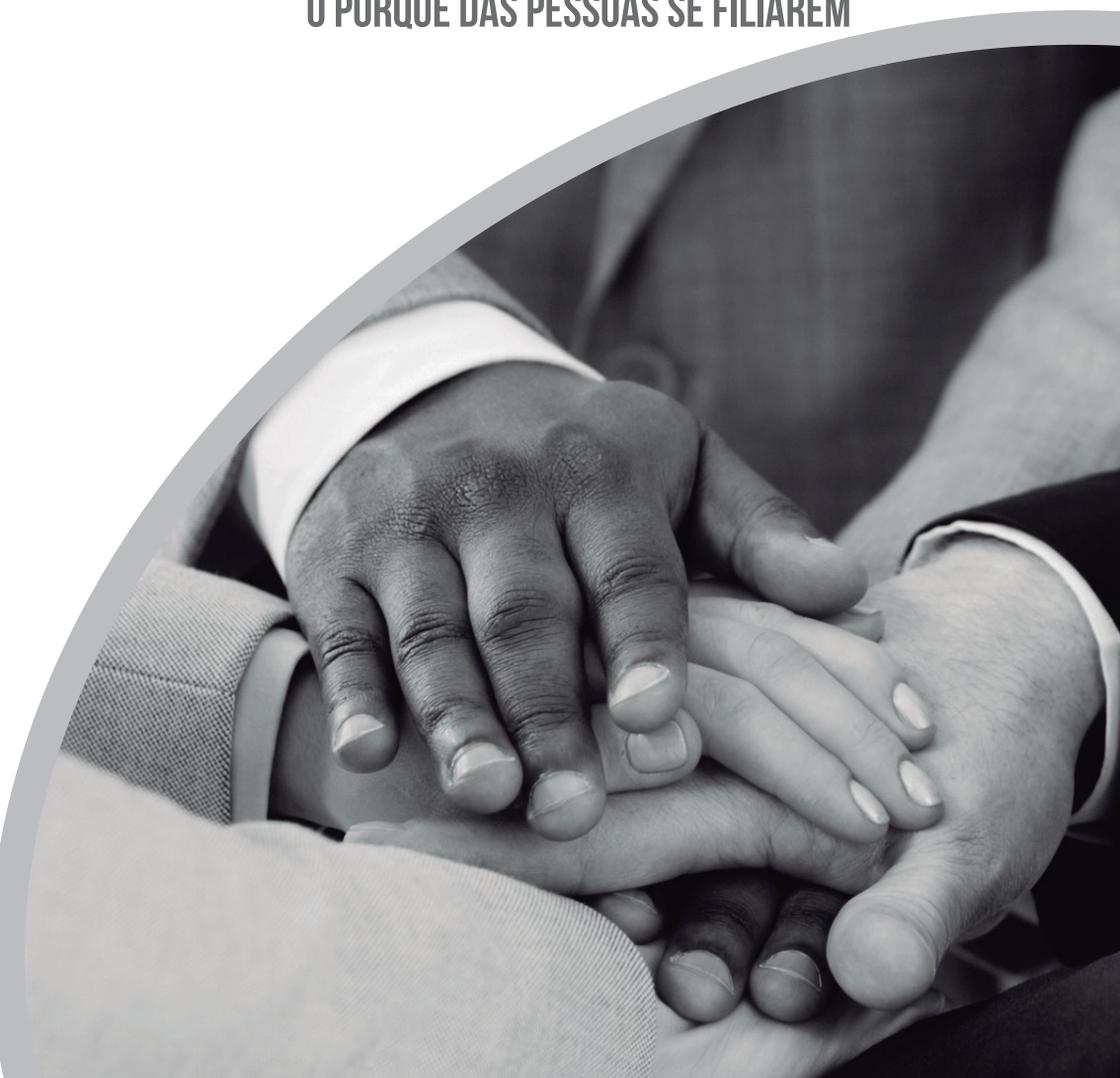
RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS

PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES:

O PORQUÊ DAS PESSOAS SE FILIAREM



**PARTICIPAÇÃO
EM COOPERATIVAS
E ASSOCIAÇÕES:
O PORQUÊ DAS PESSOAS SE FILIAREM**





Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
WALTER PINHEIRO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA
EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETORA DA EDITUS
RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

Andréa de Azevedo Morégula

André Luiz Rosa Ribeiro

Adriana dos Santos Reis Lemos

Dorival de Freitas

Evandro Sena Freire

Francisco Mendes Costa

José Montival Alencar Junior

Lurdes Bertol Rocha

Maria Laura de Oliveira Gomes

Marileide dos Santos de Oliveira

Raimunda Alves Moreira de Assis

Roseanne Montargil Rocha

Silvia Maria Santos Carvalho

Raimundo Bonfim dos Santos

PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES: O PORQUÊ DAS PESSOAS SE FILIAREM



Ilhéus-BA



Editora da UESB

2016

Copyright ©2016 by
RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Deise Francis Krause

REVISÃO
Genebaldo Pinto Ribeiro
Sylvia Maria Campos Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237

Santos, Raimundo Bonfim dos.

Participação em cooperativas e associações : o porquê das
pessoas se filiarem / Raimundo Bonfim dos Santos. - Ilhéus,
BA : Editus, 2016.

185 p.

Inclui referências.

ISBN: 978-85-7455-429-7

1. Cooperativismo. 2. Associativismo. I. Título.

CDD 334

EDITUS - EDITORA DA UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



AGRADECIMENTOS

Este livro reúne de maneira insofismável mais uma das inúmeras conquistas pontilhadas de meu viver como cidadão, professor, extensionista, pesquisador e devotado amante do saber e da cultura.

Externo meus profundos agradecimentos a muitos dos meus pares, amigos e colaboradores que não mediram esforços e decididamente contribuíram de forma direta e indireta nesta minha realização acadêmica, ao tempo em que exalto Deus Pai todo Poderoso pelas inspirações emanadas do alto, permitindo superar dificuldades que foram notadas no transcórreer deste trabalho elaborado posto agora em publicação.

Ao professor Gaudêncio Frigotto, cientista social, comprometido e engajado na luta em favor da construção de um mundo fraterno, meu orientador no curso de pós-doutoramento em Políticas Públicas e Formação Humana, manifesto sentimentos de gratidão pela condução competente, apoio, compreensão e solidariedade.

À Professora Alda Pêpe, pelas valiosas contribuições: primeiro, por me ter despertado a importância da participação no associativismo, ainda na fase do doutorado; segundo, pelas sugestões realizadas, por ocasião da banca de promoção de carreira; terceiro, pelos estímulos

para conclusão da pesquisa e publicação do trabalho.

Aos discentes e docentes do pós-doutorado, Grupo These, em especial os professores: Maria Ciavatta, Zuleide S. Oliveira, Gaudêncio Frigotto, Eveline B. Algebaile, Marise N. Ramos, Júlio César F. Lima, os meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas e professores do curso de economia da UESC, pelo apoio e solidariedade permanente, propiciando-me condições de fazer o pós doutoramento e realizar a pesquisa que resultou neste livro.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Extensão da UESC, pelo apoio, compreensão e ambiência, os quais contribuíram para realização deste trabalho.

Aos professores Jaênes M. Alves, Salvador Dal Pozzo Trevizan, Luiz Gonzaga Mendes e Ana Maria Ferreira Menezes, pelas relevantes sugestões encaminhadas, contribuindo para o aperfeiçoamento e melhoria deste trabalho, como também pelas recomendações preciosas, sempre importantes.

Aos colegas Lino A. V. Cintra e J. Wanderley Oliveira, pelas contribuições prestadas, através de leituras, críticas e revisões efetuadas com esmero e muita dedicação.

Aos colegas e companheiros Niraldo A. Silva, Edmar Sodré, Suzy F. Oliveira, Cintya S. Nobre, que muito me estimularam na realização deste trabalho.

Ao ex-reitor Antônio Joaquim Bastos da Silva pelas contribuições sensatas e oportunas.

A reitora Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro, pela compreensão e apoio.

A minha gratidão sentida às instituições: 1) à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, a qual te-

nho a honra de integrar o quadro de professores, por ter liberado e assegurado minha participação no curso de pós doutoramento; 2) à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, pela acolhida e ambiência agradável, oportunizando condições para realização do curso e construção do trabalho; 3) ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por ter possibilitado condições através do projeto PAI-SB, protocolo 420449-2013/2, propiciando meios para constatações empíricas sobre a temática participação, no âmbito do associativismo e economia solidária.

Aos estagiários: Andressa A. S. Corrêa, Cleiton A. P. São João, Tiago C. S. Guimarães, Vinícius A. M. Costa e Walter Rodrigo n. Santos, os quais me ajudaram no levantamento de dados, participando do trabalho de campo e digitações, além de sugestões, contribuindo significativamente na produção deste trabalho.

Enfim, formalizo nesta oportunidade do meu existir o muito obrigado a todos sem exceção.



DEDICATÓRIA

Dedico esta obra a minha abenegada esposa Anaitá Bomfim, aos meus filhos: Karla, Orestes e Saulo; e aos meus irmãos: Eduardo, Juscelino, Jorge, Vítório e Herlito, por tudo o que eles representam.

Dedico, também, a todos os companheiros militantes do cooperativismo, da economia solidária, e dos movimentos sociais centrados no associativismo, dentre eles destaque: Fernando Rios Nascimento, Carlos Alberto F. dos Santos (Garotinho), Aldenes Meira e Marcos Andrade, na certeza que o mundo, no futuro, será pautado por relações de cooperação, fraternidade e justiça.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
--------------------	----

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONCEITOS, CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS	19
---	----

A importância do Cooperativismo e do Associativismo	21
---	----

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA VONTADE

COLETIVA	35
----------------	----

1.1 Aspectos Metodológicos.....	35
---------------------------------	----

1.1.1 As abordagens teóricas que explicam o processo de formação da vontade coletiva	37
---	----

1.1.1.1 A abordagem economicista de Mancur Olson sobre ação coletiva.....	38
--	----

1.1.1.2 A abordagem sociológica neoinstitucional de Mary Douglas	50
---	----

1.1.1.3 A abordagem filosófica marxista de Antonio Gramsci..	63
--	----

1.1.2 Limitações e críticas às abordagens	74
---	----

1.1.2.1 Limitações e críticas à abordagem de Mancur Olson...	75
--	----

1.1.2.2 Limitações e críticas à abordagem de Mary Douglas	77
---	----

1.1.2.3 Limitações e críticas à abordagem de Antonio Gramsci.....	81
--	----

1.1.3 O que leva as pessoas a se filiarem às atividades coletivas	82
---	----

1.1.3.1 O que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva na visão de Mancur Olson	82
---	----

1.1.3.2 O que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva na visão de Mary Douglas.....	85
--	----

1.1.3.3 O que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva na visão de Antonio Gramsci.....	89
---	----

INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	93
2.1 A Participação e seus reflexos na ação coletiva.....	94
2.1.1 A Participação na ótica dos teóricos da democracia....	95
2.1.2 A Participação com enfoque na política social.....	101
2.1.3 A Participação com base nas ideias dos militantes do cooperativismo	108
2.2 Indicadores de Participação	115
2.2.1 Indicadores de Participação que emergiram das discussões teóricas	116
2.2.2 Indicadores de participação resultantes de constatações empíricas	122
PESQUISAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	129
3.1 A Participação em Cooperativas e Associações de Produtores Rurais.....	129
3.2 A Participação em Cooperativa Escola – Educação	141
3.3 A Participação em Associações e Cooperativas Incubadas – Economia Solidária.....	144
3.4 A Participação em Cooperativa de Crédito no Brasil... ..	148
4.1 Respondendo o porquê das pessoas se filiarem às cooperativas e associações.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
4.2 Revelando os Indicadores de Participação em Cooperativa e Associação	163
4.3 Resultados de pesquisas sobre a Participação	172
4.4 Constatações Conclusivas	176
REFERÊNCIAS.....	185

APRESENTAÇÃO

O livro do prof. Dr. Raimundo Bonfim dos Santos - **A Participação em Cooperativas e Associações** - tem a marca do pesquisador e professor que Florestan Fernandes definia como intelectual militante. Trata-se do professor e do pesquisador, cujas questões não emergem de sua cabeça, mas de sua vivência e experiência e dos embates e necessidades da vida real, junto àqueles com quem se identifica e com os quais e pelos quais luta.

No balanço, sobre sua geração, Florestan se perguntou sobre o que queriam, onde erraram, por que erraram e como aprender com o erro.

Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida. (...) A causa principal consiste em ficar rente à maioria e às suas necessidades econômicas, culturais e políticas: pôr o povo no centro da história, como mola mestra da Nação. O que devemos fazer não é lutar

pelo Povo. As nossas tarefas são de outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro para que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma nova ordem social democrática e um estado fundado na dominação efetiva da maioria¹.

O livro do professor Bonfim, que resulta de uma pesquisa, cujos eixos norteadores foram de *como as abordagens teóricas explicam a participação e o que leva as pessoas a se filiarem e participarem de ação coletiva, chega num momento de nossa história onde a **minoría prepotente** busca efetivar mais um golpe para impedir que se avance, minimamente, na ordem social democrática.*

Golpe que tem, como matriz de pensamento e de ação política, a herança do processo de colonização e de escravidão que forjou uma classe dominante violenta, cínica, racista e afeita à cópia das ideias e teorias de seus colonizadores. Uma classe que, historicamente, sempre foi antinacional, anti povo, se associou de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital, conformando uma sociedade de capitalismo dependente. Vale dizer, uma sociedade que concentra a propriedade, a riqueza e a renda na mão de minorias ao mesmo tempo em que produz a miséria.

A organização da classe trabalhadora em associações, cooperativas, sindicatos e partidos tem sido, ao longo da história de suas lutas, uma estratégia de sobrevivência econômica e, ao mesmo tempo, de formação política. Um germe de combate ao individualismo e a exploração de uns sobre os outros, fundamento da ética capitalista.

¹ FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 245-6

As formas de cooperativismo e as concepções teóricas e políticas que as orientam e as explicam, materializam-se na vida prática de maneira diversa e, não raro, contraditória. Assim, há cooperativas que não passam de um disfarce de empresas capitalistas em todas as áreas. Outras que nascem com propósitos de agregar pequenos produtores no campo dos serviços, mas que aos poucos acabam, tendo os mesmos critérios das empresas capitalistas.

A pesquisa que origina este livro tem, como foco, as cooperativas e associações de base popular e que, em grande parte, situam-se na economia de sobrevivência. Cooperativas e associações que se têm ampliado no contraponto às políticas neoliberais de cunho ultra individualista e de super exploração, quando não de exclusão dos trabalhadores. Um contraponto que originou o tema da economia solidária e a criação de uma Secretaria, com o mesmo nome, ligada ao gabinete da Presidência da República.

Ao inventariar as formas de associação e participação de natureza popular, implícita ou explicitamente sob a ótica da economia solidária, o autor desvela que, no seu interior, convivem contradições. Ou seja, não estão imunes da influência das ideias dominantes de caráter individualista e de competição.

O leitor poderá perceber que Bonfim seguiu, no plano epistemológico, a perspectiva gramsciana de que o intelectual que busca conhecer a realidade em profundidade mostra-se mais avançado, quando procura em seu oponente, o ponto de vista mais destacado para, se for o caso, incorporá-lo de forma subordinada. Com isto, Gramsci mostra que, as teorias não se somam e, sim, disputam a compreensão de como os seres humanos produzem as relações econômicas, sociais, culturais, educacionais etc., numa dada sociedade. E, nas sociedades

cindidas, em classes sociais, as concepções, as teorias, os métodos e a ação política nunca serão neutros. Isto, todavia, não implica dizer que, no pensamento oponente ou antagônico não se possa ter elementos que ajudem ver melhor a realidade que se investiga.

É, com este horizonte que, este livro traz uma abordagem, articulando o campo econômico, sociológico e filosófico, apresentando e contrastando as explicações do porquê as pessoas buscam participar e se organizar em cooperativas e associações. Com uma exposição clara, concisa e didática o autor sistematiza com indicadores cada abordagem, permitindo ao leitor uma compreensão de uma totalidade complexa, contraditória e sempre mediada pelas relações sociais dentro da qual definem seu modo de participação.

Um livro que não caminha na visão simplista e ufanista na compreensão das cooperativas e associações populares, mas, também, não é uma obra cuja análise conduza ao pessimismo desmobilizador. Pelo contrário, no espaço contraditório da realidade que analisa e da qual é intelectual militante, estão os elementos destacados na citação acima de Florestan Fernandes para que o povo brasileiro *adquirira, com maior rapidez e profundidade possíveis a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure, no Brasil, uma nova ordem social democrática e um estado fundado na dominação efetiva da maioria.*

Tive o privilégio de acompanhar e dialogar com Raimundo Bonfim ao longo de quase dois anos no processo de produção da pesquisa que resulta este livro. Pessoalmente e todos os membros do Grupo Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE), inscritos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual ele é parte, coletivamente, aprendemos muito sobre o tema.

Uma obra que recomendo a todos os que atuam no ensino, pesquisa e extensão nas universidades, tanto pela perspectiva epistemológica que assume, quanto pela perspectiva política. Um texto, em especial, pelo seu conteúdo e propósito, para ser lido por lideranças que atuam em movimentos sociais populares e aqueles que fazem parte como sujeitos destes movimentos e de centenas de cooperativas e associações que tem como horizonte, não apenas modificar as relações sociais capitalistas, mas superá-las numa nova sociedade, afirmada nos valores do coletivo, da cooperação e da solidariedade humana.

As mentiras de manipulação que se montou, ao longo de mais de um ano, para golpear a frágil institucionalidade da democracia no Brasil acabaram ensinando que a rua tem dois lados. **A minoria prepotente**, contraditoriamente, fez ressurgir algo que estava em letargia – o debate e o embate político. A síntese desta contradição é o lema gritado, proclamado nas ruas e praças: **Não vai ter golpe! Vai ter luta!** O livro **A participação em cooperativas e associações**, certamente, pode ajudar para que este grito não seja em vão e que sinalize um marco de não retorno contra aquelas forças que querem privatizar o Brasil para uma minoria despótica e prepotente.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016

Gaudêncio Frigotto

*Do Programa de Pós graduação
em Políticas Públicas e Formação Humana.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONCEITOS, CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS

O comportamento da participação dos indivíduos, especialmente em cooperativas, associações e correlatos vem, historicamente, se constituindo em relevante desafio para as pessoas que atuam nesse campo de trabalho. O que leva um indivíduo a se filiar, integrar e participar ativamente? Por que certas pessoas colaboram, ajudam, constroem associação, enquanto outros preferem a passividade, o isolamento? Estas indagações remetem à discussão para estudo na área da ação coletiva a qual explica a participação e suas conexões.

Hardin (1991), estudioso da questão, afirma que a ação coletiva é o resultado de interações sociais realizadas por diversos indivíduos, que têm propósitos afins, empreendem e realizam atividades de forma grupal, buscando alcançar objetivos em comum. A ação coletiva perpassa por um processo de formação de vontade coletiva e se consubstancia através da ação grupal, com configurações variadas,

tais como: construção de partido político; movimento social formal e informal, perene ou transitório; associações, cooperativas e outras manifestações. Assim, o sucesso das atividades grupais está vinculado à forma e à intensidade das interações sociais empreendidas pelos seus integrantes.

Conforme Hardin (1991), existem três tipos ou categorias de interação social que os indivíduos realizam: 1) conflito; 2) coordenação; e 3) cooperação. Na interação, na categoria conflito, o ganho é excludente e não alcança a todos: uma parte precisa perder para que a outra ganhe. A interação social, na categoria coordenação, funciona de maneira contrária a do conflito: todos ganham, ou seja, uma parte só ganha se a outra também ganhar. Na categoria cooperação, a interação acontece em relação de troca. As duas partes otimizam esforços para incrementar ganhos na forma do conflito, mas, através da coordenação, elas conjugam e harmonizam os interesses, efetuando as trocas e assegurando ganhos para todas as partes.

Assim, na visão de Hardin, as ações coletivas se efetivam de maneira permanente no campo da categoria coordenação a qual articula e combina os interesses, emergindo poder e viabilizando resultados para todos.

As interações sociais se materializam através das atuações dos indivíduos, na conjugação de esforços para a realização das atividades em comum. A atuação de cada um e o desprendimento e trabalho conformam a participação, o que Bordenave (1995) conceitua como: fazer parte, tomar parte ou ter parte. Dessa forma, a participação se constitui em fato relevante na vida das instituições pautadas em ação coletiva.

A importância do Cooperativismo e do Associativismo

Resumidamente, apresentados os conceitos de ação social e participação coletiva, caberia refletir sobre a mediação que se estabelece entre a participação e o cooperativismo. Nesse sentido, coloca-se em foco o cooperativismo, o qual é identificado como uma abordagem dotada de princípios filosóficos, diretrizes e normas que se efetivam no campo econômico e social, no âmbito da produção, circulação e consumo de bens e serviços.

O cooperativismo e o associativismo, enquanto doutrinas econômicas e sociais se notabilizam pela capacidade de distribuição dos resultados (bens e serviços), favorecendo a partilha dos produtos de forma equânime. Eles podem manter a posse privada dos meios de produção, incrementando a capacidade produtiva e, simultaneamente, potencializando a distribuição de modo mais igualitário. Portanto, o cooperativismo se apropria dos pontos virtuosos do modo de produção capitalista e socialista, conforme, a saber:

Observa-se, assim, que o capitalismo de um lado é eficiente na forma de produzir, do outro é ineficiente no campo da divisão e distribuição. Já o socialismo é eficiente na divisão, repartição e ineficiente na forma de produzir. Dessa relação emerge o ideário cooperativista, como doutrina econômico-social, capaz de reunir os dois pontos virtuosos dos modos de produção citados: incorpora a lógica da produção e racionalidade do capitalismo, com a eficiência, distributiva do socialismo (SANTOS, 2002, p. 39).

É consensual a importância do cooperativismo como instrumento que contribui para o desenvolvimento socioeconômico. Ele é aceito tanto nos sistemas de economia de mercado como nas sociedades socialistas. Correntes ideologicamente conflitantes prestam depoimentos e realçam a contribuição do cooperativismo.

Agudo (1980, p. 46) cita que Marx, mentor maior do socialismo, orientou a Associação Internacional dos Trabalhadores e incentivou a generalizar o movimento cooperativista. A sua preposição materializou-se em resolução, aprovada por unanimidade no Congresso Internacional de Trabalhadores, em 1866, em Gênova. Marx recomendou:

A associação Internacional de trabalhadores deve procurar generalizar o movimento cooperativista, não dirigindo, mas impondo-lhe esta ou aquela diretriz.

Lopes (2012, p. 15) mostra, também, que Marx destaca a importância das cooperativas dos trabalhadores como mecanismo que permite suprimir a oposição entre o capital e o trabalho, ao afirmar:

As cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma [...] dentro delas suprime-se a oposição entre o capital e trabalho, embora na forma apenas em que são os trabalhadores, como associação a padrões de si mesmo, isto é aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho.

Lênin, revolucionário, dirigente e teórico do movimento de luta de classes, externou apreço ao cooperativismo, distinguindo-o como instrumento não capitalista dentro do capitalismo. Lênin afirmou:

Um regime de cooperadores altamente cultivados, quando os meios de produção se tornarem propriedade comum, e o proletariado tiver triunfado da burguesia, eis o socialismo (apud AGUDO, 1980, p.117).

Por outro lado, teóricos renomados de concepção e visão de mundo liberal, também manifestaram simpatia ao cooperativismo e destacaram a importância do seu papel social. Conforme Laidlaw (1990), Marshall realçou a contribuição da cooperação e sua capacidade de articular o segmento econômico e social conjuntamente e certas organizações apresentam uma vocação social e outras têm como objetivo a realização do comércio. Somente a cooperação tem as duas funções.

Outros cientistas sociais realizaram depoimentos e proclamaram a importância do cooperativismo. Pate-man (1992) revela depoimentos feitos por Mill¹, o qual afirmou que a doutrina cooperativista contribui para a elevação da dignidade do trabalho. Lopes apresenta a manifestação de Smith², mostrando a possibilidade de o indivíduo ser, ao mesmo tempo, patrão e operário.

Às vezes, ocorre que um trabalhador independente tenha capital suficiente tanto para comprar os materiais do seu trabalho, como para manter-se até completa-lo. Nesse caso, ele é ao mesmo tempo patrão e operário, desfrutando sozinho do módulo integral do seu trabalho [...] (SMITH, 1776, apud, LOPES, 2012, p.15).

¹ John Stuart Mill, autor da Teoria da Democracia Participativa.

² Adam Smith, cientista social, principal formulador da Teoria da Economia de Mercado.

O reconhecimento e aplicabilidade da doutrina cooperativista permitiram a sua propagação no mundo, fazendo com que os dirigentes de importantes nações como Rússia, Estados Unidos, China, Japão, Brasil e outros, inserissem na legislação de seus países, leis, decretos e correlatos, favorecendo a prática da cooperação e consignando apoios e incentivos.

Assim, a importância do cooperativismo favoreceu o seu crescimento no mundo, sendo aceito e cultuado por todas as formas de governo e sistemas políticos, de forma que, em 2013, já existia mais de um bilhão de associados no mundo, cerca de 100 países. No Brasil, a expansão do cooperativismo se estendeu em todo território nacional e, de acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (2014), em 2013, alcançou 11,5 milhões de cooperados no país. Injetou mais de oito bilhões com pagamentos de salários na economia e gerou 337.793 empregos.

Contudo o cooperativismo no Brasil se distingue com mais intensidade nas regiões Sul e Sudeste, as quais reunidas abrigam 86,85% do total de associados do território nacional. O Sudeste tem a liderança com 5.500.309 milhões de associados, o equivalente a 46,56% da população filiada no país. O Sul, apesar de ter 39,29% dos associados, é a região que mais se destaca por possuir o maior índice na relação número de habitantes *versus* afiliados (6.47 habitantes por associado), conforme TABELAS 1 e 2.

Os dados constantes, nas TABELAS 1 e 2, revelam a hegemonia do Sul e Sudeste do Brasil, no que tange à prática do cooperativismo, especialmente em número de cooperados, geração de emprego e envolvimento. As informações sinalizam a expansão com tendência de crescimento em todos os níveis, projetando condições para intensificação de trabalho coletivo.

Quanto ao Nordeste, as estatísticas mostram que se situa na segunda posição no que tange ao número de cooperativas, com 1.738 unidades, perdendo apenas para o Sudeste, que possui 2.349 cooperados. Todavia, em termos de números de afiliados, a situação nordestina é desconfortável, situando-se na quarta colocação, perdendo inclusive para o Centro-Oeste que tem a metade do número de cooperativas, como, também, uma quantidade bem menor de habitantes. Analisando a questão, tomando como referência a população, o Nordeste mantém-se em situação extremamente desvantajosa, conforme mostram as TABELAS 1 e 2.

Os dados das TABELAS 2 E 3 sinalizam que a região Nordeste exhibe fraco desempenho no âmbito do cooperativismo. Isto fica demonstrado quando se observa que a evolução do número de cooperados, no período 2010-2013, no Brasil, registrou um crescimento positivo da ordem de 28,24%, enquanto que o Nordeste teve um decréscimo de 27,14%, portanto uma redução considerável. No que tange o número de habitante por cooperado, o resultado é pouco animador, pois a região Sul tem uma média de 6,47 habitantes por cooperado, e o Nordeste 100,24, enquanto que a média nacional é 17,54, o que significa dizer que o Nordeste tem quase seis vezes mais. Vale mencionar que o Nordeste, em 2010, tinha uma posição mais confortável (68,99) de habitantes por cooperado, no *ranking* e, com o passar do tempo (2010-2013), não apenas elevou a relação como alcançou a última posição.

Os dados mostram, ainda, que, na relação habitante por emprego, gerada pelo cooperativismo, o Nordeste assumiu também a última colocação ao externar um índice de 1.970,75 por habitante. No período 2010-2013, foi superado pela região Norte e os resultados equivalem a mais

TABELA 1 – Número de empregados das cooperativas no Brasil, período 2012-2013

Regiões	2010		2011		2012		2013		Variação %
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Sul	138.484	51,07	152.216	51,37	161.692	50,29	162.317	48,05	17,21
Sudeste	83.236	30,70	94.343	31,84	99.985	31,10	110.416	32,68	32,65
Centro-Oeste	17.915	6,60	21.446	7,24	24.872	7,73	25.516	7,55	42,43
Nordeste	24.445	9,01	20.557	6,94	23.316	7,25	28.510	8,44	16,63
Norte	7.094	2,6	7.724	2,61	11.602	3,60	11.034	3,26	56,42
Total	271.134		296.286		321.467		337.793		24,58

Fonte: OCB – 2012-2013. Estimativas de população – Relatórios do IBGE.

Nota: Os dados retirados dos relatórios da OCB foram organizados pelo autor deste trabalho.

TABELA 2 – Número de Cooperados filiados às cooperativas em nível Nacional – Brasil

Regiões	2010		2011		2012		2013		Variação %
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Sul	3.466.112	38,44	3.947.600	39,44	4.483.780	40,46	4.543.524	39,29	31,08
Sudeste	4.072.557	45,17	4.702.109	46,97	5.101.181	46,03	5.500.309	47,56	35,06
Centro-Oeste	583.861	6,47	644.102	6,43	746.161	6,73	755.139	6,53	29,33
Nordeste	769.326	8,53	550.138	5,49	551.054	4,97	560.521	4,85	(-27,14
Norte	124.671	1,38	164.881	1,64	199.801	1,80	203.934	1,76	63,57
Total	9.016.527		10.008.830		11.081.977		11.563.427		28,24

Fonte: OCB, 2012-2013.

Nota: Dados extraídos dos relatórios da OCB e organizados pelo autor deste trabalho.

TABELA 3 – Número de habitante por cooperado e por emprego gerado pela via cooperativismo

Região	Habitante p/ cooperado		Habitante p/ emprego cooperativa	
	2010	2011	2010	2011
Sul	7,9	7,44	197,74	193,06
Sudeste	19,73	17,09	965,37	851,80
Centro-Oeste	24,06	21,82	784,28	655,51
Nordeste	68,99	96,48	2.171,39	2.582,18
Norte	127,26	96,21	2.249,17	2.053,91
Média Nacional	21,15	19,25	703,46	650,57

Fonte: OCB- 2012-2013. Estimativas de população – Relatórios do IBGE.

Nota: Os dados retirados dos relatórios da OCB foram organizados pelo autor deste trabalho.

do triplo da média nacional – (600,57 habitantes por emprego). O quadro desconfortável é apresentado também no contingente geral de empregos, pois, embora registre crescimento positivo, é inferior aos das outras regiões.

O cooperativismo, no Brasil, como em outras partes do mundo, é trabalhado pelos operadores do combate à pobreza como instrumento de intervenção da realidade social. Ele possibilita o processo de acumulação de capital, de forma coletiva, viabiliza a produção em escala, instrumentaliza e qualifica em médios e pequenos a produzir e competir, vender em mercado global e ter resultados e preços mais justos.

Daí a Economia Solidária se apoiar no cooperativismo e no associativismo, entendendo-os como tecnologia social que ajuda, substancialmente, no processo de combate à pobreza. Nesse sentido, atualmente, no Brasil, as políticas públicas de combate à pobreza, com foco na emancipação dos atores sociais para a conquista de cidadania, incorporam o trabalho da cooperação e do associativismo, embasadas na Economia Solidária. Recursos públicos das três esferas do governo (federal, estadual e municipal) e das instituições de economia mista, como: Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento, Banco do Nordeste, têm sido destinados em forma de investimentos não reembolsáveis, mediante políticas públicas voltadas para reduzir a vulnerabilidade social e a pobreza, através de programas como: PRONINC – Secretaria Nacional de Economia Solidária; PROEXT – Ministério da Educação; PMPB – Petrobrás; PROMAF, PAA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros.

Os programas de combate à pobreza têm como locus de ação o Nordeste do Brasil, que concentra o maior

número de pessoas vivendo em condições de indigência social. E, nesse espaço, se destaca a Bahia, por ser o estado da federação que abriga o maior contingente de pessoas usuárias do *Bolsa Família*, portanto pobres.

Assim sendo, as políticas públicas de combate à pobreza têm relevância na região Nordeste, e elas inserem, no bojo das suas estratégias de intervenção, o associativismo e o cooperativismo, os quais têm a possibilidade de incrementar e expandir a capacidade produtiva, criar oportunidades e gerar posto de trabalho, emprego e renda, além de promover ascensão social e econômica. Enfim, projeta-se para o cooperativismo a expectativa de funcionar como mecanismo de redenção, figurada como instrumento de intervenção social para o efetivo combate à pobreza.

Por outro lado, observa-se que o cooperativismo tem encontrado dificuldades para se firmar no nordeste e cumprir a sua missão. É fato constatado a sua fragilidade, especialmente no estado da Bahia, local onde concentra a maior quantidade de pobres no Brasil e, portanto, mais necessitada da ação associativista. As evidências mostram que o cooperativismo, nesta região, tem: significativas taxas de mortalidade, curta duração de vida, insolvência e desativação; quantidade expressiva de empreendimentos com funcionamento irregular e precário; e outros com desvirtuamento dos objetivos. Embora não se tenha estatística precisa, estima-se que cerca de 50% dos empreendimentos, criados nos últimos 20 anos, estejam desativados. Apesar dos esforços e ações das políticas públicas, o insucesso de empreendimentos cooperativistas alcança todos os extratos sociais: pequeno, médio e grande. Porém é mais intensificado nos setores mais pobres e no meio rural, os quais precisam de

Economia Solidária e cooperação. É o público-alvo das políticas públicas no combate à pobreza.

Salienta-se, contudo, que a Bahia desfruta de posição privilegiada no que se refere ao número de empreendimentos cooperativos, colocando-se na terceira posição na classificação geral do país, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais. Entretanto, no que tange ao número de associados, empregos oferecidos, recursos injetados na economia e desempenho, os resultados são inferiores, reduzindo consideravelmente a dimensão da ação cooperativista.

O desempenho insatisfatório do cooperativismo na região Nordeste configura-se como um problema e remete à seguinte indagação: o que explica o seu insucesso nesta região? Constatções mostram que o estado da arte nesse campo de conhecimento é ainda limitado. A quantidade de pesquisas e estudos é insuficiente, contudo, tem sido fato comum achar que as limitações decorrem de traços culturais, do individualismo exacerbado e aspectos antropológicos.

Kraychete (2007) enfatiza a questão do individualismo, a autogestão e outros. Mélo (1998) aponta o problema do individualismo e responsabiliza a falta de educação cooperativista. Credita-se, também, ao analfabetismo, à baixa escolaridade e, principalmente, à ausência de educação cooperativista, isto é, à falta de conhecimento dos princípios filosóficos, bases e diretrizes de funcionamento das cooperativas. É possível que todas as questões citadas interfiram negativamente no desempenho do cooperativismo na região. A questão central é como intervir e alterar o quadro; o que fazer para tornar o cooperativismo/associativismo mais vigoroso na região, em condições de responder positivamente e alavancar o processo de combate à pobreza.

TABELA 4 – Número de cooperativas e de cooperados por Estado, no território nacional (Brasil)

Unidades Federação	N° COOPERATIVAS		N° DE COOPERADOS			Variação
	2010	2013	2010	2013	2013	
São Paulo	911	1.062	2.765.614	3.825.956	38,34	
Minas Gerais	781	777	925.701	1.212.592	30,99	
Bahia	659	746	422.470	228.613	(-)/46,19	
Rio Grande do Sul	728	485	1.924.384	2.314.648	20,28	
Rio de Janeiro	452	525	229.895	243.390	5,87	
Santa Catarina	262	254	1.007.496	1.623.223	61,12	
Paraná	237	230	534.232	605.653	13,37	
Mato Grosso	154	168	221.894	320.076	44,24	
Outros Estados	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	
TOTAL	6.652	6.687	9.016.527	11.563.427	28,24	

Fonte: OCB 2012-2013.

Nota: Dados extraídos dos relatórios da OCB foram organizados pelo autor deste trabalho.

Nessa linha, o que desponta como cenário possível é trabalhar a educação cooperativista com a incorporação de novos conteúdos. Isto porque o trabalho feito nesse campo, pautando-se no ensinamento dos princípios, bases filosóficas e conhecimentos da área econômica, administrativa, social e correlatos, não tem mostrado resultados positivos; os aspectos indesejáveis perduram. Logo, a pergunta que emerge é: o que ensinar? O que realmente pode assegurar vitalidade e dinamismo aos empreendimentos cooperativistas?

A literatura que versa sobre a questão, especialmente quando se refere à avaliação de cooperativa, mostra que a prática comum é atribuir aos fatores econômico, administrativo e social, a responsabilidade pelos êxitos e fracassos, focalizando-os como vetores básicos do funcionamento dos empreendimentos. Em alguns casos, o fator econômico/administrativo chega a ter peso de 60%, o social com índice bem menor e a participação é ignorada.

A participação, enquanto vetor do cooperativismo, é citada, mas não é quantificada ou mensurada. Raros são os trabalhos que atribuem peso significativo à participação no funcionamento da cooperativa; ela é quase sempre tratada como conceito abstrato, limitando-se à presença de associados nas reuniões.

Por outro lado, pesquisas realizadas sobre o cooperativismo, especialmente no Estado da Bahia, apontam o fator participação como vetor influente no funcionamento da cooperativa. Santos (2002) constatou uma correlação positiva entre a participação do corpo societário e o desempenho da cooperativa, evidenciando que à medida que aumenta a participação cresce, também, o nível de desempenho e eficiência. Marucci, Oliveira e Fontes (2009) realizaram pesquisas em cooperativas de crédito,

estudo que abrangeu todo o território nacional e destacaram a participação como importante vetor no processo de funcionamento do empreendimento. Souza (2011) realizou estudos sobre a participação dos associados em empreendimentos cooperativos, no âmbito da agricultura familiar na Bahia, e realçou a sua importância. Ribeiro (2004) também observou efeitos da participação no desempenho da cooperativa. Santos (2012) utilizou o instrumental teórico de Andrade e efetuou pesquisa com associações no município de Wenceslau Guimarães, na Bahia, e verificou aspectos da participação.

Resultados de investigações e de pesquisas citadas, embora ainda preliminares, apontam que a participação é tão importante quanto os fatores econômico, administrativo e social; e que a vida do empreendimento cooperativista passa, necessariamente, pela conjugação dos fatores citados, o que coloca a participação em posição de destaque. Isto sinaliza que os percalços das iniciativas cooperativistas no Nordeste podem ser explicados, parcialmente, através da participação.

Nesse sentido, realizou-se esta pesquisa com o fim de levantar informações e conteúdos para subsidiar estudos, fortalecer e fertilizar trabalho educativo no campo do associativismo, cooperativismo e Economia Solidária. A investigação objetivou conhecer e explicar a dinâmica da participação e suas conexões no processo de ação coletiva. O trabalho foi realizado durante o estudo de Pós-Doutoramento em Políticas Públicas e Formação Humana, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Assim, o presente documento constitui-se em um relatório de pesquisa sobre a Participação, cujos resultados obtidos estão aqui apresentados e distribuídos na forma a seguir: a) introdução a qual contextualiza e justifica

o problema, manifestando a necessidade da investigação; b) o primeiro capítulo apresenta a base teórica evidenciando o escopo da investigação; c) no segundo capítulo, constam os indicadores da participação; d) o terceiro capítulo revela pesquisas produzidas sobre a participação; e) o quarto e o último externam as considerações finais com os resultados conclusivos.



1.1 Aspectos Metodológicos

Neste capítulo, estão apresentados, sumariamente, os procedimentos metodológicos e a base teórica que regerá a investigação sobre a temática participação. Quanto aos procedimentos, salienta-se que o trabalho é de natureza teórica, pautado na análise de discurso dos clássicos que empreenderam investigação sobre a formação da vontade coletiva. No estudo foram colocadas como referência três abordagens teóricas diferentes: 1) economicista, da corrente funcional, tendência liberal; 2) sociológica funcionalista da escola neoinstitucional, corrente contrária à liberal; 3) filosófica tributária, de ideário marxista, adversária das duas outras escolas ou paradigmas citados (liberal e neoinstitucional).

Estabeleceu-se, como marco de partida, o entendimento de que a participação decorre do conjunto das interações sociais que os indivíduos realizam entre si para produzir bens em comum, portanto ela é produto da formação

da vontade coletiva. Daí emerge as seguintes perguntas: 1) Como as abordagens teóricas explicam a participação? 2) O que leva as pessoas a participarem e atuarem em atividades coletivas? 3) Por que participam e quais os fatores que favorecem ou limitam? As respostas das questões acima, mesmo que parcialmente, revelam indicações importantes que interferem na gestão das cooperativas e associações, contribuindo para potencializar a missão associativista. Elas favorecem a formação dos conteúdos para o trabalho educativo, possibilitando o realinhamento dos requerimentos e demandas do corpo societário com a capacidade operativa do empreendimento cooperativo. Enfim, as respostas das indagações podem externar possibilidades de desvendamento das principais questões que enfeixam e conformam o problema da participação nas atividades de ação coletiva.

Para responder as questões, metodologicamente, optou-se por iniciar a discussão visitando os trabalhos dos clássicos, de modo a conhecer as abordagens teóricas e o pensamento dos seus autores, no que diz respeito à formação da vontade coletiva e participação. A análise das abordagens foi realizada com apoio da interdisciplinaridade, na forma descrita por Frigotto (2012), avalizada por Konder (1992), estribada nas ideias de Marx e Engels. A interdisciplinaridade é entendida como mecanismo que permite fitar o problema em duas dimensões: a antológica e a epistemológica –, facultando a compreensão sobre a forma como os seres humanos estabelecem as relações sociais e como os fatos e estas relações acontecem no campo teórico empírico, expressados na práxis. Isto facultou o exame de cada abordagem em contexto, o que possibilitou visualizar a essência dos fatos, reconhecendo aspectos positivos e negativos no conjunto geral. Assim, em obediência ao modelo teórico, buscou-se, em cada abordagem, identificar as categorias de

análise utilizadas para apreender a realidade, decodificar os fatos e observar as conexões existentes. E, a partir dos resultados, responder as indagações formuladas.

Frigotto (2012, p. 155), comentando sobre interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento, afirma:

[...] fica claro que a condição prévia para o trabalho interdisciplinar, tanto em nível de pesquisa como no trabalho pedagógico, é que as concepções da realidade, o conhecimento e os pressupostos e categorias de análise sejam criticamente explicitados. O convívio democrático e plural necessário em qualquer espaço humano, sobremaneira desejável nas instituições de pesquisa e educacionais, não implica junção artificial, burocrática [...]. A diluição forçada do conflito e da diversidade não ajuda no avanço do conhecimento nem na prática democrática.

O presente capítulo está constituído de três seções. A primeira apresenta as abordagens teóricas sobre o processo de formação da vontade coletiva. A segunda seção mostra limitações e críticas às abordagens de Mancur Olson, Douglas e Gramsci. A terceira e última seção busca mostrar o porquê das pessoas se filiarem à ação coletiva, na ótica de cada corrente, conforme a seguir.

1.1.1 As abordagens teóricas que explicam o processo de formação da vontade coletiva

São apresentadas aqui sínteses das abordagens teóricas dos clássicos: Mancur Olson (1999), Mary Douglas (2007) e Gramsci (1978), as quais discorrerem sobre o

processo de formação da vontade coletiva e, por conseguinte, sobre a participação. Elas foram construídas com base nos textos dos citados autores e estão relatadas a seguir.

1.1.1.1 A abordagem economicista de Mancur Olson sobre ação coletiva

O economista Mancur Olson (1999) construiu e publicou o trabalho chamado *A Lógica da Ação Coletiva*, o qual não foca diretamente a participação, pois o propósito central do autor era conhecer o que levava os indivíduos a se filiarem aos Movimentos Sociais. O estudo foi feito na década de 1960, fase em que, nos Estados Unidos, o pensamento hegemônico sobre a ação coletiva emergia da Teoria Tradicional, a qual explicava a questão, no âmbito dos Movimentos Sociais, esclarecendo que os sentimentos pautavam os comportamentos, centrando a análise explicativa na Psicologia Social. Dessa forma, a filiação ou engajamento dos indivíduos era decorrência de aspectos comportamentais, como ressentimentos entre outros, de natureza psicossocial (GOHN, 2011).

A proposta de Olson resultante da investigação sobre a lógica da ação coletiva criou as bases para outra explicação sobre a filiação dos indivíduos aos Movimentos Sociais e, conseqüentemente, a participação em ações coletivas, emergindo daí a Teoria da Mobilização de Recursos (MR). A abordagem MR se contrapõe à visão da teoria tradicional que explicava o engajamento e a participação dos indivíduos nos Movimentos Sociais, sob a ótica da psicologia social.

No trabalho apresentado por Olson (1999), os Movimentos Sociais são entendidos como grupos de interesses, examinados à luz de categorias retiradas da Economia e da Administração. Ele estabeleceu como foco central o indivíduo, inserido em grupo de interesse, tendo como base de referência a racionalidade e a organização. Com as categorias e o escopo citado, Olson (1999) realizou o estudo para mostrar o interesse e a utilidade como vertentes determinantes da filiação e participação em ação coletiva.

A participação em ação coletiva, explicada por Olson (1999) e seus seguidores, tem base epistemológica assentada no estudo teórico do utilitarismo, o qual rege, explica e justifica a operacionalidade da economia de mercado. A abordagem se apoia nos princípios da individualidade e da racionalidade centrados na utilidade, na forma defendida por Adam Smith (1985) e outros teóricos liberais, explicando que esses princípios asseguram a acumulação de capital, promovem a diversificação da produção dos bens e serviços e favorecem o atendimento das necessidades da sociedade, mediante trabalho produtivo.

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar o seu favor ou dar-lhe aquilo do que ela precisa. É isto que faz toda pessoa que propõe um negócio a outro. Dê-me aquilo que eu quero e você terá isto aqui que você quer. [...] Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo

seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falemos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1985, p. 50, grifos nossos).

Olson (1999) respalda-se na visão utilitarista e busca explicar a participação, pautando-se em estudos da natureza econômica. Ele construiu a teoria da Lógica da Ação Coletiva, tendo como base referencial o entendimento de que o indivíduo pensa e age de forma racional e é movido pelo interesse de obter ganhos. Nessa linha, as pessoas empreendem ações visando satisfazer desejos, aspirações, necessidades e é por isso que os indivíduos realizam interações sociais, participam/formam grupos, desenvolvem processo de formação da vontade coletiva, na pretensão de conjugar esforço para obter resultados, alcançar metas e ter benefícios. Olson salienta que a interação social ocorre com mais intensidade em atividades nas quais as pessoas, agindo isoladas, teriam maiores dificuldades de alcançar certos benefícios, quer por custo elevado, quer por limitações e outras impossibilidades que inviabilizam a ação individual. Entretanto, quando propositadas e trabalhadas de modo coletivo, diminuem o custo individual, minimizam o esforço e permitem a superação dos obstáculos, propiciando o alcance de metas e obtenção de resultados e benefícios. Olson (1999, p. 14) cita:

[...] A idéia que os grupos tendem a agir em favor dos seus interesses grupais é concebida como uma extensão lógica dessa premissa amplamente aceita, do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. Em outras, geralmente se deduz que se os membros

de um determinado grupo têm um interesse ou objetivo em comum, e se todos eles ficariam em melhor situação se esse objetivo fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para atingir esse objetivo.

Na ótica de Olson (1999), a iniciativa do indivíduo em participar de ação coletiva é lastreada em decisão racional, fundamentada em pensamento lógico, tendo como base interesse de natureza: econômica, social, religiosa, psicológica etc. Olson (1999) expõe que as pessoas, algumas vezes, se sentem movidas também por desejos de possuir respeito, amizade e outras de fundo social e psicológico.

Olson (1999) mostra que a ação para gerar benefícios implica na realização de esforços que configuram custos, e a primeira unidade do bem coletivo tende a ter custo elevado. Salienta que o ganho total de um grupo depende do nível de benefício e do tamanho do grupo, e o tamanho não depende apenas do número de pessoas, mas da quantidade de benefício do qual cada um se apropria.

Assim, o ganho individual para cada membro depende da fração que lhe caberia do total do grupo. Na teorização, Olson diz que o ganho total do grupo é chamado de (V_g) e o ganho do indivíduo é (V_i) , resultando aí a equação V_i/V_u . É a vantagem que vai indicar a decisão de participar da ação coletiva; ela é simbolizada por A_i , que quer dizer Vantagem para o indivíduo, decorrendo daí a operação:

$A_i = V_i - C$; onde V_i = ganho do indivíduo ou parcela apropriada; e C = custo que o indivíduo empreende ao participar na produção do bem coletivo.

O ganho no benefício coletivo deve exceder ao custo, e a decisão do indivíduo em participar de uma ação coletiva depende de cálculos racionais, pautados na Economia, onde é levado em consideração: 1) qual a dimensão do custo ou quantidade requerida de investimento ou esforço necessário para gerar o bem coletivo; 2) quais os benefícios que advirão dos resultados do esforço coletivo; 3) qual a parcela do benefício que será apropriada pelo indivíduo (A_i).

A visão de Olson é de que o cálculo da racionalidade *versus* utilidade perpassa por todas as questões, ou iniciativas de ação coletiva, desde as mais egoístas, individuais e interesseiras até as mais altruístas, voltadas para o bem coletivo, de natureza solidária ou fraterna.

Olson (1999) passa a impressão de que todas as pessoas que empreendem ações coletivas examinam, sob a ótica da racionalidade, a proposição que empiricamente não seria comprovada. Entretanto outras teorias dessa linha de pensamento complementam o estudo de Olson e citam que muitas pessoas realizam a ação coletiva pautadas em interesse, mas por influência e decisão de outras pessoas que fizeram o cálculo para averiguar o benefício. Gohn, (2011, p. 60) comentando sobre a questão, diz que Oberschall defende o seguinte:

Os comportamentos coletivos são adaptados e normativos. As escolhas ocorrem não apenas em função de critérios individuais, elas são influenciadas pelas decisões de outros e disto resulta o caráter coletivo da ação. Isto significa que os custos e benefícios que os outros estão avaliando influenciam a minha decisão.

Olson realiza uma reflexão sobre a distinção entre um bem público e um privado, e fala das diferenças na apropriação e usufruto dos benefícios desses. Realça que as contribuições e esforços para produção de um bem coletivo quase sempre são diferentes. Figurativamente pode-se entender da seguinte forma: o grupo X tem n integrantes ($X = X_1 + X_2 + \dots + X_n$); têm integrantes que esforçam, produzem, colaboram de forma intensa, participando ativamente; existem outros que não atuam, nada fazem, não colaboram resultando em desigualdade de esforço. Entretanto, o benefício por ser coletivo não pode ser negado ao que nada faz para produzir o bem. Então, no momento do usufruto do bem, todos são beneficiados. Inexistem mecanismos para diferenciar as partilhas ou mesmo limitar a utilização dos que nada fizeram. A compreensão da questão leva o autor a criar as categorias de referência da análise do seu trabalho, como sejam: a figura do carona; incentivos seletivos; coerção; tamanho do grupo, conforme a seguir.

I. Carona

Olson tipifica o carona como o indivíduo que, embora esteja integrado a um grupo que contribui para a formação do bem coletivo, tem participação pífia e não colabora. É o tipo egoísta que utiliza o seu poder de barganha com a intenção de tirar vantagens, desencorajando as ações dos seus pares, prejudicando o trabalho da ação coletiva, diminuindo a eficiência e obstaculizando o desempenho geral. Conforme Olson:

Sempre que é necessária uma participação unânime, um único membro do grupo que se recuse a entrar em acordo com a intenção de obter vantagens terá

um extraordinário poder de barganha: ele poderá ter condições de requerer para si a maior parte dos ganhos decorrente de qualquer ação grupal. [...] Esse incentivo à recusa de colaboração torna qualquer ação grupal menos promissora do que será de outra forma (1999, p. 54).

Em vista dos efeitos maléficos da figura do carona nas atividades de ação coletiva, Olson (1999) aponta dois instrumentos estratégicos para serem utilizados na operacionalidade de empreendimentos (instituições), principalmente de grupos grandes. Os instrumentos são: a coerção e os incentivos seletivos. A coerção se configura como um conjunto de regras e normas para punir indivíduos que agem com o fim de obter apenas vantagens, sem contribuir adequadamente na construção dos bens ou benefícios. O propósito é desmotivar e coibir ações egoístas que provocam desmobilização dos integrantes. Olson (1999, p. 57) salienta que, especialmente, em grupos maiores (grandes), isto é, com muitos integrantes, a coerção é um instrumento valioso, e menciona:

[...] Em um grande grupo no qual nenhuma contribuição individual faça uma diferença perceptível para o grupo como um todo, ou para o ônus ou ganho de qualquer membro do grupo tomado individualmente, é certo que o benefício coletivo não será provido a menos que haja coerção ou alguma indução externa que leve os membros de um grande grupo a agirem em prol de seus interesses comuns (grifo do autor).

II. Incentivos seletivos

Olson (1999) defende a necessidade de se criar benefícios seletivos para estimular os indivíduos a participar e

produzir, especialmente os integrantes de grupos maiores. Ele salienta que as pessoas racionais reagem positivamente e aumentam a contribuição na formação do bem coletivo, na medida em que forem recompensadas, de forma seletiva, isto na razão direta do esforço e participação. Ele diz que, somente, pessoas altruístas são capazes de cooperar permanentemente, trabalhando coletivamente sem ter reconhecimento ou recompensa. E a ausência de benefícios seletivos leva os integrantes da ação social à acomodação, configurado no gesto de cada um esperar que o outro faça a sua parte. Então o incentivo seletivo estimula o indivíduo racional a agir de modo coletivo. Olson (1999, p. 63) afirma que:

Somente um incentivo independente e seletivo estimulará um indivíduo racional em grupo latente a agir de maneira grupal. Em tais circunstâncias a ação grupal pode ser obtida somente através de um incentivo que opere, como o próprio benefício coletivo, sobre o grupo como um todo, mas de maneira seletiva com relação aos seus membros, e não de forma indeterminada (grifo nosso).

O autor menciona, também, que as regras e normas para implementar a coerção, assim como os benefícios seletivos, devem ser discutidas e estarem em consenso entre os seus membros, para que sejam aprovadas, institucionalizadas e aplicadas para pautar os conjuntos das relações do grupo.

Mas, sempre que haja um incentivo à ação unilateral e individual para obter o benefício coletivo, nem uma organização formal e nem sequer um acordo

grupais informais serão indispensáveis para obtê-lo. Em qualquer grupo de dimensões maiores do que essas, porém, nenhum benefício coletivo poderá ser obtido sem algum acordo, coordenação ou organização grupal (OLSON, 1999, p. 58).

Olson (1999) salienta que os incentivos seletivos podem ser negativos e positivos. Eles podem atuar como instrumento de coerção, coagindo e punindo aqueles que não contribuem para a formação do bem coletivo, adotando comportamento de caroneiro, como também eles podem funcionar como mecanismo de estímulo, contribuindo para motivar e recompensar aqueles que agem, trabalham para prover o interesse do grupo, favorecendo a construção do benefício coletivo.

III. Tamanho do Grupo

Olson (1999) argumenta que existe uma relação entre o tamanho do grupo e a eficiência da ação coletiva, e sugere que o tamanho é um dos fatores determinantes para a viabilidade da ação, a partir do interesse e comportamento dos seus integrantes. Segundo Olson (1999, p. 57):

Se um grupo terá ou não de se prover de um benefício coletivo sem coerção ou induções externas dependerá, portanto, em um grau considerável, do número de indivíduos do grupo, já que quanto maior o grupo, menor a probabilidade de que a contribuição de qualquer membro seja perceptível (grifo do autor).

Olson (1999) classifica os grupos em três níveis, a saber: a) pequeno grupo, com um número reduzido de integrantes, chamado de privilegiado; b) grupo médio ou intermediário; e c) grupo grande, com muitos integrantes, denominado latente. A seguir, têm-se comentários sumários sobre cada categoria de grupo.

a) Grupo pequeno – privilegiado

Os grupos menores são chamados de privilegiados e se destacam por oportunizar aos seus integrantes meios para maior integração, coesão e harmonização de interesses. As condições propiciam fertilizar a confiança mútua entre eles, incrementam a geração de benefícios e maximizam a eficiência da ação coletiva.

Assim, os grupos privilegiados não necessitam de incentivos seletivos, coerção e correlatos para provir o benefício coletivo. A interação grupal, a proximidade entre os membros permite que cada um externar a participação, oportunizando o acompanhamento e tornando perceptível o nível de contribuição de cada integrante.

O desempenho do grupo é realçado pela atração individual que o benefício coletivo pode trazer para cada membro. Os grupos menores apresentam maiores possibilidades de conseguir mais eficiência na obtenção do benefício coletivo, por contar, a seu favor, com custos mais favoráveis para a produção de um bem, podendo, até mesmo, não ter despesas com coordenação e administração.

b) Grupo médio – intermediário

O grupo médio, chamado intermediário, é tipificado por externar características dos dois grupos externos: o latente e o privilegiado. Portanto, ele pode apresentar

aspectos que facilitam a coesão social como também a desmobilização. Nesse grupo, para se obter o benefício coletivo, é necessário a coordenação e organização grupal. Olson (1999) afirma que, em grupo intermediário, não existe tantos integrantes a ponto dos indivíduos não perceberem se os seus pares estão contribuindo para a produção do bem coletivo, sinalizando que, em alguns casos, a contribuição individual é perceptível.

Em um grupo intermediário, nenhum membro sozinho obtém parte do lucro suficientemente grande para incentivá-lo a prover o benefício; mas não tem tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se outro está ou não ajudando a prover o benefício coletivo. Em tal grupo, um benefício coletivo pode ser obtido ou não, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal (OLSON, 1999).

c) Grupo grande – latente

O grupo identificado como latente se destaca por ser formado por muitas pessoas, vários integrantes¹, cujo tamanho do quadro dificulta a integração social entre os pares, favorecendo o isolacionismo, o comodismo: as pessoas ficam aguardando que os outros realizem as suas tarefas. Isto quer dizer que se um membro ajudar ou não ajudar a construir o bem coletivo ninguém é diretamente afetado, portanto, não tem razão para reagir, cobrar.

Conforme Olson (1999), nos grupos latentes, as pessoas não têm incentivos para participar, contribuir na

¹ Quanto maior for o grupo, mais ele precisará de acordo e organização, e quanto maior o grupo, maior o número de membros que, por via de regra, terá de ser incluído no acordo ou organização grupal. Pode não ser necessário que o grupo inteiro esteja organizado, já que uma subparte do grupo total pode ter condições de prover o bem coletivo (OLSON, 1999, p. 59).

produção do bem coletivo; por mais valioso que seja o benefício, o indivíduo não tem motivação para colaborar, pagar, ajudar.

Nos grupos grandes, a contribuição individual de seus membros não externa diferença perceptível no todo, como também na apropriação dos resultados, o benefício coletivo só será provido mediante a adoção de coerção ou “indução externa”, que motive os membros a participar e a lutar em favor de seus interesses comuns (OLSON, 1999).

Olson (1999, p. 60) aponta três fatores que na sua visão limitam e impedem que os grandes grupos promovam benefícios para os seus integrantes, a saber:

Primeiro, quanto maior o grupo, menor a fração do ganho total grupal que cada membro que atue pelos interesses do grupo, menos adequada a recompensa a qualquer ação grupal [...] e mais longe ficará o grupo de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo [...].

Segundo, dado que quanto maior for o grupo, menor será a parte do ganho total [...]. Em outras palavras, quanto maior for o ganho menor será a probabilidade de interação oligopolística que poderá ajudar a obter o benefício coletivo.

[...] Terceiro, quanto maior for o número de membros do grupo, mais custosa será a organização [...].

Assim, o autor em discussão explica que, em grupos grandes, latentes, quanto maior o número de integrantes mais distantes ele fica de atingir o ponto ótimo no provimento do benefício coletivo. Eles só provêm os interesses dos seus membros com coerção e incentivos seletivos.

1.1.1.2 A abordagem sociológica neoinstitucional de Mary Douglas

Mary Douglas é antropóloga e filiada à corrente teórica, denominada Novo Institucionalismo. Essa corrente de pensamento devota à instituição posição destacada na tomada de decisões, delimitando o campo e a ambiência de ação grupal, pautando o comportamento dos seus integrantes. Historicamente, Douglas tem se pronunciado contra a teoria da escolha racional, contudo o novo institucionalismo acata a ideia da existência do agente racional, porém considera a racionalidade dos agentes limitada nas tomadas de decisões, pois, de certa forma, fica subalterno às instituições. Alcântara (2003, p. 25) afirma:

Aliás, o novo institucionalismo econômico clássico diz que os agentes continuam a ser agentes maximizadores, embora considere também o contexto institucional no qual estes agentes estão inseridos. O novo institucionalismo, na sociologia, irá diferir do velho institucionalismo, na medida em que aceita e dissemina a ideia de um agente racional.

A abordagem sociológica de Douglas (2007) sobre a participação em ações coletivas tem a sua base epistemológica assentada no paradigma funcionalista na vertente positivista. Apoiar-se, fundamentalmente, nas ideias de Durkheim e Fleck e, secundariamente, em Merton, Weber e outros, com reflexões transitando entre a sociologia, a antropologia e a psicologia.

Douglas (2007) realizou estudos e investigou o processo de formação de vontade coletiva, publicando os resultados em livro denominado: *Como as instituições pensam*.

Ela mostrou como ocorre a ação coletiva, apresentando um contraponto em relação à teoria de Olson. Na visão de Douglas, o centro do processo é a instituição no seu coletivo, enquanto Olson defende o indivíduo, a individualidade e o interesse como centro e foco. Como ambos são do mesmo berço epistemológico (funcionalismo) a diferença se estabelece na forma e não na essência do conteúdo.

Douglas, na sua reflexão, toma emprestados alguns conceitos de Durkheim e defende que a formação da vontade coletiva é possibilitada quando a identidade, a semelhança de pensamentos e os sentimentos são harmonizados. Ela adota como constructos da investigação: solidariedade (cooperação) e instituição, e como categoria básica de análise: a cognição social, buscando, através destes axiomas, explicar como a interação social depende das instituições. Douglas (2007, p. 21) afirma:

Escolhi abordar a solidariedade e a cooperação por meio da obra de Emile Durkheim e de Ludwik Fleck. Para eles, a verdadeira solidariedade somente é possível na medida em que os indivíduos compartilhem as categorias de seu pensamento.

i. Solidariedade

Ao fazer uma reflexão sobre a solidariedade, ela coloca em questão a rejeição e a desconfiança. Diz que a solidariedade ocorre quando as pessoas estão dispostas a realizarem sacrifícios em favor do grupo, da comunidade a que estão integradas para gerar benefícios para todos. Implica, portanto, em renúncias em favor dos seus pares, na expectativa que os outros membros procedam da mesma forma, sempre pensando no bem comum. Dessa

forma, a solidariedade, na visão de Douglas e da sua corrente de pensamento, perpassa por lealdade, sacralidade, sacrifício e confiança. Douglas (2007, p. 15) afirma:

Solidariedade envolve indivíduos prontos para sofrer em benefício de um grupo mais amplo e sua expectativa de que cada membro desse grupo faça o mesmo por eles. E passa por questão de sentimentos envolvendo a lealdade e sacralidade, sacrifício e confiança.

A solidariedade se expressa através da cooperação, doação mútua, compromisso entre as pessoas, confiança no outro, formando laço social e propiciando a ação coletiva.

ii. Instituição

Para entender e caracterizar a categoria instituição, Douglas abraça alguns conceitos de Durkheim, expressados no entendimento de que o laço social se estabelece quando os indivíduos inserem em suas mentes um modelo de ordem social (DOUGLAS, 2007). Igualmente incorpora na discussão a visão de David Lewis, que defende que uma instituição se traduz como uma convenção, a qual surge quando os seus integrantes têm interesse em comum, pautados em regras e conflitos. Douglas afirma que, para uma convenção passar a ser uma instituição social legítima, é necessária uma convenção cognitiva paralela que lhe dê apoio (DOUGLAS, 2007).

Trilhando nessa linha, Douglas entende a instituição como agrupamento social legitimado; na sua compreensão, pode ser, figurativamente, a família, um jogo ou uma cerimônia. Espelhando-se nas ideias de

Durkheim e Fleck, o grupo social é chamado de organização grupal. Douglas (2007, p. 56) afirma:

Tanto Durkheim como Fleck escreveram sobre grupo social. O termo se aplicava a todo nível de organização grupal. No restante deste volume, a expressão instituição será usada no sentido de um agrupamento social legitimado. A instituição em questão pode ser uma família, um jogo ou uma cerimônia.

Assim, Douglas reafirma a visão de Durkheim na qual os laços sociais, com regras ou valores internalizados pelos seus membros, ensejam a formação da instituição, mas torna obrigatória a legitimação, a qual pode ser feita por autoridade formal ou informal, pessoal ou difusa. A autoridade pode ser um chefe de família, um médico, juiz ou um árbitro, mas também a legitimação pode decorrer da concordância entre os integrantes, pautados em princípios e regras de consenso.

A autoridade legitimadora pode ser pessoal, tal como um pai, um médico, um juiz, um árbitro ou *maître d'hôtel*. Ou então pode ser difusa, baseada na concordância comum em torno de algum princípio fundante. O que está excluído do conceito de instituição, nestas páginas, é qualquer arranjo prático puramente instrumental ou provisório reconhecido enquanto tal (DOUGLAS, 2007, p. 50).

Douglas (2007) demarca os limites do agrupamento social ou instituição. Ela exclui os arranjos sociais de natureza provisória puramente instrumental e afirma

que as instituições devem ser capazes de organizar as ideias, definir os propósitos, “concatenar suas reivindicações à legitimidade com sua adequação a natureza do universo” (DOUGLAS, 2007, p. 56), isto é, ela deve ser capaz de responder por que age assim.

Douglas menciona que à medida que a instituição aumenta sua credibilidade ela passa a abrigar mais expectativas dos seus integrantes; ampliam-se os níveis de incertezas e tem como efeito comportamental a conformação das pessoas à natureza institucional. Isso implica dizer que as instituições ficam mais fortes, mas podem se tornar vulneráveis, se não organizarem sistemas de coordenação, regras e normas, capazes de assegurar um funcionamento satisfatório.

Refletindo sobre instituição, Douglas diz que as instituições, para operarem as ações, necessitam de um aparato cognitivo, o qual fundamenta as instituições na natureza e razão. Assim, toda a sua explicação relativa à cooperação, no âmbito da ação social, é realizada tendo como base a categoria da cognição social.

iii. Cognição Social

Ao tomar a cognição social como categoria básica, Douglas (2007) recorre a Fleck, introduzindo o termo coletividade do pensamento, e afirma que o estilo de pensamentos define as pré-condições para a cognição, dizendo, ainda, que ela se situa de forma oculta, sem que os membros da comunidade a percebam (DOUGLAS, 2007).

A cognição é entendida como aspecto preponderante que permeia o pensamento e se reflete nas interações sociais, passivas de condicionamento no contexto grupal. Ela transita na esfera do subconsciente do indivíduo, agindo com força compulsiva, pautando o comportamento, de

forma oculta ou disfarçada. Douglas põe em destaque o pensamento de Fleck, o qual afirma:

A cognição é a atividade do homem mais socialmente condicionado e o conhecimento é a suprema criação social. A própria estrutura da linguagem apresenta uma filosofia impositiva, característica daquela comunidade e até mesmo uma simples palavra pode representar uma teoria complexa [...] é banal toda teoria epistemológica que não leva em conta a dependência sociológica de toda a cognição, de maneira fundamental e detalhada (DOUGLAS, 2007, p. 26).

Fleck (1935) esclarece que a cognição é a que sofre maior condicionamento, desenvolvendo-se nas conexões, que se estabelecem no contexto social, tendo a linguagem como mediação. Daí a importância das palavras como instrumento de representação nas comunidades e grupos, cujos efeitos se manifestam na cognição.

Conforme Fleck, mencionado nas palavras de Douglas (2007), o estilo de pensamento manifestado na cognição pode conduzir o indivíduo de forma positiva ou negativa. É a cognição que estabelece os limites, pauta as condutas, preside os julgamentos, apontando o certo ou o errado da realidade concreta. Todavia os indivíduos não a percebem, ela se mantém oculta dos membros da comunidade. Fleck explica:

O indivíduo no contexto do coletivo, nunca, ou quase nunca tem consciência do estilo de pensamento predominante que quase sempre exerce uma força absolutamente compulsiva sobre

seu pensamento, e com o qual não é possível discordar (DOUGLAS, 2007, p. 26).

Douglas (2007) dedica os primeiros capítulos do seu livro para dialogar com Mancur Olson (1999). Ela levanta dúvidas sobre a racionalidade, cuja proposição consiste em afirmar que os indivíduos se integram a uma ação coletiva na busca de obter benefícios. Ela fundamenta-se em Durkheim, Hardin e Fleck, os quais fazem restrições para mostrar que a teoria da escolha racional tem limitações. Douglas (2007, p. 31) esclarece:

[...] a teoria da escolha racional apresenta grandes limitações. As pessoas não parecem agir de acordo com os princípios delas (Hardin, 1982). O programa de Durkheim e Fleck pode dar uma resposta à crítica funcionalista e à crítica da escolha racional apenas quando desenvolve uma dupla visão do comportamento social.

Evidenciando limitações da visão da escolha racional Douglas (2007), cita que certas pessoas realizam e contribuem, com generosidade, na construção do bem público, sem interesse ou busca de recompensa econômica. Critica a teoria da utilidade e afirma: “nossa intuição nos diz que os indivíduos contribuem para o bem público, sem a intenção de obter o benefício próprio” (DOUGLAS, 2007, p. 23).

Douglas (2007), em outro momento, externa concordância parcial com a teoria racional. Fala das medidas coercitivas e dos incentivos seletivos, na percepção psicológica, mostrando riscos e ponderando que, em casos de grupos latentes, as punições, diretas ou indiretas podem

até causar desmotivações. Ela apresenta um discurso, cujos argumentos negam a importância que Olson atribui à escala das organizações (tamanho dos grupos): 1) enfatiza que os grupos tipificados como grandes, chamados por Olson de latentes, são vastos, presentes no contexto global, alguns de importância relevante que precisam ser mais bem estudados, deixando dúvida sobre as ideias de Olson; 2) contrapõe-se, também, aos argumentos que colocam os pequenos grupos como privilegiados; 3) menciona que a sociedade de pequena escala nem sempre desfruta de convivência pautada em confiança, onde seja exercitada plenamente a coesão social. Portanto, ela discorda e diz:

Na prática, as sociedades de pequena escala não exemplificam a visão idealizada da comunidade. Algumas delas promovem a confiança e outras não. Alguém que já escreveu sobre este tema já viveu alguma vez em uma aldeia? [...]. A atração exercida pela comunidade pequena, idealizada, íntima é forte na retórica política (DOUGLAS, 2007, p. 37).

Douglas apresenta algumas questões relativas às conexões das interações sociais com as instituições, destacando-se entre elas: as instituições operam classificações; as instituições conferem identidades; as instituições tomam decisões. Em todos os textos, é reafirmado o poder da instituição fortalecida e definida pela cognição social.

1) As instituições conferem identidade

O ponto de partida de Douglas (2007) é o entendimento de que as instituições são estabelecidas por intermédio de aparato cognitivo, fundamentado em acordos,

que definem as categorias básicas para identificar uniformidades e similaridades. Douglas declara que os antropólogos externam preferência por Quine (1969), o qual afirma que a identidade e a uniformidade são conferidas aos objetos com base em conhecimentos teóricos. Expõe, também, que as instituições podem desempenhar o mesmo papel de uma teoria no processo de reconhecer, definir analogias e conferir identidade aos elementos, mas que para tal é necessário obedecer a regras e procedimentos dentro de esquemas coerentes.

Na visão de Quine, o processo para definir uniformidade pressupõe a realização de um trabalho intelectual. Ele apoia-se na ciência natural e cita procedimentos científicos que permitem: fazer a distinção dos objetos; examinar a similaridade e até a classificá-los. Reafirma que a classificação pode ser realizada com base na analogia, e utiliza, figurativamente, animais como peixe, rato, além de outros elementos para exemplificar como proceder ao estudo de similaridade, assentado no conhecimento científico. Ao fazer esse exercício, ressalta a importância da ciência como modelo para realizar a identificação e conferir identidade. Quine (1969) afirma:

[...] o sentido da similaridade ou o sentido das espécies desenvolve-se, modifica-se e até mesmo torna-se múltiplo à medida que um indivíduo amadurece, contribuindo talvez para uma previsão cada vez mais confiável. Estabelecem-se finalmente padrões de similaridade que se acoplam a ciência teórica [...]. As coisas são semelhantes no sentido teórico, na medida em que constituem partes intercambiáveis da máquina cósmica revelada pela ciência (apud DOUGLAS, 2007, p. 68).

Douglas (2007), pautando-se em Quine, encampa e defende a ideia de que as instituições procedem às uniformizações, amparadas em analogias, socialmente fundamentadas, e conferem identidade. A uniformização propicia meios para a superação das dificuldades e aglutinação de esforços por área ou segmento, viabilizando a ação, bem como os discursos. Douglas (2007, p. 63) diz que:

[...] para que o discurso seja possível é preciso que se chegue a um acordo sobre as categorias básicas [...]. Por um lado a energia emocional para criar um conjunto de analogias emana de preocupações sociais. Por outro lado, existe uma tensão entre os incentivos para que as mentes individuais despendam o seu tempo e energia na resolução de problemas difíceis e entre a tentação de recolher-se e deixar que as analogias fundantes da sociedade que nos rodeia se sobreponham. É algo que lembra a colocação de Williamson sobre os custos da transação, só que, neste exemplo, todas as vantagens estão em juntar-se a um esforço conjunto para fazer com que as analogias operem.

Douglas (2007) reconhece que existem dificuldades, diferenças, tensões, que podem se sobrepor, incrementar conflitos ou desmotivar a ação social. Daí a necessidade de agrupar, organizar, pautando-se na analogia, isto é, uniformizar e categorizar as ações coletivas. As informações recolhidas são ordenadas e classificadas e formam o acervo de conhecimentos das convenções. Elas permitem que o cognitivo social se aproprie dessas informações e, através do conhecimento, dirijam as mentes dos seus integrantes.

2) As instituições operam classificação

As instituições recolhem as informações, sistematizam, organizam e classificam. Elas entregam aos indivíduos como um pacote, desencadeando a criação de regras, de convenções. Ao organizar e classificar, geram-se as convenções ou acordos, estabelecendo-se normas. Os indivíduos concordam com os acordos, porque eles são definidos pelas próprias instituições.

E, ao operar a classificação, os indivíduos, voluntariamente, declinam parte de sua autonomia ou independência e transferem para a instituição a responsabilidade de decidir suas próprias vidas. Assim, estabelece-se uma relação de natureza dinâmica no interior do sistema, porém com figuração circular.

A classificação supõe a necessidade de nominação, embora Hacking considere que é uma questão de importância insignificante, mas destaca que a interação flui das bases a partir do indivíduo, fazendo uma trajetória pelas convenções, voltando às pessoas que reagem e criam as convenções.

A nominação é apenas um conjunto de *inputs*; ela se situa na superfície do processo de classificação. A interação que Hacking descreve, dá voltas e vai das pessoas que fazem as instituições para as instituições que operam ações, para as ações que buscam nomes e para as pessoas e outras criaturas vivas que reagem à nominação de modo positivo ou negativo (DOUGLAS, 2007, p. 107).

Na reflexão que discorre sobre as instituições operando a classificação, Douglas (2007) mostra o poder da comunidade de bloquear a curiosidade das pessoas para

organizar memória pública e estabelecer fronteiras. Ela influencia o pensamento de modo que as pessoas não se dão conta de suas próprias identidades e classificam uma ou outras, por meio de afiliação à comunidade.

[...] as comunidades classificam de maneira diferente. Conforme já vimos as instituições sobrevivem atrelando todo o processo de informação à tarefa de se afirmarem. A comunidade instituída bloqueia a curiosidade pessoal, organiza a memória pública e impõe heroicamente a certeza ou a incerteza. Ao delimitar suas próprias fronteiras, ela afeta todos os níveis inferiores do pensamento de tal modo que as pessoas se dão conta de suas próprias identidades e classificam uma às outras por meio da afiliação à comunidade (DOUGLAS, 2007, p. 107).

A base epistemológica dessas ideias é retirada de Durkheim, pautada na divisão do trabalho. Todo o processo é desenvolvido no campo do cognitivo, perpassando por cenários econômicos e constituição de linguística. Isso implica em reconhecer que, na visão de Douglas, o agrupamento social, transfigurado em instituição, tem o poder de dirigir a memória individual dos seus integrantes, canalizando as percepções para o bojo das interações sociais, nas relações que se estabelecem intragrupal. De acordo com Douglas (2007, p. 98):

As instituições dirigem sistematicamente a memória, individual e canalizam nossas percepções para formas compatíveis com as relações que elas autorizam. Elas fixam processos [...] ocultam

a influência que elas exercem e suscitam emoções [...].

3) As instituições tomam as decisões mais importantes

No último capítulo do seu trabalho, Douglas (2007) elucida que as instituições tomam as decisões mais importantes da vida dos seus membros. Ela assegura que os indivíduos sozinhos não tomam as decisões mais significativas, relativas à vida e a morte. As pessoas buscam as instituições para partilhar as decisões e obter a orientação e, até mesmo, a definição do que fazer. Douglas discorda de outros autores, como Scholter (1981), que declara que as pessoas recorrem às instituições para buscar e se orientar sobre as decisões de menor importância. Mas Douglas diz que os indivíduos deixam as questões mais importantes da sua vida para serem decididas pelas instituições, enquanto elas se ocupam de detalhes e outros de menor relevância.

Douglas, pautando-se em Durkheim e Fleck, encampa a ideia de que as comunidades, transfiguradas em instituições, moldam a forma de pensamento dos seus membros definindo e estabelecendo polos de moral. Douglas (2007, p. 130) afirma:

Por bem ou por mal os indivíduos compartilham seus pensamentos e eles de certo ponto, harmonizam suas preferências. Eles não têm outros meios de tomar as grandes decisões, a não ser na esfera das instituições que eles constroem.

Douglas (2007) conclui reafirmando que os indivíduos integrados no processo de ação coletiva, mediante o compartilhamento de pensamentos regidos pela influência

que emerge do cognitivo social, transferem às instituições o poder de decidir sobre os aspectos mais importantes da sua vida.

1.1.1.3 A abordagem filosófica marxista de Antonio Gramsci

Ao contrário das outras teorias apresentadas, como a Economicista de Mancur Olson (Lógica da ação coletiva) ou a Sociológica de Mary Douglas (Como pensam as instituições), na abordagem filosófica de orientação marxista não se localizou nenhuma teoria completa sobre Ação Coletiva. Os trabalhos encontrados tratam o assunto de forma superficial e disperso; não aprofundam a discussão e nem centram no foco da questão. A ausência de estudos nesse campo cria limitações para examinar o comportamento da participação, comparar a pertinência das abordagens e compreender o processo da ação coletiva em empreendimentos como cooperativas, associações e correlatos.

Assim, visando suprir essa carência, o autor deste estudo otimizou esforços e assumiu o desafio de construir um trabalho sobre a ação coletiva na visão marxista. O esforço propositou reunir informações, recolher fragmentos de pensamentos e formatar um texto. Nessa linha, foram examinados e catalogados vários trabalhos e, entre eles, distinguiram-se as proposições de Gramsci, as quais se apresentaram como as mais concatenadas. Na formatação, foram acrescentados, como base para fundamentação, pensamentos dos dois principais clássicos do marxismo: Marx e Engels. E, complementarmente, foram utilizadas, também, as ideias e reflexões de Frigotto e Freire. O presente texto foi concebido em percepção dialética, portanto, tem caráter provisório, sujeito à evolução e à transformação.

Antonio Gramsci (1978), filósofo italiano, que prestou relevante contribuição às Ciências Sociais, foi dirigente partidário, teórico e pensador, que avançou e complementou a obra e proposições de Marx. Viveu na primeira metade do século XX e foi um dos principais intérpretes do marxismo moderno, o eurocomunismo. As suas ideias estão difundidas no mundo e são respeitadas até por filósofos de paradigmas antagônicos.

O texto referencial do trabalho de Gramsci (1978) não foca a participação em ação coletiva destinada às associações, cooperativas e correlatas. Ele discorre sobre partido político e as bases para a sua construção, identificando-o como instrumento resultante do processo de formação da vontade coletiva. Isso quer dizer produto de um conjunto de interações sociais, realizadas pelas pessoas com o fim de alcançar propósitos ou bens coletivos, voltados para a política como também para outros fins.

Conforme Gramsci (1978) o processo de formação da vontade coletiva ocorre em momentos sucessíveis e compreende: homogeneidade, autoconsciência e organização dos indivíduos que realizam as interações sociais. Ele aponta as categorias de referências para o entendimento do processo, como sejam: homogeneidade, autoconsciência, organização e como se efetiva a formação da vontade coletiva, as quais estão sumariamente comentadas a seguir.

a) Homogeneidade

A homogeneidade é entendida como semelhança ou igualdade de aspirações dos integrantes do grupo. Isto quer dizer que as pessoas que compõem o grupo devem ter, como traço comum, desejos, sentimentos, vontade de realizar atividades para atingir determinada meta ou

fim. É a similaridade de propósitos que confere o sentido da homogeneidade, na forma de conseguir o alcance de um determinado objetivo. Ela favorece a coesão do grupo, incrementa a interação, fortalece ações.

b) Autoconsciência

Convém comentar, inicialmente, sobre a consciência na perspectiva marxista. Ela é a base da abordagem e parte do entendimento que configura o primeiro pressuposto da teoria marxista, a qual exalta a existência humana. Marx e Engels (1984, p.27) afirmam:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dado com o resto da natureza [...].

Podem-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo os seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

Assim, a abordagem marxista constrói a compreensão da consciência, pautando-se no materialismo histórico, distinguindo os homens dos outros animais, realçando o trabalho como recurso para produzir os seus meios de vida e viabilizar a sua existência, entendendo-o como o primeiro ato histórico do homem. Segundo Marx e Engels (1984, p. 39):

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

A formação da consciência está relacionada ao reconhecimento da importância da atividade material, a divisão social do trabalho e as relações de trocas, mediatizadas pela linguagem da vida, no cotidiano. Ela se expressa na relação dialética² homem-trabalho-homem, configurando-se como “ponto de partida do conhecimento e a categoria básica do processo de conscientização”. (FRIGOTTO, 1984, p. 186).

Assim, o homem precisa produzir para viver e atender as suas próprias necessidades que se colocam de forma constante; ele reproduz, cria outros homens, forma família. Ele intensifica relações com outras pessoas e enseja a divisão social do trabalho, destinando posições diferenciadas na estrutura de classe. Todas estas atividades são construídas e reconstruídas com a intensa participação da linguagem.

² São vários significados que se aplicam ao conceito de Dialética. Conforme Trein (1984), para Engels, a dialética é onipresente na realidade, como forma de articulação das partes de um todo e como processo de desenvolvimento das mesmas. Ela se manifesta igualmente no conhecimento enquanto pensar. [...] É, pois da história da natureza e da história da sociedade humana que são abstraídas das Leis da Dialética. Na visão de Lenin é a teoria dos contrários com todas as suas decorrentes implicações. “Em seu sentido próprio a dialética é o estudo da contradição na essência mesmo das coisas” (TREIN, 1984, p. 46).

A produção de idéias, de representações da consciência está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual tal como aparece na linguagem da política, das leis da moral, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias [...] (MARX; ENGELS, 1984, p. 36).

Os autores citados mencionam que as condições materiais de vida promovem condicionamentos nos indivíduos e influenciam na forma de pensar e agir. A expansão e o desdobramento do desenvolvimento das forças produtoras ampliam o intercâmbio das relações, exercem influências e determinam comportamentos e maneiras de atuação. Os autores afirmam:

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não têm história nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem a sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1984, p. 37).

Marx e Engels realçam o papel da linguagem, afirmando que ela interfere e chega até a contaminar a consciência. Dizem que o homem tem necessidade da linguagem para se relacionar com os outros, efetuar trocas, favorecer as conexões. E, linguagem é, figurativamente, a

consciência real, instrumento que media as relações dos homens. Ela é tão antiga “ou nasce juntamente com a consciência do homem” (MARX; ENGELS, 1984, p. 43).

A autoconscientização cria as condições para que o indivíduo compreenda o seu papel enquanto pessoa humana; aperceba-se da estrutura social em que se encontra inserido, reconhecendo a divisão de classes e o conflito entre capital e trabalho. Ela ajuda a compreender os nexos que convergem resultantes dos intercâmbios entre os homens, e favorece a identificação e a decodificação dos valores e representações que se manifestam através da linguagem. Permite situar o indivíduo no tempo histórico para entender e empreender modificações e, simultaneamente, transformar e ser transformado.

A conscientização também favorece a formação de visão crítica. Quanto maior é a conscientização, mais expressivo é o poder de apreensão dos fatos, compreensão e interpretação da realidade; e mais elevada é a capacidade do indivíduo. Assim, a conscientização, como diz Freire (1980), se efetiva na práxis humana, na reflexão e na intervenção da realidade.

A autoconscientização leva o indivíduo a se posicionar como sujeito, e a atuar como ser pensante, desenvolvendo reflexões, intervindo, construindo e reconstruindo a realidade em apreço. Ela ajuda a percepção do indivíduo, favorecendo a adoção de atitudes e ensejando um novo olhar, em dimensão pautada na cooperação, solidariedade e integração do homem, no contexto global.

c) Organização

A categoria organização, apresentada por Gramsci, para viabilização de vontade coletiva, tem

como propósito o alcance de fins políticos, pois, conforme o autor, o partido político “é a primeira célula em que se presumem os germes da vontade coletiva e que tendem a tornarem-se universais e totais” (GRAMSCI, 1978, p. 151).

Nesse sentido, a organização aqui é pensada como mecanismo de gestão e atividade mediatizada pelos intelectuais orgânicos. Enquanto instrumento de gestão, a organização visa reunir as pessoas dispersas, aglutinar as ideias, juntar e categorizar as propostas, estimular os grupos, fomentar mensagens e correlatos para viabilizar as metas e os propósitos, resultantes da vontade coletiva.

A organização age como meio através do qual se torna possível trabalhar a homogeneização e a conscientização. Ela atua como vetor estratégico na agregação das pessoas, no recrutamento dos quadros, na formação de grupos e na distribuição das tarefas; e viabiliza a homogeneização por áreas, atividades e eixos de interesse. Acrescenta-se, ainda, a estruturação do trabalho educativo com foco nas ideias, atuando no cognitivo, visando à elevação dos níveis de compreensão para ampliar a cosmovisão, mediante a autoconscientização.

d) Como se efetiva a formação da vontade coletiva

Reconhecidas as categorias de análise da abordagem gramsciana, importa, agora, saber como ocorre o processo de construção da vontade coletiva. Conforme o autor, o processo de formação da vontade coletiva é definido em vários graus, de conformidade com o nível da consciência política coletiva, distinguindo três momentos: 1) o elementar-econômico corporativo; 2) solidariedade intragrupo; 3) solidariedade universal, conforme comentários a seguir.

1º Momento da formação da vontade coletiva: elementar-econômico

No primeiro momento do processo de formação da vontade coletiva, também chamado de elementar, os indivíduos realizam a interação social grupal com o propósito de obter benefícios econômicos corporativos. A pretensão é ter resultados do esforço empreendido, ganhos e vantagens.

Nesta etapa, os indivíduos integrantes da interação social externam solidariedade restrita; e a autoconsciência encontra-se no primeiro nível ou estágio, caracterizando-se como elementar ou embrionário. Os indivíduos agem movidos por interesses pontuais. O grupo pode até ser homogêneo, em forma de semelhança de pensamentos e anseios, mas o seu nível de percepção social é limitado, e é determinado pelas representações que ensejam a sua própria condição material de vida. Daí, as interações sociais ocorrem pautadas no interesse econômico corporativo. Gramsci diz: “O primeiro é mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente dever de solidarizar-se com o fabricante; é sentida a unidade homogênea, e o dever de organizar, do grupo profissional, mas não ainda do grupo social mais vasto” (GRAMSCI, 1978, p. 192).

Assim, observa-se que, na fase elementar, os integrantes do grupo, no processo de formação da vontade coletiva, exprimem a sua visão de mundo, articulando a solidariedade em órbita com os interesses diretos, de conformidade com os seus valores e necessidades, condicionando a forma de pensar e agir.

2º Momento da formação da vontade coletiva: solidariedade intragrupal

No segundo momento, os indivíduos apresentam nível de percepção social mais elevado, externando uma

autoconscientização maior. A solidariedade se estende, alcançando todos os membros do grupo. A visão de mundo alarga-se em relação ao primeiro momento e efetiva a prática da cooperação, mas o interesse econômico continua predominando na decisão de efetuar a participação e produzir coletivamente. Gramsci (1978, p. 192) afirma:

Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico, já neste momento se coloca a questão do Estado, mas apenas no sentido de atingir uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar na legislação e na administração e talvez de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes.

Observa-se que, no segundo momento, os indivíduos ampliam a solidariedade embora ainda de forma intragrupal, mas exprimem maior capacidade de reflexão, análise e comprometimento com as questões da sociedade. Ao mostrar interesse com a questão do Estado, sinaliza maior grau de compreensão do seu papel social; exalta interesse de conquista de cidadania ao reivindicar o direito de participar das decisões da sociedade e, talvez, de modificar ou transformar como diz Gramsci.

Nessa linha, o indivíduo, no segundo momento, tem na sua autoconsciência uma visão definida do papel político do homem e a importância da sua participação na construção do seu projeto individual de vida. Tem as indicações básicas que permitem a superação das determinações históricas, mas, devido à consciência situar-se

em processo evolutivo, ele continua sofrendo os condicionamentos na forma de pensar e agir, emanados da visão de mundo do grupo dominante.

3º Momento da formação da vontade coletiva: solidariedade universal

No terceiro momento do processo de formação da vontade coletiva, os integrantes do grupo exercitam as interações sociais com o objetivo de servir a sociedade. Eles subordinam os interesses pessoais e corporativos em favor das necessidades do coletivo e do bem comum, convergem os fins econômicos, materiais, políticos com a intelectualidade e moral. Essa é a fase em que o homem se desvencilha dos atrelamentos e condicionamentos das ideias e representações que regem a sociedade, para se situar acima do senso comum, em estágio que distingue a sociedade com organismos a serviço de todos.

Nesse terceiro momento, o indivíduo tem como propósito realizar, construir e produzir bens, cuja importância e utilidade transcendem as necessidades do grupo, provendo o atendimento de outras pessoas e grupos, de forma ampliada. É o estágio no qual os resultados das interações coletivas promovem o bem comum, superando o círculo corporativo marcado pelo interesse econômico pontual, como também a visão intragrupal.

O terceiro estágio é marcado pela cosmovisão humanista, onde o foco dos interesses é o atendimento das necessidades dos grupos subordinados, ou seja, das classes marginalizadas, cujas vozes não são escutadas. É o atendimento às questões que perpassam por problemas locais ao planetário; indo do meio ambiente aos problemas raciais e incluindo interesses de gênero, de qualidade de vida, de liberdade. É uma fase “mais francamente

política, marcada pela superação do vínculo corporativo”. De acordo com Gramsci (1978, p. 192-193),

Um terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de que os próprios interesses corporativos, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais francamente política, que assinala a nítida passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se tornam ‘partido’, se confrontam e entram em luta até que apenas uma delas, ou pelo menos uma só combinação delas, tende a prevalecer, a impor-se, a difundir-se sobre toda a área social, determinando não só a unicidade dos fins econômicos e políticos, mas também a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões à volta das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’ e criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (grifos do autor).

Nessa linha, observa-se no pensamento de Gramsci que os indivíduos no terceiro momento externam nível de autoconsciência adiantado, percepção social, com espírito de solidariedade e cooperação elevado. Eles têm plena consciência do seu papel como ser humano e como ser histórico político, têm compromisso com a sociedade, efetuam a reflexão e intervenção e buscam, no cotidiano, a construção e reconstrução da realidade no seu entorno.

Refletindo sobre as palavras de Gramsci (1978), manifestadas na citação apresentada, no que se referem às interações sociais, vale salientar que o discurso tem foco na formação da vontade coletiva, para construção de partido político. Obviamente, que na essência encontram-se similaridades entre as interações voltadas para a construção de um bem coletivo em geral e a formação de partido político. Entretanto, constatam-se também, diferenças que se pronunciam no campo da objetivação das ações e dos resultados esperados. Daí justifica-se o apelo político, exaltado na citação em tela, consubstanciada na expressão: confronto e luta para a conquista do Estado; a mediação da ideologia e a hegemonia dos grupos subordinados, com resultados.

1.1.2 Limitações e críticas às abordagens

Ressalta-se, inicialmente, que todas as abordagens apresentadas foram construídas para explicar o processo de formação da vontade coletiva no âmbito dos Movimentos Sociais e partidos políticos, e não para a participação direta em cooperativas e associações, fato que pode conduzir a desvios de entendimento ou críticas. Todavia acrescenta-se que, por se tratar de ação social coletiva, obviamente a questão se integra e as explicações se coadunam com a essência do fenômeno em estudo.

Cabe mencionar, também, que as críticas esboçadas tanto podem descambar para a questão operacional, limitações de modelo, como também para aspectos de natureza ideológica. As críticas de natureza ideológica fundamentam-se na essência da base epistemológica da teoria, focam os aspectos filosóficos e relacionam com o mundo concreto, examinando-os à luz da Economia Política e

da Filosofia. Da relação homem/sociedade/ homem, são observadas as conexões, retiradas as conclusões e, se realizadas em concepção dialética, são entendidas como resultados provisórios. Assim, serão apresentadas, a seguir, críticas de natureza ideológica e operacional.

1.1.2.1 Limitações e críticas à abordagem de Mancur Olson

As principais críticas dirigidas à abordagem de Olson, formuladas pelos teóricos contrários ao paradigma da economia de mercado, centram as restrições no escopo da base epistemológica do estatuto teórico. O trabalho de Olson foi construído no berço do funcionalismo, positivismo, coadunando-se com os princípios liberais que explicam e defendem a individualidade e o interesse, voltados para a obtenção de resultados para apropriação privada dos meios de produção.

Assim sendo, os adversários dessa corrente de pensamento, que seguem orientação marxista, difundem que as teorias de Olson, como outras que foram criadas nos laboratórios do funcionalismo, pautadas no paradigma do consenso, têm como propósitos subjacentes fortalecer, divulgar e expandir a ideologia³ liberal, reforçando sentimentos de individualismo, competição e interesses, centrados na utilidade.

No bojo das críticas dirigidas à teoria de Olson, destacam-se, também, as observações feitas pelos funcionalistas da corrente neoinstitucional, entre as quais se

³ Gramsci aponta duas categorias de ideologias: a historicamente orgânica e a arbitrária racionalista. A ideologia historicamente orgânica compreende “validade psicológica”, organizam as massas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência da sua posição, lutam etc. “Enquanto a arbitrárias” não criam outra coisa senão movimentos individuais, polêmicas etc. (GRAMSCI, 1978, p. 65).

distinguem: Durkheim, Hardin e Douglas. Todos esses estudiosos fazem sérias restrições ao princípio da utilidade que se encontra na base do estatuto teórico de Olson. Ao discordar da base, questiona-se a eficácia da teoria, e, por conseguinte, os seus resultados. Daí, essa corrente (neoinstitucional) colocar em dúvida a ideia de que o indivíduo participa de ações coletivas meramente por interesse, para obter benefícios, e busca mostrar que a participação transcende o interesse material. Douglas (2007), um dos principais intérpretes desse grupo, faz severas críticas, chegando, inclusive, a construir uma teoria (apresentada na seção anterior) para mostrar que existem outras conexões, explicando o processo de formação da vontade coletiva.

Nessa linha crítica, também é colocada em dúvida a questão da racionalidade, na forma defendida na teoria, a qual se respalda no princípio da utilidade, que afirma que todo indivíduo é racional: realiza cálculo, dimensiona a utilidade dos benefícios para a tomada de decisão. Ao analisar a questão observa-se que Olson, por se vincular organicamente a teoria da utilidade, acabou incorporando a questão de forma abrangente e, no campo empírico, constata-se que nem todos os indivíduos são dotados dessa racionalidade. Existe um contingente significativo de pessoas que decide sobre a participação motivada por influência, embora a questão não descarte que o fato motivador é, de certa forma, o interesse em obter benefício, todavia sem efetuar o cálculo na forma preceituada pela teoria olsiana.

A abordagem de Olson (1999) é criticada por dar destaque especial à individualidade. Ele concebe o indivíduo como sujeito, senhor que define e decide sobre o seu projeto de vida, especialmente no âmbito da participação

coletiva, embora pautado em interesse individual privado. Nesse sentido, a individualidade é realçada e o foco central passa a ser o atendimento das aspirações do indivíduo, o sujeito, abstraindo-se do mundo no seu coletivo, ignorando as necessidades do outro e os requerimentos do contexto onde está inserido. Assim, os resultados obtidos decorrentes dos esforços são motivados por interesses e aglutinados sob a forma de posse privada, favorecendo o processo de acumulação privada de capital e dos bens da sociedade.

1.1.2.2 Limitações e críticas à abordagem de Mary Douglas

São dirigidas críticas à abordagem de Douglas (2007), as quais enfatizam as limitações operacionais como também questões de natureza ideológica. Conforme já explicitado, a corrente neoinstitucional emerge do berçário teórico do funcionalismo, paradigma do consenso, e, no campo socioeconômico, os seus axiomas estão articulados com o liberalismo, eixo central da economia de mercado.

Assim, as críticas que foram feitas à abordagem de Olson (1999), sobre a natureza epistemológica resvala, também, na teoria de Douglas, o que se permite deduzir que as diferenças entre as duas abordagens se pronunciam no campo das externalidades, mas a essência é preservada com similaridades de propósitos na concepção de mundo e modo de produção.

O trabalho de Douglas (2007) concebe a instituição como representação do pensamento coletivo, como base no processo a quem cabe produzir as convenções, estabelecer as regras e pautar o comportamento das pessoas. Nessa

linha, os críticos advertem que a abordagem de Douglas reduz a importância do indivíduo, minimiza a sua capacidade humana, retirando-lhe a condição de sujeito e transformando-a em um objeto dentro do contexto delimitador.

Douglas (2007), ao tomar a cognição social como categoria de análise, faculta à instituição, entendido como agrupamento social, o papel base da representação do pensamento coletivo. E, respaldando-se nessa base, ela advoga que as instituições, por intermédio das convenções, estabelecem normas, regras que pautam o comportamento dos seus membros. Por isso os críticos advertem que a abordagem de Douglas nega a importância da pessoa, reduzindo a sua dimensão, coisificando-a.

Na forma apresentada no seu discurso, Douglas minimiza a capacidade humana; isto fica explicitado quando ela afirma que à instituição cabe decidir sobre as questões mais importantes da vida, enquanto aos indivíduos cabe pensar sobre táticas e detalhes, ou seja, questões secundárias de menor importância para a vida da pessoa.

Douglas (2007) esclarece, também, que a instituição controla a memória dos seus integrantes, colocando-lhes nas mentes valores que promovem a sujeição voluntária, deliberada, minimizando a sua capacidade humana. Douglas (2007, p. 116) diz:

Assim, qualquer instituição começa a controlar a memória dos seus membros, ela os leva a esquecer experiências incompatíveis com aquela imagem da correção que eles têm de si mesmos e traz para suas mentes acontecimentos que apoiam uma visão da natureza que lhe é complementar. A instituição propicia

as categorias dos pensamentos de seus membros, estabelece os termos para o autoconhecimento e fixa as identidades.

Nas críticas formuladas, destacam-se as observações de Alcântara (2003), afirmando que o trabalho de Douglas, em alguns pontos, apresenta dúvidas. Afinal, quem pensa e quem age são as instituições ou os indivíduos? Concretamente é o indivíduo que pensa, cria as convenções, estabelece as regras e normas. Logo, a convenção ou a instituição é produto do indivíduo. Assim, a tomada de decisão passa pela convenção, mas ela continua centrada no indivíduo. Pode-se até entender como uma inversão de papéis em relação à teoria de Olson. Na ótica de Douglas, o indivíduo recolhe as informações do contexto da realidade e leva para a instituição fazer a avaliação (cálculo na visão de Olson) sobre o retorno do benefício e decidir. Enquanto que, na teoria olsiana, o indivíduo recolhe as informações e ele mesmo faz o cálculo (ou pessoas da sua confiança e influência) e decide. Alcântara (2003) salienta que os indivíduos tomam decisões e, neste ponto, o trabalho de Douglas (2007) apresenta ambiguidade. Para Alcântara (2003, p. 28):

[...] mesmo tendo recorrido à noção durkheimiana do sujeito coletivo, Douglas deixa claro, nesse ponto especificamente que são os indivíduos, um a um, quem escolhe agir de dada forma. Encontramos nesse ponto uma ambiguidade. Afinal, quem pensa é a instituição ou o indivíduo? A instituição não age mais classifica. Não toma decisão, mas cria um ambiente que a torna passível ou que favorece um determinado curso da ação. Portanto são os indivíduos que agem e são os indivíduos que tomam as decisões. Os indivíduos, não a instituição.

Alcântara (2003) comenta críticas feitas por outros estudiosos da questão e realça as observações, feitas por Berger e Luckmann (2000), sobre a teoria de Douglas (2007). Ela afirma que, na forma apresentada, existem possibilidades do aprisionamento das pessoas às instituições, e esclarece:

A possibilidade do controle total dos indivíduos por parte das instituições também é advertida por Berger e Luckmann quando abordou o problema de reificação. A reificação seria o aprisionamento dos indivíduos pelas instituições. As coisas tomariam o lugar das pessoas (ALCÂNTARA, 2003, p. 30).

Nessa linha, na visão de Douglas, o indivíduo renuncia a missão de dirigir o seu projeto de vida, transferindo para a instituição o papel de pensar, coordenar, dirigir os seus passos. Os indivíduos passam à condição de objeto, guiados e pautados por convenções que emanam do coletivo social, configurando a coisificação, na forma proclamada por Berger e Luckmann, *apud* Alcântara (2003).

Assim, as proposições de Douglas (2007) permitem imaginar que o trabalho educativo está voltado para a ação coletiva, ao distinguir a instituição como centro de processo, que não prepara ou qualifica o indivíduo para superação e emancipação, pelo contrário, conduz a pessoa para a condição de dependência, objeto. Dessa forma, a ação coletiva age como mecanismo que contribui para reforçar a dependência, criando tutelas que aprisionam os indivíduos às suas instituições. Atua de modo disfarçado, oculto, fazendo o trabalho de sujeição das pessoas, moldando a capacidade humana na linha dos interesses das instituições.

1.1.2.3 Limitações e críticas à abordagem de Antonio Gramsci

Conforme já observado, não foi localizada nenhuma teoria marxista estruturada sobre o processo de formação da vontade coletiva. O texto apresentado foi construído com base no pensamento de Gramsci (1978), mas não corresponde à teoria na sua totalidade. Assim, o texto não passou ainda pelo crivo da crítica, o que certamente acontecerá com a publicação deste trabalho. Contudo é possível antever algumas críticas que advirão, bem como prever indicações de limitações e falhas.

Especula-se que irão aparecer críticas dirigidas à abordagem em pauta, em decorrência de questões de natureza ideológica. Isto porque as proposições, que configuram a teoria gramsciana, nasceram em laboratório marxista, pautadas na dialética, tendo o princípio da igualdade como categoria de referência. Portanto, as ideias são tributárias do ideário de Marx e têm como propósito subjacente a socialização dos meios de produção. Nessa ótica, as correntes adversárias do marxismo certamente farão restrições à abordagem de Gramsci.

Acrescentam-se, como fator passivo de críticas, as limitações de natureza operacional. Por se tratar de uma teoria formatada com base edificada em categorias da dialética, toda a sua operacionalidade fica em estreita dependência da metodologia que emerge do arcabouço teórico da abordagem. Isto implica em reconhecer que os estudos e investigações terão de ser alinhados à dialética, colocados em perspectiva de totalidade, não permitindo recortes de um todo. Os estudos terão que ser observados e realizados levando em conta a linha do tempo, onde a história faz a imersão, desnuda a realidade, exalta as

contradições dos fenômenos e externaliza as conexões propiciando antíteses e sínteses.

Especula-se, também, como passivo de crítica o fato da proposição de Gramsci proclamar que nos primeiros estágios do processo de formação da vontade coletiva a decisão do indivíduo participar da ação coletiva é movida por interesses, inclusive econômicos (etapa econômica corporativista), condição semelhante ao da abordagem de Olson (1999). Gramsci (1978) diz que, no processo de formação da vontade coletiva, o primeiro momento e mais elementar é o econômico-corporativo.

1.1.3 O que leva as pessoas a se filiarem às atividades coletivas

Nesta seção, pretende-se examinar como as abordagens explicam o que leva as pessoas a se filiarem às atividades coletivas e, conseqüentemente, revelar aspectos sobre a participação. Para cada abordagem teórica apresentada, foi realizada uma reflexão sumária sobre as categorias de referência e, conjuntamente, uma análise do trabalho de forma a obter informações e conclusões que permitam desvendar os fenômenos e responder as indagações básicas, que norteiam o curso desta investigação.

1.1.3.1 O que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva na visão de Mancur Olson

Olson (1999), conforme já foi dito, utilizou, como base de sustentação e categoria de referência do seu estudo, a teoria da utilidade. Esta teoria tem como pressuposto básico os seguintes princípios: 1) todo indivíduo é racional; 2) todo indivíduo age e é movido por interesse.

Apoiando-se nessas premissas, Olson vai defender que todo indivíduo, antes de tomar decisão, especialmente que implique em custo ou esforço adicional, realizará um cálculo, visando aferir o retorno ou benefício. Ele respaldou-se na teoria da utilidade, retratada na visão de Smith (1985), o qual advoga que as pessoas agem, produzem, constroem motivadas pelo interesse na busca de suprir necessidades, atender desejos, realizar satisfações.

Na avaliação do retorno, o indivíduo leva em conta: o custo despendido para construir o bem coletivo e a dimensão do benefício. Amparando-se na racionalidade, o indivíduo decide: vale a pena ou não se filiar à ação coletiva; vale a pena participar, fazer parte, ter parte, contribuir efetivamente ou não. Na ótica de Olson, é o tamanho da utilidade, a dimensão do benefício que determina se o indivíduo se integra em ação coletiva ou se participa de forma efetiva.

As constatações de Olson (1999) permitem afirmar que o indivíduo só se integra em ações coletivas geralmente, quando o custo para se obter um benefício é elevado, e ele sozinho não pode arcar com as despesas, ou, então, quando individualmente não pode prover as condições para suprir as suas necessidades e conseguir os benefícios desejados. Olson sinaliza também que as atividades coletivas empreendidas por instituições como cooperativas, associações, sindicatos e correlatos, precisam de coordenação e gerenciamento, de modo a dar um rumo e assegurar, permanentemente, benefícios para os seus integrantes. Isto porque se ela não é eficaz na geração do benefício, na satisfação das necessidades do seu filiado, a ação coletiva perde o sentido da sua existência. Portanto, o empreendimento deve, continuamente, atuar para suprir desejos e anseios dos seus filiados; atender as

necessidades e oportunizar o benefício coletivo. O filiado, entendido como indivíduo racional, será tentado a fazer cálculos, e sua participação está na razão direta do interesse que será definido de acordo com o tamanho do benefício.

Para coibir comportamentos de caroneiros e incrementar a participação na ação coletiva, Olson (1999) recomenda a coerção e os benefícios seletivos. Isto quer dizer que não basta à instituição ficar promovendo os benefícios, é preciso incrementar, expandir a produção ou geração do bem coletivo, fato que só pode ser realizado com a participação e integração efetiva do quadro societário.

Respondendo a indagação do eixo da pesquisa: o que leva as pessoas a se filiarem e participarem de ação coletiva, como cooperativas e associações, na visão de Olson (1999)? As reflexões e ideias apresentadas apontam as seguintes constatações: a) o fator determinante da participação é o interesse e utilidade; b) a decisão para filiação é decorrente de cálculo feito pelo interessado, ou por pessoas que influenciam o sujeito racional; c) é a dimensão do benefício que determina o interesse de filiação; d) a efetividade da participação depende dos benefícios gerados pelo grupo; e) a instituição deve oferecer benefícios permanentes; f) existe correlação entre a participação, tamanho do grupo e benefícios; g) quanto menor é o grupo maior é a possibilidade de participação, e quanto maior é o grupo mais reduzidas são as chances de participação e obtenção dos benefícios; h) nos grupos latentes (grandes) e médios (intermediários), acontece com mais frequência a presença do caroneiro; i) o caroneiro é o tipo egoísta que só quer tirar vantagem, que desestimula o trabalho coletivo, prejudicando a participação;

j) recomenda-se a coerção para inibir comportamentos egoístas, do tipo carona, que prejudicam a participação; k) a impossibilidade de evitar que as pessoas, que não produzem, utilizem os mesmos benefícios gerados pelo grupo, recomendam-se os incentivos seletivos; l) e os incentivos seletivos têm como missão premiar e incentivar as pessoas a participar e contribuir na geração do bem coletivo (premiação pelo esforço).

1.1.3.2 O que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva na visão de Mary Douglas

Douglas (2007) parte do entendimento de que a ação coletiva pressupõe o compartilhamento de ideias e pensamentos de pessoas, as quais harmonizam propósitos e preferências e, através das quais, viabilizam a realização de atividades e empreendem ações. Mas, para que os indivíduos se aglutinem e viabilizem as ações, é preciso que, entre eles, seja efetivada uma relação de confiança e sentimento de solidariedade. Isto porque a ação coletiva implica na realização de esforço pautado em cooperação ou solidariedade entre os indivíduos. Ocorre que a solidariedade só se estabelece quando existe confiança, sentimentos de lealdade e sacralidade. Segundo a autora, é preciso que o indivíduo esteja disponível para o sacrifício, e que o grupo cultive sentimentos de confiança e reciprocidade. Isto quer dizer, cada um se dispõe a fazer sacrifício porque tem certeza que o outro também fará. Assim, os sentimentos cultivados e pautados na confiança criam e reforçam os laços sociais (DOUGLAS, 2007). Por isso, ela diz que muitas vezes a confiança tem breve duração, isto torna a cooperação impossível e resulta na dissolução do grupo.

Nesse sentido, a ação coletiva acontece como decorrência da cooperação entre indivíduos que têm sentimentos assemelhados. Os sentimentos brotam do cognitivo de cada indivíduo, dos seus pensamentos, ideias e memória. Eles emanam da percepção, conformam o juízo de valor e propiciam a visão de mundo. A soma total do cognitivo individual forma o cognitivo social, que é regido por uma convenção.

Por outro lado, a motivação para a ação advém de necessidades e/ou interesses em realizar uma atividade para obter um bem ou serviço. Mas para compor, conciliar o esforço e assegurar a cooperação necessária para a construção do bem coletivo, torna-se imperativo manter e reforçar os laços de confiança, como também, pautar os procedimentos de convivência. Decorre, assim, a necessidade de se construir convenções as quais figuram como regras, normas e estatutos que norteiam e definem as relações inter e intragrupal, objetivando a obtenção dos fins desejados.

As convenções criam as instituições, o que, na visão de Douglas, pode ser uma família, um time de futebol ou um agrupamento qualquer, mas que precisa ser legitimado para ser considerado como grupo social ou instituição.

A direção da instituição é feita pelo cognitivo social, categoria de análise central de Douglas. O cognitivo social transfigurado na imagem de convenção se expressa como um conjunto de normas e valores; posiciona-se como uma estrutura superior e não depende de base física ou funcional para se manter. Em que pese a sua aparência de subjetividade e feição abstrata, todavia o cognitivo social tem vida concreta e opera materialmente, guiando a forma de pensar e agir das pessoas, indicando necessidades, estabelecendo regras, incentivos, punições; calculando os benefícios que podem advir da ação coletiva; pautando a

conduta dos indivíduos; e decidindo sobre a participação em ação coletiva. O cognitivo social atua de forma disfarçada, oculta, sem que as pessoas percebam que estão sendo manipuladas.

Contudo, para que as instituições cumpram o seu papel de criar os benefícios coletivos, manter os laços sociais dos integrantes e assegurar a cooperação e solidariedade do grupo, necessita-se de coordenação e administração para planejar, operacionalizar e viabilizar os fins desejados. São ações que levam a instituição a realizar atividades estratégicas para garantir o controle social, na forma de domínio e direção do grupo. E, entre as atividades estratégicas para garantir o controle social, na forma de domínio e direção do grupo, se destacam: conferir identidade, operar classificação, tomar decisões etc.

Para conferir identidade, as instituições recolhem informações, agrupam por eixos ou segmentos com base na similaridade, visando à uniformização o que facilita a identificação. Com base em analogias, aglutinam-se os iguais o que facilita o cognitivo social para operar a coordenação e o controle. Isto propicia o cumprimento da sua missão de dirigir e controlar as ações das pessoas, como também, evita tensões, conflitos, superposição de trabalho e cumprimento do discurso. Mas, fundamentalmente, o propósito é ajudar a controlar a vida das pessoas.

De forma semelhante, as instituições operam as classificações, isto é, sistematizam os dados, ordenam as informações, criam categorias, organizam ações, ideias, pensamentos. Todos esses procedimentos propiciam o enriquecimento do acervo de conhecimentos do cognitivo social. A identidade (uniformização por área de interesse) como a classificação, o ordenamento e a categorização só é possível obter e administrar através de ação

grupal. Essas informações, apropriadas pelo cognitivo social, favorecem meios para fazer o trabalho de direção e controle dos integrantes. Possibilita captar as percepções, organizar e submeter as pessoas aos ditames das convenções; formar laços de dependência, fazendo com que os indivíduos renunciem, voluntariamente, ao poder de tomar as decisões importantes da sua vida, transferindo esse poder às instituições (DOUGLAS, 2007).

Daí Berger e Luckmann, como também Alcântara (2003), afirmarem que a proposta de Douglas, ao colocar a instituição como centro, provoca a dependência do indivíduo, propiciando a coisificação, determinando o aprisionamento às instituições.

Assim, respondendo a indagação central: o que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva, na visão de Douglas, as constatações estão elencadas a seguir: a) o fator motivador da ação coletiva é o interesse ou desejo dos indivíduos; b) para realizar a ação coletiva, faz-se necessário o compartilhamento de sentimentos e a harmonização de interesses; c) a harmonização propicia o estabelecimento de laços de confiança e solidariedade; d) os sentimentos e as percepções, articulados aos laços sociais, configuram o cognitivo individual, cuja soma forma o cognitivo social; e) o cognitivo social propicia a formação de convenção e, conseqüentemente, a instituição; f) a instituição através do cognitivo social propicia a criação de mecanismos, produz benefícios e realiza diversas atividades, entre as quais: conferir identidade, operar classificações, pensar e decidir pelas pessoas; g) todos os mecanismos têm como fim sujeitar as pessoas às regras e convenções para guiar a forma de pensar e agir, ou seja, manter a direção e controle do grupo; h) o cognitivo social, transfigurado na instituição, passa a decidir

sobre a vida das pessoas; i) a decisão do indivíduo de se filiar e participar da ação coletiva passa por avaliação da instituição ou do cognitivo social; j) a decisão sobre a participação é delegada voluntariamente à instituição.

1.1.3.3 O que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva na visão de Antonio Gramsci

Parte-se da compreensão de que a ação coletiva é realizada através da conjugação de esforços de duas ou mais pessoas, com propósitos em comum, com o fim de construir um bem ou serviço. A preocupação de Gramsci (1978) se volta para o que leva a pessoa a realizar esforços em favor do coletivo; em que momento o indivíduo decide pela filiação ou participação.

Gramsci (1978) diz que a questão pode ser analisada, de diversas formas, e distingue vários graus e momentos que correspondem ao nível da consciência política. Segundo Gramsci (1978, p.192), “[...] o momento pode ser por sua vez analisado e distinguindo em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política, tal como se manifestaria, até agora na história” (grifo nosso).

Para analisar a questão, Gramsci (1978) utiliza como categoria básica de análise a conscientização e, trilhando nessa linha de raciocínio, passa o entendimento de que o interesse do indivíduo em se filiar à ação coletiva está relacionado com o nível de conscientização política. Mostra, também, que a conjugação de interesses e a viabilização de ação demandam a homogeneização e a organização, as quais se apresentam como categorias de análise complementar.

No contexto empírico, a homogeneidade pressupõe agrupar interesses, ideias, propostas e similares por eixos ou segmentos e, mediante a organização, isto é, a coordenação das ações, a planificação e gestão, o trabalho mediatizado por intelectuais orgânicos são viabilizados pela ação coletiva.

Assim, o que se depreende do trabalho de Gramsci (1978), é que a decisão de se filiar à ação coletiva é decidida pelo indivíduo, o qual age de acordo com a sua linha de interesse e nível de conscientização política⁴. A conscientização política está associada a sua visão de mundo, a decisão está articulada com a sua vida existencial, a que é vinculada a base material e ideológica dos valores e ideias do pensamento hegemônico.

Gramsci, no texto apresentado, abstrai-se da discussão sobre as possibilidades de outros fatores ou interesses motivarem a filiação, mas mostra que, quando o indivíduo tem um nível de consciência política limitada, estágio 1, o elementar corporativo, a sua motivação se efetiva especialmente com base em interesse pecuniário, econômico. Isto quer dizer que a decisão para filiação ou participação em ação coletiva passa por uma avaliação que tem como condutor o entendimento de que deve render benefícios, trazer resultados concretos, transfigurados em vantagens econômicas e financeiras.

Na ótica de Gramsci (1978), à medida que cresce o nível de conscientização do indivíduo reduz o interesse pecuniário e incorporam-se outras necessidades ou motivações, incluindo questões do estado, igualdade

⁴ Conscientização Política – aqui, neste trabalho, o autor resolveu classificar a conscientização em três níveis: 1) elementar- corporativa econômica; 2) intermediária; 3) superior.

de direitos e outros. Isto fica claro quando ele mostra que o indivíduo, situado no segundo momento, estágio intermediário, a motivação para a participação é ainda no campo meramente econômico, mas expressa desejos e se integra à ação desvinculada da pretensão econômica com perspectiva de atendimento às necessidades coletivas, mesmo que esteja voltado para sua categoria profissional ou grupo de interesses.

No terceiro momento, ou estágio superior de autoconscientização, o indivíduo é propenso a se integrar em ação coletiva, independente de interesses ou benefícios pessoais diretos. Movido por sentimentos voltados para o bem comum, o indivíduo se integra à ação coletiva e participa preocupado em atender questões amplas da sociedade.

Assim, respondendo a indagação sobre o que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva na visão de Gramsci, os textos apresentados e analisados, sugerem as seguintes respostas: a) interesses e necessidades são os principais motivadores da ação coletiva; b) a realização da ação coletiva necessita da homogeneidade e ações de gestão (coordenação, organização); c) a conscientização se manifesta em três níveis (estágios): o primeiro é o elementar - corporativo econômico; o segundo é o intermediário; e o terceiro é o superior. d) existe uma relação entre a participação e o nível ou estágio de conscientização; e) o indivíduo, no primeiro estágio de conscientização, só se vincula à ação coletiva com foco em interesse pessoal e econômico; f) no segundo estágio intermediário, a motivação do indivíduo é pautada em benefício pessoal, também econômico, mas se incorporam outras motivações; g) e no terceiro momento, aqui chamado estágio superior de conscientização, o indivíduo é propenso a se

filiar e participar de ação coletiva independente de benefício, o seu foco é o bem coletivo. Isto quer dizer que, ao se libertar de interesses pessoais secundários, a visão do indivíduo alcança questões maiores voltadas para o coletivo.



Busca-se, neste capítulo, refletir sobre a participação no propósito de identificar aspectos que interferem no processo de engajamento do indivíduo em ação coletiva, especialmente, nas cooperativas e associações. Visa-se conhecer os fatores que provocam impactos e definem níveis de envolvimento das pessoas na formação de uma ação coletiva, passivos de identificação e mensuração. Estes fatores aqui são chamados de indicadores para avaliação da participação.

Este capítulo possui duas seções. A primeira comenta sobre a participação e seus reflexos na ação coletiva, inicia revisando conceitos e conclui apresentando visões diferentes de mundo sobre a participação. A segunda seção apresenta os indicadores de participação, construídos a partir das reflexões teóricas, pautadas nas revelações e discussões apresentadas na primeira seção, bem como observações e constatações empíricas.

2.1 A Participação e seus reflexos na ação coletiva

Conforme já mencionado, a participação aqui é entendida na forma defendida por Bordenave (1995), tomando como referência a palavra parte, que quer dizer fazer parte, tomar parte ou ter parte. Embora estas palavras tenham conotações diferentes, no seio estão interligadas. Logo, a participação se expressa como ação junto a algo, trabalho, intervenção e posse. Ela representa, também, forma de agir em favor de alguma coisa, quase sempre de um objetivo, um alvo, um desejo.

A participação em cooperativa ou associação é, portanto, manifestação da ação do associado, e se expressa em: fazer parte, ter parte e ser parte. Implica na relação: ser integrante do quadro societário, ter parte do capital social e tomar parte, isto é, contribuir, agir, fazer, atuar para que a instituição realize a sua missão.

A participação do associado se traduz como aspecto relevante, pois, da sua efetividade, depende o desempenho geral da cooperativa. O reconhecimento dessa importância é proclamado por vários estudiosos do cooperativismo, entretanto a produção do conhecimento sobre a questão se apresenta de forma limitada. Percebe-se a escassez de literatura sobre participação em cooperativa e nos trabalhos encontrados, na sua maioria, a questão é inserida de forma sintética e dispersa.

Nesse sentido, importa definir os indicadores necessários para a aferição do desempenho da variável participação. Por isso, são buscados, em breve revisão de literatura, estudos sobre a participação, nos diversos enfoques, estruturados com base nas premissas a seguir.

- Por compreender que a cooperativa é uma instituição de inspiração eminentemente democrática (capital, voto, ação, pautada na autogestão), focou-se a participação na ótica dos teóricos da democracia e buscou-se o pensamento dos clássicos desse epistolado, os formuladores da doutrina, informações para referenciar a questão.
- Por entender que a cooperação é uma prática social, que se desenvolve no seio da sociedade, com efeitos em todo o seu conjunto, focou-se a participação no ângulo da política social e recorreu-se à visão dos teóricos que esclarecem a importância desse instrumento no processo de aperfeiçoamento social, para respaldar o estudo.
- Por reconhecer que os resultados que propiciam a existência material do cooperativismo são produtos da ação, que se efetiva na práxis, enfocou-se a participação na dimensão teórico-empírica e foram buscadas as ideias de cooperativistas com experiência e militância nesse tema, para embasar a investigação, conforme a seguir.

2.1.1 A Participação na ótica dos teóricos da democracia

A participação, na ótica dos teóricos da democracia, está retratada nos pensamentos dos clássicos: Rousseau, Cole e Mill, complementados com trabalho de Pateman, apresentados a seguir.

a) Rousseau

Rousseau (1995), teórico liberal, que expôs os seus pontos de vista sobre a participação e mostrou que só é possível o exercício da democracia, mediante a participação

individual de cada pessoa no processo político de tomada de decisões, resultando na participação coletiva.

Para se entender o papel da participação, na visão de Rousseau, é necessário identificar as premissas que ele coloca para assegurar o funcionamento da democracia. A primeira versa sobre condições econômicas, isto é, para funcionar bem um sistema participativo é necessário que ocorra igualdade e independência econômica entre os seus integrantes. Não se trata de igualdade absoluta, mas relativa, de modo que ninguém “seja rico bastante para comprar o outro e em que nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender” (ROUSSEAU, apud PATEMAN, 1992, p. 36). Rousseau (1995, p. 38) afirma:

Portanto, um dos mais importantes assuntos do governo é evitar a extrema desigualdade das riquezas, certamente não permitindo o aumento das que já existem, mas, também, impedindo por todos os meios que alguém possa acumuladas; nem tampouco construindo hospitais para os pobres, mas preservando os cidadãos de caírem na pobreza.

Outra premissa destacada por Rousseau, para assegurar a participação, é que ninguém precisa ser senhor de ninguém e cada qual é dono de si mesmo, e da própria vida. O processo participatório assegura que, ainda que nenhum homem ou grupo seja senhor de outro, todos são igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos às leis. Assim, a participação está alinhada à liberdade e qualifica o indivíduo para exercê-la na condição de senhor, dono de si próprio.

Na visão de Rousseau a participação contribui para aproximar as pessoas e capacitá-las para tomada

de decisões; favorece a realização de trabalho grupal e a formação de comunidades e “permite que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelos indivíduos” (PATEMAN, 1992, p. 41).

Assim, em condições que prevalecem a igualdade e a liberdade, a participação se manifesta nas tomadas de decisões e aplica-se a qualquer grupo ou associação. Pateman (1992, p. 37), refletindo sobre o pensamento de Rousseau, explica:

O processo de participação assegura que a igualdade política seja efetivada nas assembleias em que decisões são tomadas. O principal resultado político é que a vontade geral é, tautologicamente, sempre justa (ou seja, afeta a todos de modo igual), de forma que os direitos e interesses individuais são protegidos, do mesmo tempo que se cumpre o interesse público.

Rousseau (1995) salienta que o indivíduo aprende a participar, participando, enfatiza, ainda, que a participação tem caráter educativo, manifesta-se nas tomadas de decisões, funcionando como instrumento de controle, ajudando a proteger os interesses e assegurando um bom governo. Ele elucida, também, que a participação tem a função de integração, passando ao imaginário a sensação de que cada cidadão isolado pertence à sua comunidade, facilitando a interação e o exercício da liberdade. Rousseau realça a contribuição da associação e a sua importância e explica que:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado de toda força

comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça a si mesmo, permanecendo tão livre quanto antes [...] (ROUSSEAU, 1995, p. 78).

b) Cole

Cole (1913) respalda-se em Rousseau e reafirma a importância da igualdade econômica (relativa) para a implementação da igualdade política, que se tornam indispensáveis à prática da democracia.

O exercício da democracia, na sua ótica, é efetivado através da participação individual dos atores, o que enseja o geral, o todo, manifestado na ideia da vontade constante defendida por Rousseau (1995).

Cole (1913) formula a teoria das associações, na qual é ressaltada a necessidade do indivíduo atuar na sociedade, desenvolver ações, participar ativamente. Pate-man (1992, p. 53), referindo-se à teoria da Associação e interpretando o pensamento de Cole, esclarece:

Se o indivíduo quiser se autogovernar, então ele não só tem de ser capaz de participar da tomada de decisões em todas as associações das quais ele é membro, como as próprias associações têm de ser livres para controlar os seus próprios assuntos [...].

Cole declara que os homens precisam cooperar em associações para atender as suas necessidades, daí a importância da participação na organização e construção das leis, pois quanto maior é a cooperação, mais elevadas são as possibilidades da efetivação da liberdade e autogestão.

No trabalho de Cole (1913), fica evidenciada a importância da participação, a qual deve ser desenvolvida a

partir das associações, como membro atuante. Isso implica em destacar a relevância da atuação nas reuniões, em assembleias, nas tomadas de decisões que vai da construção das regras e normas até o desempenho do cotidiano das instituições (sociedade).

c) Mill

Mill (1937) retoma Rousseau e reafirma a importância da participação para a efetivação do processo democrático, e mostra que é a partir da base local que o indivíduo vai aprender a participar e exercitar a democracia. Salienta que as pessoas precisam aprender e exercitar, pois somente praticando terá possibilidades de viver efetivamente a democracia.

A teoria de Mill sobre a participação consiste em oferecer o máximo de oportunidades aos atores sociais para que eles participem inicialmente no nível local do processo político. A participação inicial tem como alvo o desenvolvimento de qualificações e habilidades necessárias à evolução, ascensão e acesso às atividades de controle e exercício da representação.

Mill advoga, também, que a participação tem um papel educativo, auxilia no acolhimento das decisões, bem como desenvolve uma função integrativa. Pateman (1992), comentando o assunto, sustenta que Mill atribui especial relevo à função integrativa da participação. E acrescenta: “Talvez o aspecto mais interessante da teoria de Mill seja uma ampliação da hipótese a respeito do efeito educativo da participação” (PATEMAN, 1999, p. 49).

Mill (1937) enfatiza a importância do processo político, isto é, votar e ser votado no exercício da participação. O sufrágio eleitoral, na sua visão envolve, integra

e compromete o indivíduo, favorecendo o engajamento; e se completa com a participação nas reuniões, assembleias, onde são efetivadas as tomadas de decisões.

Conforme Pateman (1992), Mill externou simpatia em relação à organização cooperativa, destacando-a como mecanismo que promove a elevação da dignidade do trabalho, despontando como possibilidade de oportunizar segurança e independência aos trabalhadores, configurando como uma escola que favorece o exercício da inteligência prática. Pateman (1992, p. 50) afirma que:

Mill achava que formas cooperativas de organização industrial conduziam a uma ‘transformação moral’ dos que nela tomaram parte (também pensava que eles seriam mais produtivos, embora isso se devesse, em parte a transformação). Uma organização cooperativa levaria, diz – ele, a uma rivalidade amistosa, na busca do bem comum de todos, a elevação da dignidade do trabalho; a uma nova sensação de segurança e independência da classe trabalhadora, e a conversão da ocupação diária de cada ser primário em uma escola de afinidades sociais e da inteligência prática (grifo do autor).

Assim, Mill (1937) enxerga a organização cooperativa como um instrumento que vai além do papel educativo por intervir diretamente no processo produtivo, e assegurar condições de trabalho estável (segurança), independência, resultando na ascensão moral, social e econômica do operário.

Pateman (1992), concluindo a reflexão, demonstra que a teoria da democracia participativa se assenta na

premissa de que os indivíduos e instituições não podem viver isolados, necessitando, portanto, do máximo de participação de todas as pessoas, em todas as instâncias da sociedade. A intensificação da participação é vista como instrumento de socialização, efetuada através de treinamento, preparação, qualificação.

A participação transcende o papel de catalisador do processo para atuar em nível psicológico com o fim de desenvolver, nos indivíduos, condições para internalização de princípios, adoção de procedimentos e aceitação das decisões emanadas da sociedade. A participação, portanto, tem o papel educativo de capacitar as pessoas para atuar democraticamente. Pateman (1992, p. 60-61) aclara que:

A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativo no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos.

Nesse contexto, compete à participação o papel de educar, treinar e habilitar os indivíduos para a vida em sociedade, de modo a exercitar a democracia. Pateman (1992), em seu trabalho, enfatiza o papel educativo da participação. A autora conseguiu reunir elementos dispersos nos discursos dos pensadores democratas, e apresentar o papel da participação como pilastra básica da doutrina democrática.

2.1.2 A Participação com enfoque na política social

A participação com enfoque na política social está aqui revelada através dos discursos e trabalhos de Demo, Dallari e Bordenave, sintetizados a seguir.

a) Demo

Demo (1993) aborda sobre o tema participação, ancorando-a, na política social. Não se trata de participação específica em cooperativismo, mas na sociedade como um todo, pois o foco do discurso apresentado é a participação como instrumento para reduzir as desigualdades sociais, democratizar as oportunidades e usufruir dos bens produzidos pela sociedade. O trabalho sobre participação do professor Demo está estruturado em duas partes: a primeira enfatiza a participação na política social; a segunda apresenta, de forma sumária, traços teóricos e práticas da participação. Ele afirma que a participação é uma forma de poder, uma das maneiras de intervir na realidade e que se traduz, também, como um processo de conquista. É o mecanismo importante que demarca espaço, fortalece posição, mas exige esforço e às vezes sacrifício das pessoas. O autor declara que as pessoas não são habituadas a participar dos processos, ensejando omissão, acomodação. Talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros, mesmo porque é um projeto milenar viver à custa dos outros (DEMO, 1993).

Na primeira parte do livro, Demo (1993) destaca os objetivos da participação, como sejam: autopromoção, realização da cidadania, implementação de regras democráticas do jogo, negociação, controle de burocracia, cultura democrática e controle de poder. Em relação ao controle do poder, ele mostra como o mesmo se instala e os riscos da perpetuação. Pessoas ou grupos, ao assumirem o poder, reproduzem mecanismos que asseguram a concentração e continuidade em cargos e posições estratégicas que garantem o domínio e direção.

Olhando de cima para baixo o poder tende historicamente a concentrar-se

e perpetuar-se. Desenvolve todos os expedientes no sentido de tornar-se legítimo, ou seja, aceito como poder necessário e adequado, [...]. Em seguida diz: [...] A situação ideal de poder, olhada de cima para baixo é aquela em que o grupo dominante é considerado legítimo e merecido, não cabendo suspeita de usurpação ou outorga. Aí reina-se a vontade [...]. A perpetuação no poder pode ser vista como mérito da competência, que em outro lugar não existiria [...] (DEMO, 1993, p. 74).

Assim, Demo (1993) mostra como prática indesejável o domínio e a perpetuação de grupos na direção da sociedade, pois o poder tem a esperteza de encobrir a incompetência, facilitar desmandos e provocar a desmobilização.

Na segunda parte do livro, é relatada, de forma sintética, aspectos da participação, no item que Demo intitulou como características participativas das comunidades, isto é, como modelo de participação dos indivíduos.

No modelo, ele mostra a necessidade de quem está no poder, por delegação, de prestar contas e evidenciar transparência. Enfatiza a importância da participação de todos os membros, votando e sendo votado, atuando operativamente, realizando rodízios em exercícios de funções, de modo a evitar a perpetuação. Consoante Demo (1993, p. 87):

d) voto ativo e passivo geral, de tal sorte que todos podem ser indicados ao poder, bem como todos participam no processo de indicação: no caso mais radical, todos em rodízio, são designados pela base para ocupar o comando,

mesmo que alguém não seja propriamente um líder ou entenda de administração e gestão;

e) estabelecimento de regras comuns no jogo quanto ao exercício do poder, que somente podem ser mudadas em assembleia geral ou por votação geral; entre elas: rodízio no poder, possibilidade de depor [...], etc.

Demo (1993) destaca o papel da assembleia e reuniões como espaço para exercício da participação, constituindo-se em instrumento importante na implementação de atividades de natureza democrática. Ele coloca em relevo a questão eleitoral, o voto, sublinhando o quanto é significativo não só para efetuar o rodízio do poder entre os integrantes, mas, também, para a prática da democracia, com reflexos diretos na integração do indivíduo à sua instituição.

b) Dallari

Dallari (1994) aborda a questão da participação voltando o tema, fundamentalmente, para o ângulo político. Ele inicia discorrendo sobre política e adota o seguinte conceito: “é a conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fio comum” (DALLARI, 1994, p. 10). E quanto à participação, ele a define como um compromisso de vida exigido como um direito e procurada como uma necessidade. O discurso de Dallari sobre participação tem o escopo político/jurídico como base referencial.

Dallari (1994) desenvolve o discurso da participação política tendo como eixo condutor a ideia de que o homem é um animal político, portanto social, cuja existência impõe a necessidade de convivência com outras pessoas. Ao estabelecer relações com outros indivíduos,

passa a viver em sociedade, com direitos e deveres, que implicam em atuação, participação individual e coletiva, eventual ou sistematicamente organizada. A participação política é entendida como uma necessidade da natureza humana, indispensável à vida em sociedade.

Dallari (1994) destaca a necessidade da conscientização e apresenta categorias de participação, como participação formal e real. A formal é entendida como a participação que afeta aspectos secundários no processo político, enquanto que a participação real é aquela que influi, de algum modo, nas decisões políticas fundamentais. O autor em estudo ressalta, também, formas de participação diversas, tais como: em reuniões, movimentos, núcleos e/ou associações; exercício de função.

A participação em reuniões é apontada como importante prática de interação grupal, para apresentação de pontos de vista, elaboração de planos, ação conjunta. Do mesmo modo é destacado o exercício de função, compreendido como processo de intervenção, forma de atuação participativa, mecanismo para transformação.

c) Bordenave

Bordenave (1995) disserta sobre o tema participação, externando no seu trabalho um estudo específico sobre os diversos ângulos, também com enfoque na política social. Ele inicia mostrando que a participação é um aspecto inerente ao ser humano, uma necessidade de natureza psicológica, social e econômica. Daí ele diz que a participação tem duas bases complementares: a afetiva e a instrumental. Na afetiva, a participação é motivada pelo sentimento, emoção e correlatos; na instrumental, o vetor norteador é a utilidade e o interesse.

Bordenave (1995), tomando como referência a inserção dos indivíduos na sociedade, estratifica a participação em duas principais categorias: macro e microparticipação. A macroparticipação está relacionada às ações desenvolvidas pelos agentes sociais, visando interferir no conjunto geral da sociedade, enquanto a microparticipação é desenvolvida em nível de associações locais e está relacionada aos aspectos periféricos do contexto social. Ele destaca, também, as maneiras de participar, apontando: a) participação de fato; b) participação espontânea; c) participação imposta; d) participação voluntária; e) participação concedida.

Bordenave (1995) externaliza os graus e níveis de participação. Apresenta um esquema contendo sete graus, que tem como ponto zero, o menor grau, o da informação; e no outro extremo, o mais elevado, o da participação, representado pela autogestão. Os estágios intermediários, entre os dois polos extremos, representam o controle das decisões pelos membros, de acordo com a intensidade de ação dos associados.

Quanto aos níveis, Bordenave (1995, p. 34) mostra esquema de estratificação da participação, definindo com base na importância, na qual ele aponta seis categorias, a saber:

Nível 1 – Formulação da doutrina e da política da instituição.

Nível 2 – Determinação dos objetivos e estabelecimentos de estratégias.

Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos.

Nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações.

Nível 5 – Execução de ações.

Nível 6 – Avaliação de resultados.

No esquema acima, quanto menor é o nível, mais alto é a participação do público, dos associados, e menor é o poder da direção. Quanto maior o nível, menor é a participação dos associados e mais elevado é o poder da direção.

Bordenave destaca as ferramentas operativas da participação, distinguindo a participação simbólica e a real. Na simbólica, a influência dos membros (associados) é mínima, irrisória; é meramente formal. Já na participação real, o integrante, (o associado), influencia decisivamente na vida da instituição. Entre as ferramentas operativas se destacam: o conhecimento da realidade, a organização, a comunicação, a educação para participação e a escolha dos instrumentos.

Em relação à ferramenta operativa da comunicação, o autor sublinha dois processos: a informação e o diálogo. E diz que a “participação democrática se baseia em canais institucionais” (BORDENAVE, 1995, p. 68), destacando: 1º) de informação; 2º) canais de consulta permanente; 3º) canais de reivindicação e protesto. Assim, se pronunciam os três elos da comunicação: a informação, a consulta e a escuta.

Na ferramenta Educação para a participação, Bordenave expõe a importância do aprendizado, do treinamento, da apropriação do conhecimento para elevação da qualidade da participação. Diz, também, que a qualidade é incrementada quando os indivíduos aprendem a organizar e coordenar reuniões, encontros, assembleias e correlatos. A participação exerce uma função educativa importante; e só exercitando é que se aprende a participar. Bordenave (1995, p. 74) afirma: “A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando”.

O autor conclui o seu trabalho apresentando 10 princípios da participação, que funcionam como as pilstras de sustentação desse importante instrumento para o exercício da democracia e da vida em sociedade.

2.1.3 A Participação com base nas ideias dos militantes do cooperativismo

A participação com base nas ideias dos militantes do cooperativismo tem como premissa básica que, é no âmbito teórico empírico, na práxis, que se efetiva à ação e o cooperativismo. Desta forma, foram selecionados trabalhos de militantes operadores do cooperativismo: Mélo, Rech, Nascimento e Dallari, cujas ideias estão sumarizadas a seguir.

a) Mélo

O trabalho de Mélo (1998) está estruturado em três capítulos. O primeiro situa a questão teoricamente, dimensiona o problema e define as hipóteses. Na revisão de literatura, o autor destaca a educação cooperativista, na qual sublinha a necessidade do cooperado atuar como proprietário e usuário do negócio, integrando e participando da sua cooperativa, e elucida:

Uma cooperativa surge como uma entidade meio, cujo objetivo é o de prestar serviços aos seus membros que são, ao mesmo tempo, donos e usuários do empreendimento.

Para isso os cooperados devem se integrar em sua vida societária e empresarial, participando das reuniões informais,

assembleias, conselhos, diretorias e, principalmente dos negócios, objeto da sociedade (MÉLO, 1998, p. 37).

Na reflexão sobre o problema, Mélo (1998) enfatiza que a ausência da educação cooperativista favorece o individualismo e que isto enfraquece a ação coletiva, por falta de integração social provoca envolvimento parcial e, quando a cooperativa passa por dificuldades, incrementa o afastamento o que contribui para agravar a situação da cooperativa.

Prevalece um acentuado individualismo dos associados, em detrimento de um trabalho coletivo, ocasionando um envolvimento parcial do quadro social e um marcante afastamento das cooperativas quando estas passam por dificuldades econômicas e financeiras, contribuindo para o agravamento da situação (MÉLO, 1998, p. 53).

Ao estabelecer as hipóteses para guiar a realização da parte empírica, Mélo proclama que o reduzido nível de participação dos sócios é decorrente do individualismo, o que motiva o aparecimento de problemas na cooperativa, conforme declarou:

[...] os problemas das cooperativas são agravados pelo individualismo, ocasionando uma menor participação dos cooperados e relativo afastamento das cooperativas, (quando o sistema econômico entra em crise mais acentuada) (MÉLO, 1998, p. 54).

Portanto, o autor distingue o individualismo como fator principal de participação.

O segundo capítulo do seu trabalho compreende a descrição empírica da investigação, a qual foi realizada junto a uma cooperativa de produtores rurais, na região cacauceira do sul da Bahia. A pesquisa buscou saber como se desenvolve o nível de participação dos associados e de que forma esses níveis se articulam com a educação Cooperativista. Mélo (1998, p. 55) explica que:

Para testar a hipótese realizamos pesquisas [...] procurando verificar se o comportamento (cem por cento participativos, pouco participativo e nada participativo) desses associados da cooperativa, condiz com o seu grau de educação [...].

O autor constata um comportamento pouco participativo do quadro de cooperados e declara:

É possível que o comportamento pouco participativo dos associados se deva ao pouco conhecimento que têm da cooperativa [...]. E acrescenta, adiante: Essa pouca participação, demonstrada no Quadro seis, de certa forma, comprova que a maioria dos associados não tem consciência do papel que deve ter na cooperativa como dono e usuário do empreendimento (MÉLO, 1998, p. 72).

Contudo Mélo não categoriza conceitualmente o termo participação, bem como não define o que ele chamou comportamento pouco participativo. A ausência de conceitualização cria certa dubiedade no entendimento, revelado em alguns momentos. Observa-se que, em determinado instante, a participação se circunscreve na órbita da utilização dos serviços da cooperativa, conforme evidencia a TABELA 6,

na página 72, do seu trabalho. Em outra oportunidade a participação está alinhada à administração e ao contentamento dos associados, conforme fica evidenciada na declaração a seguir. Acreditamos que a relativa participação dos associados está existindo, porque a cooperativa está administrada a contento e os dirigentes são bem aceitos (MÉLO, 1998).

Apesar das dúvidas mencionadas, registra-se a relevante contribuição do trabalho de Mélo, a qual está realçada no Capítulo III, onde ele apresenta uma proposta de educação cooperativista. A proposta tem como objetivo subjacente propiciar condições, mediante informações, conhecimentos, educação, para que o cooperado participe efetivamente da sua cooperativa. O plano é resultado, principalmente, da sua experiência, vivência empírica, intuição, obtidas na militância cooperativista. É, nesta seção, que se centralizam as principais proposições sobre a participação apresentada.

A proposta apresentada contempla diversos aspectos da participação, e inicia enfocando a partir do processo de planificação do trabalho. O planejamento passa a ser participativo e não exclusivo dos dirigentes que, muitas vezes, assim o fazem, porque não contam com a participação dos cooperados (MÉLO, 1998). Ele realça a importância da participação a partir da planificação do trabalho.

Ainda no que se refere à planificação, o autor em destaque defende a necessidade de se levantar as dificuldades, elaborar cronogramas de ação, promover cursos, palestras, reuniões e correlatos, como mecanismo de incentivar a educação e promover a participação.

Mélo (1998) esclarece sobre a necessidade de instalação de um setor ou unidade para desenvolver o trabalho

educativo e de comunicação. Recomenda a criação de um Boletim Informativo e outros mecanismos, para manter o associado informado do que acontece na cooperativa. Ele defende a criação de núcleos de cooperados, organizados em torno de uma área de ação da cooperativa, a exemplo do que postula Rech (2000). E fala da necessidade de conselhos de representantes ou comitê central.

Mélo ressalta, também, a necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento do programa educativo, salientando que o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é a fonte que deve suprir os meios necessários à implementação desse trabalho.

As ideias, contidas no plano educativo, esboçado por Mélo estão parcialmente identificadas com as proposições defendidas por Rech. A convergência de pensamento se efetiva basicamente nos seguintes pontos: na importância da participação nas reuniões; participação nos eventos para educação cooperativista; implantação de boletim e mecanismos para informação e atualização dos sócios; instalação de Núcleo de cooperados e/ou conselho de representantes e comitê; utilização do FATES como fonte muniadora dos recursos.

b) Rech

Rech (2000) discorre sobre a participação voltada para cooperativa sem, contudo, apresentar capítulo ou seção específica para o assunto. As suas ideias sobre participação estão sumarizadas em seu livro, em diversos itens, tais como: Aprender a ser Dono, Estrutura de Poder e outros. Nessas seções, ao lado de outras questões, a participação é sublinhada como aspecto relevante na prática cooperativista.

O autor, em pauta, chama atenção para a participação e destaca que é fundamental que o associado se conscientize do papel que exerce, pois ele é o dono do negócio, o proprietário do empreendimento. O poder, a decisão repousa nas mãos dos donos, daí a necessidade da ação e do desenvolvimento. Ele mostra que a omissão é nociva, porque leva à destruição e critica os associados que não contribuem, o chamado carona, na visão de Olson e declara:

Na cooperativa não há espaço para aqueles [...] que ficam esperando para ver o que os dirigentes ou os outros, decidem. [...] Ou apenas para criticar. E acrescenta [...]. É necessário se envolver, apostar, intervir, para que a cooperativa siga adiante (RECH, 2000, p. 99).

Rech (2000) elucida sobre a necessidade das cooperativas criarem instâncias que permitam a participação permanente do seu quadro societário para promover debates, reuniões, encontros e outras formas que aproximem e integrem os indivíduos entre si, desenvolvendo o espírito da cooperação.

Rech (2000) recomenda a implantação de sistema de informações e núcleos com a finalidade de manter os associados cientes do que acontece na cooperativa, favorecendo as tomadas de decisões nas assembleias. O Núcleo é entendido como base de encaminhamento de propostas e ideias dos associados. Ele descreve também, a título de sugestão, a formação de conselhos consultivos, “formados pelos representantes dos Núcleos de base da cooperativa, e mais outros integrantes” (RECH, 2000, p. 124).

A presença em reuniões também é destacada por Rech, como aspecto que espelha participação e viabilidade: sugestões, críticas e intervenções dos sócios. Ela cria oportunidades para os associados debaterem os seus pontos de vista, realizarem encaminhamento de propostas, e reflexões sobre a prática da cooperação. A presença em reuniões e o sufrágio eleitoral formam dois importantes indicadores da participação.

Rech (2000, p. 103) diz que a cooperativa, na condição de associação, necessita de participação igualitária dos seus integrantes, daí ele recomenda alguns mecanismos para serem executados, como:

1. Evitar acúmulo individual de quotas/partes [...];
2. Evitar controle político/econômico por parte dos grupos [...];
3. Promover uma saudável rotatividade na direção [...] e promover a transparência na gestão e nas contas de cooperativa;
4. Desenvolver programas de educação cooperativista para que todos os associados dominem o espírito da iniciativa e possam participar plenamente.

Rech (2000) enfatiza a rotatividade no exercício dos cargos de direção como fator positivo, aspecto que é mencionado por outros cientistas sociais, como Demo (1993), como relevante para integração e participação dos associados. Ao tempo, o autor, também, menciona a necessidade da integração da mulher e do jovem, cuja participação é importante para a vida futura da cooperativa.

c) Nascimento

Nascimento (2000) externa preocupação com a participação do associado na vida da cooperativa. No seu livro, embora não tenha destinado seção específica para tratar da questão, ele destaca a participação como fator que interfere nos resultados e desempenho do empreendimento cooperativista. Isto fica claro, quando o autor incorpora a participação na matriz de avaliação, destacando-a, como um item de peso, no conjunto geral do desempenho da cooperativa.

d) Dallari

Além dos trabalhos mencionados, que ofereceram contribuições para entendimento da questão participação, foram consultadas outras publicações, entre as quais a denominada *Cooperativa de Vendedores Autônomos do Parque de Ibirapuera*, de Dallari (2012). Nesse trabalho, a participação é focada no âmbito econômico, em relação às contribuições e retornos, perpassando por aspectos de gestão. A autora comenta sobre a formação de excedente, reservas e resultados. Ela fala sobre sobras líquidas da cooperativa e passa a ideia, embora de forma tímida, que o volume das sobras está relacionado com o nível de envolvimento ou participação do associado.

2.2 Indicadores de Participação

A participação envolve as relações dos seus associados com suas cooperativas, daí emergindo indicadores, aqui distribuídos em dois grupos: 1) indicadores que resultaram das discussões teóricas, reveladas pelos estudiosos da temática dos três enfoques apresentados

(doutrinadores da democracia; visão política social; visão teórica - empírica – militância cooperativista); e 2) indicadores decorrentes das constatações empíricas, observações, pesquisas, estudos de vivência prática com o cooperativismo.

O primeiro grupo de indicadores foca a participação no âmbito da instituição, cooperativa ou associação, embora revelada através da ação do indivíduo. Já no segundo grupo de indicadores, a participação envolve, prioritariamente, o indivíduo, e a partir daí sua integração com o todo, isto é, com a cooperativa e a sociedade. O QUADRO 1 apresenta uma síntese dos indicadores.

2.2.1 Indicadores de Participação que emergiram das discussões teóricas

Os trabalhos e discursos apresentados destacaram como traços na participação os seguintes indicadores: sufrágio eleitoral e participação em eleições; rodízio de poder – rotatividade nos cargos de direção, estrutura e funcionamento – operacionalidade; papel educativo; comportamento e conduta do associado; estímulos para a participação; existência de processos de informação – comunicação.

a) Sufrágio eleitoral – participação em eleições

O sufrágio eleitoral se constitui em vetor componente do processo democrático, como ficou demonstrado nas reflexões dos formuladores da doutrina da democracia¹.

¹ Ver Rousseau, Mill e Cole.

Nessa condição, a eleição para uma instituição como cooperativa e associação, de inspiração democrática, traduz-se como evento de significativa importância, isso porque representa a oportunidade para o rodízio de direção, fator relevante destacado pelas teorias da participação.

Assim, a presença do associado na eleição, votando ou sendo votado, impõe-se como indicador que reflete participação. Um percentual elevado (80% ou mais) dos associados participando da eleição expressa interesse, integração e engajamento dos integrantes com a cooperativa ou associação. O sufrágio eleitoral envolve edital de convocação e frequência do associado na eleição.

b) Rodízio de poder

A rotatividade dos cargos de direção foi um dos itens apontados, por diversos estudiosos da participação (Demo, Rech, Dallari), como fator salutar que promove a integração do associado. Foi evidenciada a nocividade da perpetuação no poder, de pessoas ou grupos, em regimes democráticos, com reflexos negativos para a instituição como um todo.

A rotatividade aqui é compreendida como a saída de pessoas do quadro de direção, da cooperativa ou associação e a permanência de até $1/3$ dos dirigentes, com direito a uma só reeleição. Daí, é desejável que, a cada eleição, ocorra a renovação de pelo menos $2/3$ do quadro dirigente (diretoria).

Inclui-se como aspecto positivo, figurando como visor, a existência de regras estabelecendo o rodízio de poder; a fixação de regras, disciplinando a rotatividade nos cargos de direção.

c) Estrutura e funcionamento – operacionalidade

No âmbito da estrutura e funcionamento, a participação é aferida e distinguida através: número de reuniões e assembleias realizadas por ano; existência de conselho de representantes; e núcleo de Base.

O número de reuniões realizadas, de natureza ordinária ou extraordinária, constitui-se em indicador do nível de participação em cooperativa. As reflexões apresentadas, na revisão de literatura, foram unânimes em destacar a importância das reuniões, para a agregação dos sócios, atualização, engajamento. Desde os formuladores da doutrina democrática (Rousseau, Mill, Cole), bem como, Demo, Dallari, Bordenave, Rech e Mélo, todos os autores consultados, enfatizam a questão das reuniões, como aspecto relevante para a vida da instituição. Entretanto, informações empíricas desta pesquisa, constataram que vem se tornando prática habitual as cooperativas realizarem apenas uma reunião de assembleia geral ordinária com o quadro societário, conforme definido na Lei Federal do Cooperativismo n.5.764 Artigo 44. Quando enfrentam dificuldades, realizam assembleias extraordinariamente. Esquecem a questão da informação, consulta e resposta, aspecto essencial para engajamento e mobilização do quadro associado (BORDENAVE, 1995).

Assim, a realização de apenas uma reunião anual, é considerada indício de manutenção, pouco dinamismo no ponto de vista da agregação. O desejado é que ocorram, no mínimo, três reuniões por ano (início do ano, meio e fim de ano). Contudo o ideal seria que acontecesse reunião bimestral.

Acrescenta-se, na variável estrutura e funcionamento, a necessidade de promoção de eventos, compreendendo, inclusive, festividade em datas comemorativas, encontros e sorteio de brindes.

Quanto ao núcleo de base e conselho de representação, são elementos importantes, mas a operacionalidade fica na dependência do tamanho do empreendimento e da localização ou distribuição espacial dos associados.

O núcleo de base é apontado por Rech e Mélo como aspecto significativo, no processo de consolidação, do engajamento do associado na cooperativa. Outros estudiosos do cooperativismo, também, têm mostrado a importância dos Núcleos. Contudo, ao que parece, o núcleo de base tem função destacada nas cooperativas, cujo número de associado seja elevado e de localização espacial dispersa. Nessa linha de entendimento, o indicador núcleo de base perde relevância quando se tratar de cooperativa ou associação com número de associados igual ou inferior a 100, com suas instalações e atividades concentrando-se em um só lugar.

d) Papel educativo ou trabalho educativo

O papel educativo da participação é fato destacado e consensual entre os doutrinadores que discorrem sobre a participação em instituições de inspiração democrática. Rousseau, Cole, Mill, interpretados por Pateman, reafirmam o ponto de vista da função educativa da participação. Demo, Bordenave, Rech, Dallari, Mélo mencionam, também, a questão educativa associada à participação. Então, incorpora-se a este trabalho a preocupação de investigar a atuação do FATES, em termos de difusão de conhecimentos, treinamentos, preparação dos quadros. Impõe-se, dessa forma, conhecer a intensidade do trabalho educativo, mediante o número de eventos realizados, frequência de associados nos eventos e alcance do trabalho e destinação em termos de público contemplado.

Além do FATES, incluíam-se outros programas educativos que contribuiriam para aprimorar e aperfeiçoar os associados, os quais atuam, também, como indicadores do nível de envolvimento do empreendimento como associado e vice-versa.

e) Comportamento e conduta do associado

Compõem o elenco de indicadores, que sinalizam e espelham a variável conduta do associado, no âmbito da participação, os seguintes itens: frequência nas assembleias e reuniões; frequência em eventos diversos; e participação em comissões, grupos de trabalhos e correlatos.

A frequência em reuniões e assembleias é um aspecto preponderante para o êxito da missão da cooperativa. A presença dos associados representa interesse, envolvimento, possibilitando o comprometimento nas tomadas de decisões. Rousseau Cole e Mill destacam a importância das presenças nesses eventos como aspecto que favorece o convencimento e a aceitação das deliberações; e o desdobramento dos efeitos se reflete na organicidade do sócio com a sua cooperativa. Daí decorre a lealdade e a fidelidade e, como consequência, o fortalecimento da instituição. Os demais autores consultados reafirmam, igualmente, a importância desse item. A frequência se estende não apenas às reuniões e assembleias, mas também aos eventos. Da mesma forma, retrata como integração e participação, a presença dos associados em comissões, grupos de trabalhos e atuação individual ou em equipe, contribuindo na realização de atividades.

f) Estímulos para participação

Estímulos para participação se constituem em indicadores recomendados por Olson (1999), como por Rech (2000), como também há a existência de regras disciplinando a conduta do associado, de modo a coibir e desestimular adoção de comportamentos desviantes, Eles sinalizam e são indicadores que permitem monitorar a participação.

g) Mecanismos de comunicação

Conforme Bordenave (1995), com base nos graus de envolvimento, a informação prestada ao associado é o nível mínimo esperado para classificar a participação. Na ótica de Rech (2000), a informação é um importante instrumento para assegurar o envolvimento do associado, preparando-o para as tomadas de decisões nas reuniões e assembleias, bem como na vida geral da cooperativa.

A informação, como indicador, aqui, embasa-se no sentimento de Rech e Mélo e compreende a existência de informativo regular, boletim, jornal, revista ou equivalente, que comunique ao associado o que acontece na sua cooperativa. É, figurativamente, um instrumento que serve para a diretoria prestar contas continuamente do que realiza, com transparência, como preconiza Demo, produzido em linguagem identificada com o nível dos seus associados, e que possua credibilidade junto ao corpo societário. Complementarmente, deve se buscar informação que externar um *feed back* entre o associado e a cooperativa, isto é, verificar como funciona: seção de cartas, consultas, sugestões, críticas e respostas.

2.2.2 Indicadores de participação resultantes de constatações empíricas

As observações em campo e constatações empíricas, efetuadas junto a Movimentos Sociais, apontaram traços e indicações que levaram o autor deste trabalho a incluir aqui essas manifestações como indicadores de participação. As indicações se traduzem como procedimentos realizados pelas pessoas, a partir de iniciativa individual ou coletiva, e revelaram integração, como também, níveis de comprometimento e solidariedade individual ou grupal, os quais evidenciam estratos diferenciados de participação.

Entre os procedimentos e práticas, que externaram a participação, os mais observados e destacados em campo, especialmente no meio rural, consensualizados no senso comum, são: compras e vendas em comum, mutirão, consórcio e fidelização nos negócios, os quais estão comentados de forma resumida, a seguir.

a) Compras e vendas em comum

Compra e vendas em comum é uma prática incentivada especialmente na Economia Solidária, cujo princípio doutrinário emerge do cooperativismo. Nesta prática, as pessoas se agrupam, organizam-se, definem as preferências, escolhem líderes e/ou responsáveis para cada atividade; estabelecem regras e empreendem ações de compras e vendas. Determinam tetos e buscam reduzir preços, custos e elevar benefícios para a satisfação dos seus integrantes. O grupo pode atuar, quer na compra de suprimentos, matérias primas e até produtos para consumo pessoal, quer na venda de serviços e produtos gera-

dos individual ou coletivamente. Compras e/ou vendas em comum externam maturidade da prática solidária, nível de integração, participação em ação coletiva, envolvimento grupal. Também é uma prática incentivada pelos Movimentos Sociais.

b) Atuação em atividades de cooperação

Convencionou-se chamar atuação em atividades de cooperação a participação dos associados em mutirão e consórcio, sintetizados a seguir.

1) Mutirão

O mutirão é uma prática incentivada pela Economia Solidária e Movimentos Sociais, desenvolvido por pessoas ou grupos, que exercem atividades em comum, trabalho ou ação similar. Ele resulta de acordo individual ou grupal, no qual cada pessoa firma o compromisso de destinar parcela do seu tempo (dia ou horas), em data e horário estabelecidos, para a realização de tarefas, metas ou atividades sem remuneração. No prazo e horário combinado, os integrantes se encontram e, de forma grupal, realizam as tarefas previstas. O mutirão pode ser formal e informal, permanente ou transitório. Formal quando o grupo se organiza, define regras e atua de forma pragmática. O informal é aquele que o grupo atua sem regras estabelecidas; as decisões são tomadas de acordo com o momento e a oportunidade.

O mutirão permanente quase sempre é formalizado, existe calendário definindo os dias e locais da realização do trabalho. É estabelecido um cronograma de execução, com a relação dos beneficiários, de modo que cada intervenção grupal é realizada em favor de uma pessoa ou

membro do grupo. O sistema funciona em forma de rodízio. Nesse tipo de mutirão, o indivíduo presta o serviço na certeza de que, em outro momento, o seu esforço será retribuído, porque os seus pares farão a intervenção grupal em seu favor, isto é, em serviços ou obras de sua propriedade ou interesse direto. Portanto, neste modelo não existe gratuidade: a pessoa realiza um esforço em forma de permuta; ela dá o seu tempo e trabalho para receber depois ou, até mesmo, para pagar o que os outros já fizeram por ele. A cooperação acontece em forma de troca.

Existe também o mutirão que tem, como traço comum, o altruísmo dos seus integrantes, a solidariedade. Ele funciona de modo informal e o trabalho é feito sem compromisso de recompensa. Nesse formato, os laços de cooperação e nível de participação são mais fortes. Um grupo se reúne, programa e realiza uma ação em favor de uma pessoa, que não pode retribuir o esforço, pois não tem condições de trabalhar quer por questões físicas, quer por insuficiência de recursos para pagar.

O mutirão é realizado com mais frequência na realização de atividades que demandam esforço coletivo para ser executado de forma mais rápida e eficiente, como: conserto de rodagens, construção de pontes, represas, linhas de transmissão de energia, limpeza de estradas e caminhos e correlatos. Realizam-se ações cujos benefícios se distribuem na comunidade e todos podem se apropriar ou usufruir.

O mutirão informal, no Nordeste, realiza trabalhos coletivos e, em alguns casos, empiricamente é chamado de roubação. Roubar, com o mutirão, é realizar a obra, prestar serviço, benefício de forma intempestiva, mediante prévia combinação com o interessado, sem compromisso de recompensa.

Os mutirões acontecem com mais frequência no meio rural, no Nordeste, nas áreas mais pobres. É uma prática que externaliza nível de participação e integração do indivíduo com a instituição a que é filiado.

2) Consórcio

O consórcio é uma prática que consiste no agrupamento de pessoas que estabelecem cotas e disponibilizam recursos para compra de: equipamentos, construções ou mesmo aquisições de insumos. No meio rural, realizam-se consórcios para construções, instalação de rede de energia e até compra de máquinas e equipamentos. Os integrantes dos consórcios quase sempre têm interesses em comum, e a organização é feita por pessoas ou instituições de notória competência. Outra forma similar de consórcio é a caixinha: define-se o valor, e os integrantes contribuem mensalmente; e em cada mês um membro é beneficiado, isto é, recebe o total arrecadado.

A integração do indivíduo em consórcio ou caixinha, promovido pela cooperativa ou associação, externa nível da participação.

3) Fidelização nos negócios

A fidelização nos negócios se constitui em indicador de participação do indivíduo. Ela se expressa na entrega do(s) produto(s) do associado para ser comercializado através da cooperativa ou associação, como também na compra ou aquisição de bens ou serviços negociados pelo empreendimento. Quanto maior a fidelização do corpo societário, mais expressivo é o nível de integração do cooperado com a sua instituição.



QUADRO 1 – Resumos de Indicadores – Constatções Empíricas

ESPECIFICAÇÃO	INDICATIVOS	GRADUAÇÃO
Compras e vendas em comum	Nº de Pessoas % Associados	0,0 ----- 1,0
Mutirão	Nº Eventos Nº Pessoas % Associados	0,0 ----- 1,0
Consórcio	Nº Eventos Nº Pessoas % Associados	0,0 ----- 1,0
Fidelização Negócios	Nº Pessoas % Associados	0,0 ----- 1,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas:

- 1) Resumo dos indicadores – Trabalho em construção, passivo de ser ampliado.
- 2) Indicadores – Sugestão para realização de trabalhos ou estudos de natureza quantitativa , no que tange os indicadores de participação em empreendimentos de natureza coletiva.
- 3) Graduação – Sugestões para procedimentos de estudos teóricos empíricos, de modo similar ao item (2) indicativos.

QUADRO 2 – Contribuições para revelação de Indicadores de Participação

Indicadores de Participação	Teóricos Liberais				Teóricos Part. Social				Operador Cooperat.		Práxis
	R	C	M	DA	DE	BO	ME	RE			
1. Sufrágio Eleitoral votar e ser votado Edital de convocação Frequência associado eleição Como ocorre a representação	X	X	X	-	-	-	X	X	X	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-
2. Rodízio do poder cargos e funções Existência de regras estabelecendo rodízio Rodízio de titulares- Rotatividade poder	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-
	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-
	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X	-
3. Estrutura e funcionamento – operacionalidade Conselho de representantes Núcleo de base Número de reuniões e assembleias por ano	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-
	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X	-
4. Papel educativo -FATES -Existência de programa educativo -Outros	X	X	X	-	X	X	-	X	X	X	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-
5. Comportamento e conduta de associado -Frequência nas assembleias e reuniões -Frequência em eventos diversos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-

continua...

Este capítulo tem como propósito apresentar investigações realizadas sobre a participação em cooperativa e associações, com o fim de revelar os resultados, confrontar, comparar e examinar pertinências e viabilidade das abordagens no campo teórico empírico. Os estudos examinados foram agregados de conformidade com a especificidade do trabalho da cooperativa e com o público-alvo atendido. Os trabalhos estão elencados na ordem a seguir: 1) Participação em Cooperativas e Associações de Produtores Rurais; 2) Participação em Cooperativa Escola (Educação); 3) Participação em Associações e Cooperativas Incubadoras- Economia Solidária; 4) Participação em Cooperativa de Crédito.

3.1 A Participação em Cooperativas e Associações de Produtores Rurais

A participação em cooperativas e associações de produtores do setor agropecuário, neste trabalho, está representada através de duas pesquisas realizadas por: Mélo (1998); e Souza (2011), as quais estão sintetizadas nas exposições a seguir.

a) Mélo

Mélo (1998) realizou pesquisa na cooperativa Agropecuária do Sul da Bahia, para produzir a sua dissertação de mestrado, chamada Educação Cooperativista – influências no comportamento dos cooperados. A investigação foi de natureza teórica empírica, sendo a parte teórica embasada nas ideias da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e nas de Pinho, Guimarães e os clássicos do cooperativismo. A vertente empírica foi executada através da aplicação de questionários junto aos associados e dirigentes da cooperativa. Vale citar que a pesquisa focou a educação cooperativista, entretanto, em face das constatações e informações no âmbito da participação, ela foi trazida para esta seção do trabalho.

Mélo revelou que a participação dos associados nas assembleias se constituía em preocupação, traduzindo-se como dificuldade relevante. Ele observou que os associados da cooperativa, objeto da sua pesquisa, tinham perfil que os tipificavam como pessoas com acesso a informação, a maioria com nível de escolaridade entre médio e superior, residente na cidade que abrigava a sede da cooperativa analisada e, mesmo assim, a participação era insatisfatória.

As informações da pesquisa, na ótica dos associados, conforme a TABELA 5, revelaram que a maioria dos entrevistados achava que a cooperativa precisava melhorar (86,7%) e que eles (66,7%) não se consideravam donos do negócio, o que quer dizer que não se achavam proprietários do empreendimento. Mas, em contra partida, também a maioria dos associados reconhecia a importância da cooperativa e sua utilidade ao declarar que ela faria muita falta se fechasse.

A pesquisa mostrou que 53,3% consideravam a cooperativa como um estabelecimento comercial, entretanto os cooperados também entendiam que a cooperativa

TABELA 5 – Visão dos associados. Opinião sobre a cooperativa a que pertencem

Especificação	Sim (%)	Não (%)
Precisa melhorar	86,7	13,3
É a solução	63,3	36,7
Considera-se dono	33,3	66,7
É igual a uma casa comercial	53,3	46,7
Faria faltas se fechasse	76,7	23,3

Fonte: MÉLO, 1998, p. 69.

Nota: Os dados foram retirados do Quadro 5.

ainda era a solução para eles, o que leva a supor que tinha utilidade e resolvia problemas dos respectivos cooperados.

Além do foco de preocupação do autor com a educação cooperativista, a pesquisa voltou-se para a questão da participação do associado. Nesse campo, ela foi visualizada através dos indicadores: entrega de produção para venda, compra de insumo e frequência das assembleias, examinadas em dois ângulos ou dimensões: a) dos associados, considerada sugestões centrais; b) da cooperativa, representada pelos seus dirigentes.

A visão dos associados sobre a participação está revelada na TABELA 6, a qual mostra que a maioria dos associados consultados nunca realizou negócios com vendas ou entrega dos produtos para comercialização. Esse contingente, ao longo do tempo como associado, não efetuou nenhum contrato que implicasse em entrega de produto, ou seja, o vínculo se estabelecia com a cooperativa por conta dos outros interesses. A pesquisa constatou, também, que apenas 26,7 % dos cooperados, em algum momento, efetuaram entrega de produto para comercialização, e, somente, 13,3% entregavam toda a sua produção para comercialização através da cooperativa. Quanto à fidelização na órbita da aquisição de insumos, os dados evidenciaram um desempenho satisfatório, mostrando

TABELA 6 – Visão dos Associados – Participação na Cooperativa Agropecuária de Itabuna, Bahia

Especificação da Participação	Todo (%)	Parte (%)	Nenhuma (%)	NR
Entrega a Produção	13,3	26,6	53,3	6,7
Adquire os insumos	33,3	63,3	3,3	
Frequenta as assembleias	16,6	60,0	23,3	
Pesquisa os preços no mercado	100,00			

Fonte: MÉLO, 1998, p.72.

que apenas 3,3% dos associados ainda não tinham utilizado cooperativa; enquanto que 96,7% já tinham adquirido insumos na sua totalidade ou parcial, conforme evidencia a TABELA 6.

Visualizando os dados da TABELA 6, observa-se que apenas 16,6% dos associados informaram que participavam de todas as assembleias e sempre estavam presentes nas reuniões. A pesquisa externou que 60,0% do corpo societário raramente iam a uma reunião e 22,3% nunca tinham participado de nenhuma reunião (assembleia). Por outro lado, vale ressaltar, que a cooperativa realizava apenas uma reunião de assembleia geral por ano e, mesmo assim, cerca de 82,3 % não participavam ou raramente frequentavam . Em síntese, apenas 16,6 % dos associados, efetivamente, participavam das reuniões.

Observando a participação na visão da cooperativa, a pesquisa revelou que os dirigentes declararam que a fidelização, configurada na entrega do produto (leite), acusava tendências de crescimento e que os associados vinham aumentando o fornecimento. Mas, quanto à participação, expressada na frequência do sócio nas assembleias, permanecia um comportamento insatisfatório. Os dirigentes informaram, também, que aproximadamente 100 cooperados participavam das reuniões, sinalizando baixa frequência. Mélo (1998, p. 75) retratando o pensamento dos dirigentes escreveu:

[...] os associados são pouco participativos; e quanto a sua presença nas assembleias gerais, esse nível é mínimo, tendo em vista que, em média, a presença às assembleias se aproxima de 100 associados de um total estimado em 580 cooperados ativos.

A participação dos associados nas assembleias, de acordo com os dirigentes, é de aproximadamente 100 cooperados em um universo de 580, o que corresponde a 17,3% de frequência, escore relativamente próximo ao indicado na pesquisa pelos associados (16,6%), conforme mostrou a TABELA 6.

Mélo conclui que os problemas da cooperativa pesquisada eram agravados pelo individualismo, afetando a participação e provocando o afastamento do cooperado. Ele afirma que devido à ausência de participação e falta de educação cooperativista, o futuro da cooperativa era duvidoso. A insegurança se consolidou e a cooperativa, que gozava de credibilidade e hegemonia no mercado de leite e seus derivados, poucos anos depois da pesquisa, teve de fechar as portas por acúmulo de dívidas o que inviabilizou definitivamente o seu funcionamento.

b) Souza

Souza (2011) realizou a pesquisa no seu curso de mestrado, resultando na dissertação chamada: *O desafio da participação na dinâmica dos empreendimentos cooperativos da Bahia: o caso das associações envolvidas no programa nacional de biocombustível*. A investigação envolveu diretamente 19 empreendimentos (associações) de produtores rurais, de agricultura familiar, localizados principalmente no semiárido da Bahia, os quais forneciam grãos de mamona para usina de produção de biodiesel. As associações e os seus integrantes eram filiados à Cooperativa de Trabalho da Bahia (COOTEBA), por ocasião da realização da pesquisa. O estudo tem o seu

TABELA 7 – Classificação das associações por nível de participação

Nome do Empreendimento	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfatório
Associação duas Irmãs	---	---	---	0,29
Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Agrovila 20	---	---	0,57	---
Assoc. de Pov. De Campos	---	---	0,58	---
Assoc. dos Prod. Rurais do Pov. De Negim e Mocambo	---	---	0,58	---
Assoc. dos prod. E Mor. De Jatobá e L.E. Corisco	0,82	---	---	---
Asso. Comunitária de Morinhos	---	---	0,54	---
Assoc. peq. Prod. De Olho D'água do Rio do Antônio	---	---	0,50	---
Assoc. Agric. da Faz. Formosa/ Vereda das Éguas	---	---	0,64	---
Assentamento Capivara-Maracás-BA	---	---	0,57	---
Assoc. Com. de Ponto de Palha	---	---	---	0,37
Assoc. Peq. Prod. L. de Eurípedes	---	0,74	---	---
Assoc. de Larga do Eloi-ACLE	---	---	0,63	---
Assoc. 13 de maio	---	0,74	---	---
Assoc. Com. de Elizeu I	---	---	0,62	---
Assoc. Prod. de Lagedo de Eurípedes	---	---	---	0,41
Assoc. Comunitária dos Peq. Agric. de Rodagem	---	---	0,65	---
Assoc. Com. dos Peq. Prod. de Lagoa do Zeca	---	---	0,54	---
Assoc. dos Peq. Prod. do Brejo de São José	---	---	---	0,36
Assoc. Comunitária de Gameleira do Jacaré	0,80	---	---	---

Fonte: SOUZA, 2011.

arcabouço teórico assentado nas ideias de Olson (1999), Bordenave (1994), Demo (2003) e Douglas (2007). O modelo analítico para avaliar a participação e os principais indicadores foram retirados de Santos (2002).

A pesquisa de Souza focou a questão da participação sob dois olhares: 1) dos dirigentes dos empreendimentos;

e 2) dos associados filiados. Assim, a amostra contemplou um dirigente e três associados para cada empreendimento, totalizando 19 dirigentes e 57 associados. Foram utilizados questionários, os quais foram respondidos pelo público-alvo, aqui entendido como sujeitos da investigação.

A pesquisa de Souza catalogou e classificou os empreendimentos e os resultados mostraram que existiam duas associações com índice de participação muito bom, e mais duas na condição “bom”, ou seja, 10,5% cada, do universo amostral. Na condição de participação regular, foram identificadas 57%; e com escore tipificando participação insatisfatória foram encontrados quatro empreendimentos, o que corresponde a 21 %.

Quanto à participação do associado nas reuniões, na visão dos dirigentes, os dados colhidos por Souza foram reorganizados pelo autor deste trabalho e constam na Tabela 8, a qual mostra que o nível de frequência em reuniões era satisfatório. Os dados evidenciaram que: frequência de 70% ou mais de associados nas reuniões ocorriam em 26,31% dos empreendimentos; frequência entre 50% e, abaixo de 70% nas reuniões, aconteciam em 36,81%; e a soma dos empreendimentos com frequência de sócios inferior a 50% totalizava 36,83 %, portanto minoria.

Souza (2011) calculou a correlação para identificar quais os indicadores que potencializavam a participação no geral e observou que a publicação de informativo foi o indicador que externou maior escore, sinalizando como mais forte no processo de agregação do sócio. Em segundo lugar, foi destacada a frequência do associado em reunião, seguida pela participação em sufrágio eleitoral.

Souza (2001) examinou as ações realizadas pelos empreendimentos para reforçar a participação dos associados e constatou que, no seu universo amostral, existiam várias

TABELA 8 – Participação dos Associados nas assembleias (reuniões)

Nível de Frequência nas reuniões	Associações (%)
Frequência de 70% ou mais...	26,31
Frequência entre 69% e 50%	36,86
Frequência entre 49% e 20%	26,31
Frequência abaixo de 20%	10,51

Fonte: SOUZA, 2011, p.75

Nota: Organizados pelo autor deste trabalho.

iniciativas, destacando-se entre elas: manter os associados sempre informados. Além disso, foram observadas, também, práticas de trabalho coletivo sem remuneração e participação na fidelização dos negócios. A pesquisa externou que a maioria dos empreendimentos investigados não realizava trabalho coletivo sem remuneração, como também o envolvimento por parte dos associados era insatisfatório.

Estribando-se em Olson (1999), Souza (2011) investigou aspectos tipificados como comportamento individualista do associado, representado na figura do carona. Os resultados, na ótica dos dirigentes, acusaram que 89,5% dos empreendimentos estudados possuíam nos seus quadros o associado de comportamento egoísta. Souza (2011, p. 80) afirma:

[...] indagou-se sobre a existência do associado que não participa, não presta contribuição e só procura tirar vantagens, tipificando como carona, na forma preconizada, por Olson (1999). As respostas dos dirigentes evidenciaram que 89,5% dos empreendimentos possuem, no seu quadro associados que se comportam como carona, isto é, só buscam vantagens e agem movidos por interesses egoístas [...].

TABELA 9 – Matriz de correlação dos Indicadores de Participação

Indicadores	X1=rotatividade nos membros	X2= participação sufrágio eleitoral	X3=frequência que ocorre nas reuniões	X4=participação nas reuniões	X5=publicação de informativo	X6=forma de trabalho coletivo	Desempenho participação
X1=rotatividade dos membros	1,00	0,07	0,08	0,11	0,07	0,13	0,26
X2=participação sufrágio eleitoral	-	1,00	0,15	0,07	0,03	0,09	0,58
X3=frequência que ocorre reuniões	-	-	1,00	0,10	0,05	0,13	0,05
X4=participação dos associados nas reuniões	-	-	-	1,00	0,09	0,16	0,59
X5= publicação de informativo	-	-	-	-	1,00	0,09	0,64
X6=forma de trabalho coletivo	-	-	-	-	-	1,00	0,48
Desempenho de participação	-	-	-	-	-	-	1,0

Fonte: SOUZA, 2011, p.76.

Os associados confirmaram a visão dos dirigentes, apontando a presença dos caronas nos empreendimentos, dizendo-se favoráveis à adoção de medidas punitivas para coibir comportamentos individualistas. Souza explicita: Os respondentes informaram serem favoráveis às medidas, pois 82,2% declararam que concordavam com o uso de formas punitivas para o carona (SOUZA, 2011). Conforme o autor, a pesquisa apontou que a visão dos associados está alinhada com a dos dirigentes dos empreendimentos coletivos e ambos enxergavam o carona como o oportunista, que só busca vantagem.

A pesquisa sobre participação, empreendida por Souza, indagou aos associados sobre as seguintes questões: causas que levaram os indivíduos a se associarem ao empreendimento; nível de integração e participação; incentivos seletivos. No que tange às causas que motivaram a filiação, na ótica dos associados, as respostas apontaram: necessidades e desejos, prevalecendo o interesse econômico na forma defendida por Olson (1999); na segunda posição, está destacada a questão da afetividade, somada ao interesse econômico. Além destas, foram relevadas outras, como: influência de amigos e parentes, prestígio, *status* e correlatos, conforme mostra a TABELA 10.

Quanto ao nível de participação na ótica dos associados, os dados sugerem que os resultados são positivos. As informações da TABELA 11 mostram que 61,4% têm nível de participação, gravitando entre muito boa e boa.

Souza (2011), reportando-se a Douglas (2007), investigou se os indivíduos buscavam a associação para a tomada de decisões. Os dados, retratando a ótica dos associados, revelaram que a maioria (52,6%) nunca buscou orientação, mas, em compensação, 47,4% declararam que, em algum momento, já procuraram e foram orientados principalmente

TABELA 10 – Fatores que levaram o indivíduo a associar-se à Cooperativa /Associação

Discriminação	Frequência	Percentual
Econômica (necessidade de melhorar, obter renda)	18	31,6
Afetividade e Econômica	11	19,3
Afetividade (influência de amigos e parentes)	7	12,3
Social (prestígio, status, participação em eventos sociais)	5	8,8
Social e Econômica	5	8,8
Imposição do INCRA	2	3,5
Crença (aspectos religiosos)	1	1,8
Institucional (parceria com outras entidades)	1	1,8
Afetividade, Social e Econômica	1	1,8
Afetividade e social	1	1,8
Afetividade e institucional	1	1,8
Incentivar o des. da comunidade	1	1,8
Participação de projetos e ajudar a comunidade	1	1,8
Total	57	100

Fonte: SOUZA, 2011, p. 82.

TABELA 11 – Nível de Participação do associado na sua Associação /Cooperativa

Discriminação	Frequência	Percentual
Muito boa (participa de todas as reuniões e atos coletivos)	18	31,6
Boa (raramente faltam às reuniões e participam de quase todos os atos coletivos)	17	29,8
Regular (faltam algumas vezes às reuniões programadas e participam de quase todos os atos coletivos)	15	26,3
Ruim (raramente participam das reuniões programadas e dos atos coletivos programados)	7	12,3
Total	57	100

Fonte: SOUZA, 2011, p. 83.

em questões de natureza econômica. Esta constatação não confirma a proposição de Douglas (2007, p. 115), mas sinaliza certa pertinência quando afirma que o “indivíduo tende a deixar as decisões importantes para suas instituições, enquanto se ocupa com as táticas e os detalhes”.

Souza (2011) investigou, também, os incentivos seletivos, que estavam sendo realizados nos empreendimentos para incrementar a participação. Os resultados, na ótica dos associados, estão em desacordo com os dados apresentados

TABELA 12. Visão dos associados – medidas utilizadas para estimular o associado a participar

Discriminação	Frequência	Percentual
Não respondeu	37	64,9
Realizar comercialização, dividir as sobras	3	5,3
Cumprir acordos e compromisso com a diretoria	2	3,5
Adquirir e utilizar de maquinários agrícolas	2	3,5
Inserção, informações dos programas sociais	2	3,5
Apoiar/Unir/ Ajudar os associados	2	3,5
Melhoria na Infraestrutura (habitação, água e energia etc.)	2	3,5
Realizar reuniões mensais/periódicas	1	1,8
Realizar capacitação, cursos, oficinas e palestras (técnico)	1	1,8
Realizar assistência técnica de qualificada	1	1,8
Trabalho de mutirão	1	1,8
Convênio hospitalar/assistência médica	1	1,8
Sorteio/ premiar os associados participativos	1	1,8
Distribuição de alimentos	1	1,8
Total	57	100

Fonte: SOUZA, 2011, p. 89.

TABELA 13 – Visão dos dirigentes – ações dos empreendimentos para estimular a participação dos associados

Discriminação	Frequência	Percentual
Apoiar a realização de mutirão/trabalho coletivo	1	5,3
Apoiar/construir barragem para irrigação	1	5,3
Distribuir sementes para os associados	1	5,3
Incentivar a inserção dos assoc. p/ programas sociais	1	5,3
Manter os associados sempre informados	3	15,7
Promover/gerar benefícios para a comunidade	1	5,3
Realizar assistência saúde/convênio Hospitalar	2	10,5
Realizar convite boca-boca/conversa	2	1,5
Realizar cursos, oficinas e palestras	1	5,3
Não respondeu	6	31,5
Total	19	100

Fonte: Souza, 2011, p. 78.

pelos dirigentes. Conforme o autor do trabalho, ou “os associados não estão cientes do que as suas instituições estão realizando para incrementar a participação ou os dirigentes se equivocaram” (SOUZA, 2011, p. 89). Contudo os dados apontaram, com maior frequência, que entre os incentivos: a realização de comercialização e a divisão de sobras foram os mais sugeridos pelos associados.

3.2 A Participação em Cooperativa Escola – Educação

Santos (2002) efetuou estudo sobre a participação em pesquisa realizada para elaboração da sua tese de doutorado,

denominada *Modelo de Avaliação de Cooperativa Escola: instrumento testado nas unidades escolares da Bahia*. O trabalho se propôs avaliar o desempenho da cooperativa. Entretanto o autor, divorciando-se da visão corrente de que o desempenho da cooperativa é determinado pelos fatores administrativo, econômico e social, incorporou o vetor participação também como determinante, em ação conjunta com os demais. Ao estabelecer esta premissa como base, ele foi obrigado a aferir o desempenho do vetor participação para dimensionar o desempenho geral (Santos, 2002). Ao colocar em tela a avaliação do vetor participação, Santos (2002) desenvolveu um modelo e definiu os indicadores para estudar a variável em estudo, utilizando recursos estatísticos.

O estudo foi de natureza teórico-empírica, Santos (2002) respaldou-se nos ideólogos do cooperativismo (Owen, Blanc, Fourier, Gide, Buchez), interpretados por Agudo (1980), complementando com Pateman (1992), Demo (1993), Bordenave (1995), Nascimento (2000) e outros. Os dados empíricos sobre a participação foram colhidos em livros de: frequência de reuniões, atas, e outros complementados com constatações empíricas. Os dados obtidos permitiram dimensionar o desempenho do vetor participação, de conformidade com os indicadores e modelo concebido pelo autor. Eles possibilitaram a construção de Tabelas que evidenciaram o perfil da participação nas cooperativas em estudo.

Santos (2002) agrupou as cooperativas escolas, distribuindo-as em três categorias: 1) cooperativa de pais, ou seja, de propriedade exclusiva de pais; 2) cooperativa mista, isto é, de propriedade dos pais e dos docentes e servidores; e 3) cooperativa de docentes, identificada como propriedade somente de professor. Assim, a participação foi examinada por categoria e foi constatada que as cooperativas de docentes exibem participação mais elevada, registrando escore de 1,4,

enquanto que, na outra categoria, a participação ficou abaixo da eficiência mínima. Isto quer dizer que o resultado satisfatório da participação nas cooperativas escolas da Bahia é desejado, basicamente, pelo desempenho da categoria docente.

Santos (2002) efetuou um cálculo para examinar a influência da participação no desempenho geral da cooperativa, e constatou que ela contribui, interfere com $r=0,60$, resultado que, embora seja inferior ao econômico e social, é relativamente bem aproximado do administrativo, que registrou $r=0,65$. Portanto, os dados evidenciaram uma correlação positiva, apesar de não ser tão intensa, mas sinaliza a inter-relação com os vetores, o que leva a compreender que a capacidade da cooperativa de gerar benefícios sociais não depende apenas do econômico, mas também do administrativo e da participação. Os resultados sinalizaram que a hipótese do autor do trabalho, de que a participação interferiria no desempenho geral, foi parcialmente confirmada. Santos (2002, p. 225) afirma que

No que se refere à hipótese que proclama: se o nível de participação foi elevado, resultado equivalente deve ser obtido no desempenho geral da cooperativa, a realidade empírica, manifestada através dos dados, confirma parcialmente. Os dados da matriz correlação mostram que o $r=0,60$, o menor de todas variáveis, o que leva a supor que o desempenho geral da cooperativa é influenciado pelo conjunto dos vetores, inclusive, a participação.

Assim sendo, o trabalho de Santos (2002) abre espaços para reflexões e discussões sobre o desempenho das cooperativas, sinalizando que a participação interfere de forma significativa no resultado geral, o que leva a imaginar, que uma das causas do resultado pífio do cooperativismo no Nordeste pode ser explicada através da participação.

QUADRO 3 – Matriz de correlação da cooperativa escola

Variáveis / Vetores	Adm.	Econ.	Soc.	Part.	DG Coop.
Administrativo (ADM.)	1,0	0,52	0,59	0,16	0,65
Econômico (ECON.)		1,0	0,59	0,22	0,79
Social (SOC.)			1,0	0,41	0,98
Participação (Part.)				1,0	0,60
Desempenho Geral Cooperativo (DGCOOP.)	-	-	-	-	1,0

Fonte: SANTOS, 2002, p. 224.

3.3 A Participação em Associações e Cooperativas Incubadas – Economia Solidária

Esta seção externa dois trabalhos que tecem considerações sobre a participação. O primeiro comenta, timidamente, mas tem o mérito de destacar e confrontar as premissas básicas do utilitarismo, o neoinstitucionalismo e a Economia Solidária, produzido por Alcântara (2003). O segundo, elaborado por Ribeiro (2004), centra-se na discussão sobre a participação, confronta e analisa o desempenho de empreendimentos incubados e não incubados. Salienta-se que todos os empreendimentos incubados atuavam na lógica da Economia Solidária.

a) Alcântara

Alcântara (2003) desenvolveu estudos e publicou um artigo denominado *Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares*. O trabalho é de natureza teórico-empírica, tendo como base a ação coletiva, examinado nas óticas: utilitarista (escolha nacional); na neoinstitucional (força da instituição); e na abordagem da Economia Solidária.

O modelo teórico é respaldado nos estudos de Olson (1999), Douglas (2007) e Singer (1977). No âmbito empírico, o estudo envolveu os associados de duas cooperativas incubadas pela INTECOP, da Universidade Federal de Juiz

de Fora. A pesquisa não visou averiguar a participação dos associados, mas constatou em uma das cooperativas, que a participação dos cooperados nas reuniões era baixa e com pouca variação, conforme declarou: “O baixo número de entrevistados da Mãos Verdes deve-se a pouca frequência que estes mantinham às reuniões e a pouca variação de presentes nestes” (ALCÂNTARA, 2003, p. 45).

O trabalho de Alcântara, em que pese o fato de não destacar a questão da participação, é uma valiosa contribuição que a autora presta ao realizar reflexões sobre a ação coletiva, confrontando as abordagens e verificando os possíveis pontos de alinhamentos e de conflitos.

Alcântara (2003) discorre sobre as abordagens, realiza a análise crítica de cada uma e examina aspectos de convergência e de incongruências. Ela executa a investigação empírica e levanta informações que permitem gotejar com o quadro teórico, proporcionando meios para verificar as adequações e conflitos. Na articulação entre a questão teórica e a realidade empírica, ela verifica as conexões e distingue as compatibilidades e incompatibilidades.

Alcântara explica que o modelo da Economia Solidária, apresentado por Singer (1977), tem dificuldades de se adequar ao da escolha racional como também ao neoinstitucional. E, para que o modelo de Singer venha a se adequar ao da escolha racional, seria necessário alterar procedimentos e introduzir os instrumentos de coerção e de incentivos seletivos.

No que se refere ao alinhamento da Economia Solidária ao da neoinstitucional, Alcântara enxerga dificuldades porque, na sua visão, impõe-se a necessidade de alteração radical na funcionalidade e metodologia. Os cooperados teriam de ter outra forma de preparação; passar por condicionamentos em nível de cognitivo para: internalizar

o princípio da cooperação; criar novas categorias de pensamento e rearticular comandos das instituições; transferir o poder de decisões sobre suas vidas às instituições. Alcântara (2003, p.54) explica:

A premissa da teoria de Douglas nos permite afirmar que o modelo da economia solidária, para funcionar, teria que condicionar os indivíduos a optarem pela cooperação. Este condicionamento seria feito por meio de um processo cognitivo no qual categoria de pensamentos seria criada para justificar e reproduzir a ideia de cooperação.

Nesse sentido, os resultados da investigação de Alcântara evidenciam os conflitos no confronto das abordagens. Entretanto ela abre possibilidades para que alguns instrumentos e procedimentos de uma investigação, que possa se inserir na outra sem alterar ou ferir a questão, na sua essência, ou base epistemológica. E, isso fica claro na medida com que se constata que, em todas as abordagens examinadas, a decisão de participar em ação social é motivada por interesse ou necessidade¹.

b) Ribeiro (2004)

Ribeiro (2004), no seu curso de mestrado realizou uma pesquisa, que resultou na sua dissertação denominada *Estudo das Cooperativas Incubadas do Estado da Bahia: O caso ITCP/UNEB*. A investigação empreendida contemplou as vertentes teórica e empírica. A teórica foi estudada com base nas proposições dos clássicos do cooperativismo; e a empírica pautou-se na aplicação de

¹ Alcântara observou que os integrantes das cooperativas estudadas declararam que ingressaram para organizar o trabalho e aumentar a renda.

questionários junto aos dirigentes das cooperativas, os quais responderam as indagações, permitindo o levantamento dos dados que viabilizaram a pesquisa.

A investigação focou em oito cooperativas de condições assemelhadas, as quais foram divididas em dois grupos: 1) formado por três cooperativas acompanhadas e assistidas pela incubadora do ITCP/UNEB, embasadas na Economia Solidária, identificados no trabalho como cooperativas incubadas; e 2) o outro grupo, foi constituído por cinco cooperativas populares que funcionavam sem acompanhamento e orientação técnica, portanto sem incubação. O estudo de Ribeiro (2004) propositou comparar e confrontar a performance de desempenho entre as cooperativas incubadas e não incubadas.

Para examinar o desempenho de cada grupo ou bloco de cooperativas, Ribeiro (2004) realizou uma avaliação de cada unidade. Ele incorporou o modelo de avaliação de Santos (2002), partindo do entendimento de que o desempenho geral da cooperativa é determinado por uma combinação dos fatores entre os quais a participação. Assim, ele insere no seu estudo a variável participação, destacando-a como relevante na definição dos resultados gerais do cooperativismo.

Ribeiro (2004) identificou o desempenho de fator participação como também o geral de cada cooperativa. Os dados mostraram que, no âmbito da participação, os dois grupos (incubados e não incubados) externaram desempenho insatisfatório e evidenciaram, também, que existia correlação positiva entre o vetor participação e o vetor social. Sinalizaram que à medida que a cooperativa disponibilizava benefícios para o associado, intensificava, aumentava mais a participação e a integração do corpo societário. Ribeiro (2004, p. 65) afirma: “[...] na medida em que

a instituição promove benefícios para associados, aumenta na mesma proporção a participação, e vice-versa, quando amplia a participação, cresce também, o vetor [...]”.

O trabalho realizado por Ribeiro (2004) contribuiu significativamente para mostrar alguns aspectos da participação dos cooperados nas suas respectivas instituições, apesar de a sua pesquisa se constituir em estudo de caso. Contudo salienta-se que a investigação possibilitou aumentar o acervo de informações no âmbito da participação em cooperativas, e disponibilizar orientações para fortalecer a integração social.

3.4 A Participação em Cooperativa de Crédito no Brasil

Marucci, Oliveira e Fontes (2009) empreenderam estudos e realizaram investigações junto às cooperativas de crédito. A pesquisa foi de natureza teórica e empírica, estendeu-se por todo o território nacional, com amostra que totalizou 1.199 cooperativas. O modelo teórico foi assentado nas ideias de Birchall e Simmons² (2004), Hansmean (2000), Jensen (1976) e outros, centrados no paradigma da utilidade, pautados na visão de Olson (1999). A vertente empírica da investigação compreendeu a aplicação de questionários e outras formas de constatações diretas.

Marucci, Oliveira e Fontes (2009) comentam sobre o trabalho de Birchall e Simmons (2004), relativo à participação, cujo modelo é assentado em três elos de uma cadeia

² Birchall e Simmons (2004) propõem a teoria da agência e afirmam que é necessário disponibilizar estímulos adicionais, financeiros ou não, para motivar a participação. Ver Marucci, Oliveira e Fontes (2004).

de reforço mútuo. Um elo se configura como incentivo e se exprime de várias formas, como dinheiro, tempo, conhecimentos, talentos, habilidades e outros recursos, que ensejam a capacidade de participação. Outro elo é figurado na mobilização e funciona como instrumento catalisador que compatibiliza, harmoniza interesse e possibilita a aglutinação dos indivíduos, favorecendo o recrutamento para a participação. O terceiro elo da cadeia compreende a motivação em si, e é explicado por duas abordagens: a individual e a coletiva, as quais buscam a propensão à motivação para a participação.

No âmbito da motivação individual, o modelo prever incentivos positivos e negativos. Os positivos se caracterizam como benefícios, vantagens que atendem interesses, satisfazem necessidades (visão da utilidade, defendida por Olson³ e seus seguidores). Os incentivos negativos são representados por aspectos que causam insatisfações aos indivíduos, mal-estar ou frustrações, tais como: elevação de custo, redução de participação ou benefícios e correlatos.

Conforme o modelo de Birchall e Simmons (2004), na forma apresentada por Marucci, Oliveira e Fontes, a motivação realizada através de incentivo coletivo alcança comunidades, tem caráter abrangente e indiscriminado, expressando-se em forma de objetivos gerais ou comuns. Os autores comentam que a motivação coletiva promove o compartilhamento de valores, entre os indivíduos, reforçando sentimentos de pertencimento:

No coletivo, a existência de objetivos comuns, a sensação de pertencimento de valores compartilhados e o senso

³ Olson fala dos incentivos como instrumento de motivação de participação e destaca incentivos seletivos.

de comunidade proporcionado pela identificação com outros que vivem na mesma região, que se encontre em situações semelhantes constituem os elementos que motivam a participação (MARUCCI; OLIVEIRA, FONTES, 2009, p. 94).

Marucci, Oliveira e Fontes (2009) falam sobre a realização de investigação, metodologicamente pautada na abordagem da motivação, com uso de questionários, junto aos membros de uma cooperativa de consumo, no Reino Unido. Eles declararam que os efeitos dos incentivos coletivos foram superiores aos dos individuais, mostrando a sua importância como meio para motivar as pessoas a participar (MARUCCI; OLIVEIRA; FONTES, 2009).

Assim, o trabalho dos autores citados apoiou-se nos postulados teóricos de Birchall e Simmons, respaldado na abordagem da utilidade de Olson, para realçar a importância dos incentivos como mecanismo imprescindível para incrementar a participação dos cooperados.

Nessa linha, Marucci, Oliveira, Fontes (2009) efetuaram reflexões sobre as cooperativas de crédito no Brasil, e teceram considerações sobre gestão democrática, autogestão, funcionamento e participação. Eles sugerem que, para o bom funcionamento de uma cooperativa, é necessária a participação dos seus cooperados, de forma efetiva, ampla, para que ela possa assegurar o cumprimento da sua missão. E, que a participação favorece o engrandecimento e fortalecimento do empreendimento. Na visão dos autores, é a participação que propicia gestão, fiscalização e atendimento aos requerimentos do corpo societário. Apoiados nas ideias de Birchall e Simmons (2004), realçam que a participação deve ser incentivada para motivar o envolvimento, a mobilização e o fortalecimento. Eles afirmam:

A participação dos associados na cooperativa deve ser estimulada com ambientes e instrumentos que possibilitem a eles que se expressem e sejam ouvidos. Assim, desenvolve-se o senso de pertencimento, de propriedade e de capacidade de influenciar os rumos da cooperativa. Destacamos, entre esses mecanismos, a oferta de canais de fornecimento de informações aos associados, alternativos e complementares às assembleias, e o estabelecimento de meios para recebimento de sugestões e de reclamações, devendo, nesse caso, haver retorno ao associado quanto às medidas adotadas em consequência de sua contribuição (MARUCCI; OLIVEIRA; FONTES, 2009, p. 96).

A pesquisa de Marucci, Oliveira, Fontes investigou aspectos relacionados com a operacionalidade das cooperativas, buscando saber como os associados faziam sugestões, reclamações; expressavam suas opiniões e outras formas de comunicação. Averiguou sobre formas de envolvimento, mobilização e nível de confiança dos dirigentes. Os autores concluem que é baixa a efetividade dos sistemas usados para comunicação e envolvimento da cooperativa com o associado. Eles elucidam que:

Na pesquisa realizada com as cooperativas, foram levantadas as formas mais usadas pelos associados para expressar sua opinião sobre a cooperativa. Entre elas, estão as conversas informais (não documentadas) com dirigentes (35,03%), as pré-assembleias (7,96%), a caixa de sugestões (6,24%), a internet (5,70%) e as pesquisas de opinião (5,41%). Como evidencia esses números [...] podem sina-

lizar baixa confiança na efetividade dos sistemas formais de comunicação com a cooperativa (MARUCCI; OLIVEIRA; FONTES, 2009, p.96, grifos nossos).

A pesquisa de Marucci, Oliveira e Fontes (2009) examinou a participação do corpo societário nas assembleias e constatou que, apenas, 10,3% tinham boa participação (responderam que sempre participavam). A maioria absoluta dos cooperados (55,4%) informou que nunca ou raramente participava, e 9,1% disseram que raramente iam às reuniões. Os resultados levaram os autores da pesquisa a informar que o nível de participação era baixo, conforme citação a seguir:

O fato de quase 65% dos associados haverem respondido que não participam das Assembleias Gerais pode ser interpretado como resultado que está em linha com as respostas das cooperativas, nas quais a baixa participação foi avaliada por meio de análise da distribuição de frequência das respostas, e os resultados dos associados foram um valor absoluto. Então, considerando as respostas de ambos os casos, dentro de um intervalo de confiança na interpretação das respostas, podemos afirmar que a participação efetiva dos associados é baixa, conforme responderam as cooperativas, e que os associados que participam das Assembleias Gerais com mais frequência compõem um subconjunto do total de associados da cooperativa, [...] (MARUCCI; OLIVEIRA, FONTES, 2009, p. 98, grifos nossos).

Refletindo sobre a fraca participação dos cooperados nas reuniões, Marucci, Oliveira e Fontes (2009) falaram

que esse comportamento fragiliza os sistemas internos de controle, vulnerabiliza a administração e cria condições para a preguiça do associado carona, o oportunista, que avalia e só se envolve no que lhe assegura vantagens, na forma explanada por Olson (1999). Os autores salientam, também, que a fragilidade na participação pode possibilitar a captura política da organização, por um grupo interessado no controle, domínio e continuidade no poder.

A fraca participação é um dos fatores que contribui para fragilizar os sistemas internos de controle e monitoramento da cooperativa, favorecendo o chamado efeito carona (*freerider*), a ocorrência de ações oportunistas e a assimetria de informações. No efeito carona, os associados avaliam que os benefícios ou os riscos associados à decisão de participar são pequenos, motivando-se a transferir a outros a responsabilidade de participação. A fraca participação contribui para ocorrência de ações oportunistas, ao ampliar a possibilidade de ‘captura’ política da organização por um grupo que pode instituir mecanismo para assegurar sua continuidade no poder (MARUCCI; OLIVEIRA; FONTES, 2009, p. 98, grifo dos autores).

Examinando as causas que motivaram a baixa participação do corpo societário nas assembleias das cooperativas de crédito, os pesquisadores efetuaram consultas aos dois segmentos: cooperativa e cooperado. As cooperativas, manifestadas nas opiniões dos seus dirigentes; e os cooperados através de informações prestadas pelos associados, cujos resultados estão sintetizados nas TABELAS 14 e 15.

Conforme mostra a TABELA 14, sobre a opinião dos dirigentes das cooperativas de crédito, os motivos da

baixa participação decorreram dos seguintes aspectos: fatores relacionados ao associado – motivação ou questão individual (73%); fatores relacionados à cooperativa (16.2%); e outros fatores (11%). Na visão dos dirigentes, a confiança do cooperado na administração (31%) e a falta de conhecimento sobre a importância da reunião (27%), juntos totalizam 58% dos principais motivos que determinam a participação pífia. Assim, na ótica do segmento dirigente, os motivos recaem na individualidade dos associados, na medida em que os fatores relativos à questão de motivação pessoal alcançam 73%.

Por outro lado, a visão dos associados sobre a baixa participação nas assembleias é diferente em alguns pontos da ótica dos dirigentes. A confiança na administração da cooperativa, na visão dos associados, é um motivo que responde com apenas 3,6%, enquanto que na outra é de 31%. Em outros motivos, os associados alegaram falta de tempo, falta de interesse etc., os quais, ao que parece, são fatores também de natureza pessoal que tipificam a individualidade. Os pontos de convergência entre as duas visões como motivos da baixa participação são: dificuldade de deslocamento para local da assembleia, ações da cooperativa, entre outros, conforme mostram as TABELAS 14 e 15.

Contrapondo a questão dos fatores, que motiva a baixa participação, a pesquisa de Marucci, Oliveira, Fontes (2009) buscou saber, também, quais os aspectos ou itens que potencializavam a participação dos associados nas assembleias. O trabalho focou os dois segmentos: cooperativa, por intermédio dos seus dirigentes; e cooperados através do associado. Os resultados estão condensados na TABELA 16, apresentando indicações significativas para os operadores de ações cooperativistas.

TABELA 14 – Visão dos dirigentes das cooperativas. Motivos da baixa participação nas assembleias. Cooperativas de Crédito – Brasil, 2009

Motivos	%
Fatores relacionados ao associado. Motivação ou questão individual	73,0
Confiança do cooperado na administração da cooperativa	31,0
Falta de conhecimento sobre a importância da assembleia	27,0
Dificuldade de deslocamento para local da assembleia	15,0
Fatores relacionados à cooperativa	16,2
Falta de realização de festividades e sorteios	12,0
Realização de assembleias por delegados	2,0
Falta de mobilização ou convites	2,2
Outros motivos para fraca participação	11,0

Fonte: MARUCCI; OLIVEIRA; FONTES, 2009, p. 99.

TABELA 15 – Visão dos associados. Motivos da baixa participação nas assembleias. Coop. de Crédito – Brasil, 2009

Motivos	%
Fatores pessoais	38,9
Não faz diferença ir à assembleia	12,9
Tempo gasto é muito grande	12,4
Dificuldade de deslocamento para local da assembleia	10,0
Confiança na administração da cooperativa	3,6
Ações da cooperativa (falta de divulgação da data da assembleia e outros)	9,3
Outros motivos (falta de tempo, falta de interesse, horário e data incompatível, distância e outros)	51,8

Fonte: MARUCCI; OLIVEIRA; FONTES, 2009, p. 99.

Conforme mostra a TABELA 16, existe uma convergência entre as visões dos dirigentes e associados na indicação dos itens, que favorecem e incrementam a participação. A comunicação de rateio de sobras, a aprovação de contas e a eleição com chapa concorrente, estes três totalizam 64% na visão dos dirigentes e 70,2%, na dos associados. Importa destacar que, em ambas as visões, estes itens estão presentes com escores significativos. Outro item que também se apresenta de forma relevante é a realização de festividades e sorteios de brindes, indicação que conta com 23% na visão dos dirigentes e 3,2%, na dos cooperados.

TABELA 16 – Visão dos Dirigentes e Associados – Itens que motivam a participação nas assembleias das Cooperativas do Crédito no Brasil, 2009

Itens	Dirigentes	Associados
Comunicação de rateio de sobras	33,0	25,2
Festividades e sorteio de brindes	23,0	3,2
Aprovação de contas	18,0	35,0
Eleição com chapa concorrente	13,0	10,0
Comunicação de rateio de perda ou despesa	8,0	-
Outros motivos	5,0	26,6

Fonte: MARUCCI; OLIVEIRA; FONTES, 2009, p.100.

Nota: Dados organizados pelo autor deste trabalho.

O resultado da pesquisa quer na indicação das causas que motivam a baixa participação, quer na revelação dos fatores que potencializam a frequência nas assembleias, está consoante com a base epistemológica do modelo teórico que guiou a investigação, embasada no paradigma utilitarista da visão de Olson (1999). Os dados evidenciaram que a participação do associado é movida pelo interesse, na busca de alcançar satisfações, atender desejos e suprir necessidades.



Este capítulo apresenta os resultados observados nos trabalhos e pesquisas consultados, as quais são aqui compreendidas como produtos provisórios que retratam a realidade neste momento histórico. Ele é constituído de quatro seções: a primeira busca responder o porquê das pessoas se filiarem às cooperativas e associações; a segunda revela os indicadores de participação; a terceira seção mostra resultados de pesquisas em participação; e a quarta e última, externa as constatações conclusivas desta investigação.

4.1 Respondendo o porquê das pessoas se filiarem às cooperativas e associações

O porquê das pessoas se filiarem às cooperativas e associações se constitui na temática central deste trabalho, o qual foi realizado com o fim de buscar informações para estruturar conteúdos e organizar um programa educativo, voltados para as atividades de ação coletiva, especialmente as cooperativas, associações e outras iniciativas de natureza solidária. O propósito foi pesquisar e obter indicações

que favorecessem e incrementassem a participação das pessoas, a sua integração na produção de bens e serviços, construídos coletivamente. A motivação para a realização desta pesquisa foi reforçada pelo envolvimento do autor na implementação de trabalhos no âmbito da Economia Solidária, como também em decorrência dos resultados pífios que o cooperativismo e associativismo têm exibido no Nordeste e na Bahia, especialmente no campo da participação, nos últimos anos.

Trata-se de pesquisa de natureza teórica, pautado na análise de discurso, de publicação de clássicos considerados como referência no mundo acadêmico ocidental. Para selecionar os textos, estabeleceram-se como critério três enfoques básicos, como: 1) o econômico; 2) o sociológico; e 3) o filosófico. No enfoque econômico, foi escolhido como representante o autor que se tornou o pioneiro no campo da explicação da ação coletiva pela vertente econômica, Mancur Olson (1999), o economista que produziu e publicou a teoria chamada a Lógica da Ação Coletiva. A teoria foi construída para explicar a ação coletiva nos Movimentos Sociais, mas se tornou referência, foi destacada e possibilitou ao autor a conquista do prêmio Nobel de Economia.

No enfoque sociológico, a selecionada foi Mary Douglas (2007), socióloga, antropóloga, que pesquisou e publicou trabalho sobre ação coletiva, denominado *Como as instituições pensam*. Douglas é filiada à escola neoinstitucional, a qual, embora seja vinculada à teoria do consenso, externaliza e tem posições contrárias às ideias de Mancur Olson. No seu trabalho, estabelece diálogo com Olson contestando as suas proposições. Os seus estudos ganharam repercussão e servem como referência quer como explicação sobre a ação coletiva, quer como negação à teoria de Olson.

O terceiro enfoque escolhido foi de natureza filosófica, no qual se buscou um contraponto em relação aos dois trabalhos citados (Olson e Douglas), pois ambos são do consenso, concepção de mundo e modelo de sociedade semelhante. Daí foi escolhido Antônio Gramsci (1978), intelectual marxista, com ideias assentadas no socialismo, pautadas na dialética.

No processo de organização e realização da investigação, priorizou-se conhecer a base epistemológica em que repousavam as ideias e os princípios de cada autor das abordagens teóricas. Concomitantemente, objetivou-se identificar as categorias de análise básicas, constructos e indicadores. E, a partir daí, foram examinadas as conexões, visando esclarecer e desvendar os fenômenos que explicam o processo de formação da vontade coletiva.

Com o arcabouço teórico de cada abordagem definido, a investigação se voltou para o estabelecimento dos marcos conceituais. Utilizou-se a proposição da Hardin (1991), o qual afirma que a ação coletiva resulta de compartilhamento de sentimentos e harmonização de interesses para viabilização de um benefício ou ação. Simultaneamente, foi definido também o conceito de participação, entendendo-o, na forma explicada por Bordeneuve (1995), como ser parte, ter parte, tomar parte.

Com os marcos conceituais e arcabouços explicitados, procedeu-se ao estudo, tendo como norteamento as indagações centrais a seguir: como as diferentes abordagens teóricas explicam a participação; o que leva as pessoas a se filiarem à ação coletiva e participar de cooperativa, associação e correlatas; quais os fatores que influenciam a participação. As respostas estão sintetizadas nos comentários a seguir.

Olson (1999) representante da abordagem economicista utilizou como base de suporte a teoria do utilitarismo.

Ele se apoiou nas premissas desse paradigma, o qual tem como pressuposto que todo indivíduo é racional, e as suas ações são realizadas de conformidade com a utilidade e o benefício. A partir desses axiomas, ele monta e realiza a sua investigação, apoiando-se na Economia e na Administração. Assim, fiel a sua base epistemológica, Olson conclui que a decisão de filiação em ação coletiva é feita pelo indivíduo racional, o qual dimensiona o benefício, mensura o custo ou esforço depreendido e, através de cálculo matemático, decide. A depender do tamanho da vantagem, ele pode participar ou não da ação coletiva.

Olson (1999), para mostrar os fatores que influenciam a decisão de filiação e a participação em empreendimentos coletivos, utiliza como categorias de suporte o carona, a coerção, os benefícios seletivos e tamanhos do grupo. O carona é entendido como sujeito racional, porém egoísta, que participa da ação coletiva com o fim de tirar vantagem. A coerção se traduz como mecanismo indispensável, não só para coibir a ação de caroneiros, como para desmontar atitudes de indiferença. Os benefícios seletivos são indicados como forma de premiar e estimular a participação, especialmente nos grandes grupos, isto é, instituições onde não é possível destacar a contribuição individual, ou naquelas em que não se sentem diferença, acréscimo ou ausência de participação.

Olson devota destaque para o tamanho dos grupos, definindo três categorias: privilegiado, intermediário e latente (grande). Afirma que os grupos grandes, isto é, com muitos afiliados, têm dificuldades para produzir benefícios e obter resultados positivos, e os pequenos ou privilegiados têm melhores condições.

Mary Douglas (2007), representando a abordagem sociológica, tem como base de referência a teoria da escola

neoinstitucional, a qual contesta a racionalidade dos indivíduos, na forma explicitada por Olson e seus seguidores. Em observância aos preceitos teóricos da sua escola, Douglas dedica especial destaque à instituição, figurada em convenções. As categorias de análise básica são: a cognição social, a cooperação, a instituição e a organização.

Na visão de Douglas, o indivíduo, ao se integrar a uma ação coletiva, estabelece laços de cooperação e passa a ser pautado por convenções que regem o comportamento. As convenções emergem do cognitivo social e têm como missão dirigir o grupo, definindo a forma de pensar e agir.

Por outro lado, os indivíduos, de forma voluntária, transferem para as instituições o poder de decidir, fato que é controlado pelo cognitivo social, o qual confere identidade, opera as classificações e toma as decisões mais importantes da vida do indivíduo. Assim, na ótica de Douglas, a decisão de filiação e a participação dos indivíduos em ação coletiva são avaliadas, calculadas e definidas por instituição ou cognitivo social.

Antônio Gramsci (1978), filósofo, estrutura as suas ideias, pautando-se no paradigma marxista. Conforme citado, o trabalho construído destinou-se a explicar a vontade coletiva no âmbito do partido político. A categoria central de análise é a consciência e, secundariamente, a homogeneização e a organização. A consciência se expressa em três estágios ou momentos: 1) elementar; 2) intermediária; e 3) superior.

Gramsci mostra que a participação e a filiação decorrem de interesse do indivíduo. Quando o nível de consciência é elementar, o indivíduo só participa se obter resultado concreto-econômico. E, à medida que aumenta o nível de consciência política, reduz o sentimento

de busca de vantagem, obtenção de benefício, resposta econômico-financeira. Na visão de Gramsci, a decisão de participar é tomada pelo indivíduo, que, nos dois primeiros estágios de consciência, foca, fundamentalmente, benefícios e interesses pessoais.

Reconhecidas as ideias e explicações de cada abordagem teórica sobre a participação e a filiação em ações coletivas cabe, agora, apresentar, de forma sumária, os traços comuns das abordagens.

Um exame genérico da postulação de cada abordagem permite que se identifiquem os pontos comuns e divergentes. Como traço comum a todas, se aplica o entendimento sobre a ação social como atividade resultante da conjugação de esforços coletivos. Outra questão observada como traço comum é a que leva o indivíduo a buscar a ação coletiva, reconhecidos como interesses por uns e motivações por outros. Mas se percebe que, em todos os textos consultados, fica explícito o entendimento de desejos, necessidades. Acrescenta-se, ainda, como aspecto comum, a necessidade de gestão, identificada como fator necessário para organizar e viabilizar a ação coletiva. Na abordagem de Olson, a administração é bem realçada como fator preponderante para a realização de benefícios. No trabalho de Douglas, a atividade de coordenação tem papel estratégico para assegurar a força e a direção da cognição social sobre o grupo. No texto de Gramsci, a organização figura como categoria, através da qual se viabiliza a ação coletiva. Isto implica em dizer que a viabilidade dos empreendimentos tipificados como ação coletiva passa pela participação dos seus membros na organização e na gestão das atividades.

Observa-se que, embora Douglas externar posição contrária a visão de Olson sobre a coerção e incentivos

seletivos, as convenções, como instrumentos de legitimação grupal, também utilizam normas e regras que têm figuração assemelhada, na medida em que elas pautam e conduzem a vida das pessoas.

Quanto às diferenças táticas das explicações, salientam-se as constatações a seguir. Na visão de Olson, o poder de decidir sobre a filiação e a participação decorrem da dimensão do benefício a ser obtido. E o papel da instituição é oferecer benefício permanentemente. Na compreensão de Douglas, a decisão de participar, filiar, fica nas mãos da instituição. Daí, o crescimento individual só se efetiva através do agrupamento, dirigido pelo cognitivo social. No entendimento de Gramsci, a ação coletiva deve preparar o indivíduo para desenvolver o seu nível de consciência política. E, o poder de decisão de participar e de se filiar é do indivíduo.

4.2 Revelando os Indicadores de Participação em Cooperativa e Associação

O segundo capítulo desta pesquisa se destinou na busca de informações para revelar indicadores de participação. Então foram construídas sínteses de reflexões de autores, classificadas em três grupos: 1) teóricos liberais; 2) cientistas sociais que defendem a participação como prática social; e 3) operadores e militantes do cooperativismo. Complementarmente foram incorporadas ideias retiradas de Movimentos Sociais. Os resultados e constatações, extraídos das reflexões mencionadas, revelaram a visão de mundo e os propósitos desejados com a participação, em processo de formação de vontade coletiva.

a) A Participação na ótica dos liberais

Verificando os textos, onde se encontram consignadas as ideias dos teóricos liberais sobre a participação em atividade de natureza democrática, constatou-se a existência de proposições que emprestam significativas contribuições, ajudando a reconhecer o papel da participação.

Assim, independente das suas posições ideológicas, marcada pela veneração à individualidade, há proposições construídas por eles, com articulação estabelecida entre a teoria e a prática, em conexão com a vida concreta e em sintonia com as necessidades do cotidiano. Portanto, são indicações conectadas com a existência das pessoas, e que permitem explorar a sua essência para, através da contradição, buscar efeitos que ajudem a dar sentido e aplicabilidade à construção de uma sociedade mais justa. Assim sendo, neste caso, impõe-se um olhar dialético para, na essência, enxergar também os benefícios.

Nessa linha de compreensão, foi produzida uma síntese do pensamento liberal, buscando reunir os pontos de vista dos três representantes (Rousseau, Cole e Mill), de modo que as principais ideias e contribuições sobre a participação sejam evidenciadas a seguir.

Conforme foi revelado, os teóricos liberais idolatram a individualidade e têm como fio condutor das ideias o entendimento de que só é possível a participação coletiva a partir da participação individual. E explicam que é a somatória da participação individual que forma a participação coletiva, a qual cria as leis, toma as decisões, estabelece as regras, controla a vontade constante da sociedade (ROSSEAU, apud PATEMAN, 1992). Eles reconhecem a força e a importância da participação e a consideram como pilastra da sociedade democrática.

Assim, o reconhecimento da importância da participação leva os liberais a apresentarem proposições, destacando-as em condições de relevância nos seguintes papéis: político, educativo, social e econômico.

No âmbito do papel político, os liberais enaltecem a participação, distinguindo-a como instrumento de poder. Eles propagam e defendem que a participação qualifica o indivíduo para exercer a direção, ser o senhor e dono de si (autogovernar-se) e ter poder. Salientam que reforça a conquista de liberdade, assegura igualdade política, protege interesses privados e coletivos. Daí as recomendações: votar e ser votado, participar de reuniões, assembleias, eventos e correlatos.

No ângulo educativo, a participação tem relevância. Os ideólogos liberais reservam à participação o papel de preparar a sociedade para o exercício da democracia. Nessa condição, a participação deve ser ensinada, praticada, exercitada para que o indivíduo internalize e incorpore como hábito permanente a prática da participação. E a iniciação do aprendizado deve ocorrer a partir de ambiência local, para qualificar o indivíduo a intervir na ambiência onde se instalam os centros maiores de decisões da sociedade.

No campo social, o ideário liberal enfatiza o papel da participação como instrumento de integração e coesão social. É considerada como meio de prover alinhamento de interesses e intensificação das relações sociais.

Na órbita econômica, a participação é compreendida como instrumento que ajuda os homens no processo de cooperação para suprimento das suas necessidades. Ela é destacada, também, por ajudar a prover meios através da organização cooperativa que assegura: garantia de trabalho, estabilidade, segurança e elevação

da ética e moral, impactando positivamente a autoestima. Conforme Pateman (1992), Mill, refletindo sobre a questão, descreveu e referendou o papel e a utilidade da organização cooperativa.

A participação, na ótica liberal, transcende o papel de catalisadora e mediadora de relações sociais para atuar com a função de preparar os quadros e viabilizar a prática da democracia. Patemann (1992) afirma que a principal função da participação, na teoria da democracia, é a educativa, quer no aspecto psicológico, quanto na aquisição de habilidades (PATTEMAN, 1992).

Conclui-se aqui a síntese das contribuições dos liberais reafirmando que a participação, na visão dos seus ideólogos, constitui-se em instrumento estratégico em atividades de natureza democrática, de autogestão. Mas os reais propósitos dos teóricos era utilizar a participação para viabilizar a sociedade imaginada, denominada democrática. Isto quer dizer que a participação, para os liberais, tem uma motivação política e funciona como eixo configurado em uma matriz, que irradia e alimenta o sistema para prover o funcionamento da sociedade democrática.

b) A Participação como prática social – visão dos cientistas sociais

Foram examinadas as reflexões produzidas pelos autores Demo (1993), Dallari (1994) e Bordenave (1995), cujos trabalhos estão sintetizados no capítulo II deste livro. As leituras efetuadas permitiram retirar algumas contribuições para o delineamento de indicadores de participação.

A análise dos textos, no seu conjunto, passa a ideia de que os teóricos que defendem a participação, ancorada na política social, deslocam o foco da questão, desta

maneira, a participação passa a ser vista como mecanismo do processo de humanização. Enquanto que, na visão liberal, a participação é concebida como catalisador político, matriz para viabilização de um modelo de sociedade, a democracia liberal.

A impressão que os autores citados passam ao leitor é que a participação se constitui em uma ferramenta para realização de promoção e afirmação da pessoa humana. Em todos os textos, o indivíduo é transportado para o centro das discussões, na condição de sujeito, e as ações se destinam a atender as suas necessidades, desejos e aspirações. Portanto, a matriz central do pensamento dos teóricos dessa linha é a humanização, tendo a participação como mecanismo para o cumprimento das demandas.

Percebe-se, também, que, apesar do consenso no que tange à formação da matriz de pensamento, cada autor enxerga o processo da humanização por uma ótica diferente. Demo (1993) enfoca a participação como um instrumento da política social, com a função de intervir para reduzir as desigualdades sociais, combater a pobreza e propiciar acessos e meios para a emancipação. A participação é visualizada como mecanismo para transformações sociais, tendo como horizonte balizador a afirmação humana, ao lado dos propósitos desenhados para conquistas, através da participação. Ele chama a atenção para a falta de hábito de se participar e manter-se na acomodação e omissão. E explica: “[...] talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais fácil receber as coisas dos outros [...] é um projeto milenar viver às custas dos outros”(DEMO, 1993, p. 25).

Demo (1993) alerta e é enfático na crítica contra a perpetuação de pessoas em cargos e funções, afirmando que afeta e limita a participação. Demonstra que a

perpetuação é uma prática indesejável, pois desestimula a participação e provoca desmobilização; desencoraja o surgimento de lideranças; encobre erros; esconde mazelas. Ele advoga em favor da realização de rodízio de cargos e funções; estabelecimento de regras para rodízio e exercício do poder. Além disso, ele destaca o papel e a importância da frequência em assembleias, reuniões e correlatos.

Dallari (1994) parte do entendimento de que o homem é um animal político, social, que precisa viver com os outros. Logo, a participação é uma prerrogativa, compromisso de vida, configurando-se em um direito. A questão resvala para a sociedade civil e é ancorada no campo jurídico, servindo como escopo e base referencial. Daí, as recomendações: participar de reuniões, eventos, núcleos e correlatos.

Bordenave (1995) é o autor que empresta o conceito chave da palavra participação para balizar esta pesquisa, entendendo-a como fazer parte, tomar parte e ter parte. As proposições de Bordenave têm o escopo de referência centrado em bases cognitivas, transitando entre a Psicologia e a Sociologia. A participação, na sua visão, tem duas bases complementares: a efetiva e a instrumental. A efetiva se vincula a sentimentos e emoções, enquanto que a instrumental é nutrida por interesses pautados na utilidade.

Bordenave, ao categorizar e estratificar tipos de participação, realça o papel educativo para aprender a participar; recomenda a participação em eventos e sublinha a necessidade de comunicação e informação para estabelecer o diálogo, reforçar e aprofundar o relacionamento entre instituições e indivíduos.

c) A Participação na visão dos operadores e militantes do cooperativismo

Visitando os textos, onde se encontram as reflexões dos operadores e militantes de programas de cooperativas, percebe-se que a participação é aqui compreendida como base do processo de cooperação. Traduz-se como sentimento que estimula o imaginário dos principais autores consultados, revelados nos seus respectivos discursos (MÉLO, 1998; RECH, 2000). A participação, na visão desses operadores, tem como papel principal atuar como mecanismo para garantir a operacionalização da instituição, viabilizar os negócios e incrementar o cumprimento da missão cooperativista.

No exame dos trabalhos dos operadores e militantes, foram adotados os mesmos procedimentos usados com os outros autores consultados: abstraiu-se o alinhamento ideológico e colocou-se em relevo, como critério balizador, a competência, a qualidade da reflexão, maturidade e pertinência. Nessa linha de raciocínio, a partir das leituras realizadas, foram constatadas contribuições significativas, sendo algumas sintonizadas com o pensamento dos clássicos e outras, com a visão dos defensores da participação como prática social. Foi observado, também, que os operadores, por exercitarem a realidade concreta, têm a possibilidade de revelar o problema, fotografando e observando os fatos em perspectiva de movimento, em tempo e local determinados. A seguir, a análise simplificada dos textos selecionados.

Mélo (1998) assenta a sua proposta, partindo da compreensão de que os aspectos comportamentais definem a participação e moldam o desempenho da cooperativa. Na sua linha de entendimento, o individualismo decorre da falta de participação, sendo o trabalho educativo o mecanismo que pode reduzir a passividade e a

omissão dos associados. Apesar de Mélo só ter utilizado dois indicadores na identificação da participação, na sua dissertação de mestrado – realização de negócios (compra e venda) e frequência em reunião de assembleias –, ele fez várias menções reveladoras de participação, tais como: presença em reuniões informais e formais; conselhos e diretorias; implantação de boletim de informação; instalação de núcleo de cooperados; comitês e conselhos de representantes. O autor realça a importância do programa educativo e destaca o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES). Desta forma, ressalta o papel da instituição como prestadora de serviços e observa que o associado deve se integrar e utilizar, pois é a participação efetiva que vai justificar a existência de empreendimento. Enfim, na sua visão, a participação é que garante o cumprimento da missão da instituição.

Rech (2000) enfatiza a necessidade de criação de instância, para assegurar a participação permanente do corpo societário na cooperativa. Ele repudia comportamentos omissos de associados que não contribuem e só fazem críticas, o tipificado carona, na visão de Olson (1999). O autor destaca a necessidade de sistema de informação para dialogar com o associado; sugere a rotatividade nos cargos de direção e a emissão de regras para evitar que os grupos assumam o controle político e econômico da cooperativa. Ele destaca a importância de programas de estudos (papel educativo), como também recomenda: criação de núcleo de base; conselho de representante e frequência às reuniões. Enfim, as proposições de Rech emergem do sentimento que tem, como base, o entendimento da missão da cooperativa.

A contribuição intelectual da obra consultada de Nascimento (2000) se notabiliza pela riqueza de informações e

conhecimentos e, de forma especial, no âmbito da revelação de indicadores, pela introdução da variável participação, com peso, na matriz de avaliação da cooperativa. A iniciativa adotada abre perspectiva para dimensionar níveis de desempenho, pesos ou correlatos, o que vai contribuir para diálogos, debates sobre o que avaliar, com quais variáveis e indicadores, como e quando. Portanto, é uma contribuição relevante que ajuda ampliar o acervo de conhecimentos no campo da participação.

Além das providências mencionadas, a presente pesquisa foi enriquecida com as constatações diretas, levantamento empírico, trabalho de campo, realizado pelo autor deste estudo com os Movimentos Sociais. As sugestões e observações alargaram o conhecimento de atividades realizadas no campo, que nem sempre são apreendidas como indicadores de participação e engajamento, em processos de formação da vontade coletiva.

O conjunto das constatações teóricas, emanadas da revisão literária e acrescidas das observações, resultou nos indicadores de avaliação, elencados a seguir: participação em eleições (votar e ser votado), número de reuniões e eventos, frequência em reuniões, existência de processo de informação, operacionalização de trabalho educativo através do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), existência do núcleo de base, comportamento e conduta dos associados. Já os indicadores de participação resultantes de constatações empíricas foram: compras e vendas em comum; mutirão; consórcio e fidelização nos negócios, citados anteriormente.

Por outro lado, vale salientar que os indicadores aqui apresentados, certamente, não estão completos e, é provável, que existam outros que o modelo investigatório não foi capaz de apreender e captar, nesta oportunidade.

Como também se reafirma que os indicadores apresentados não retratam a realidade total do processo de engajamento entre o cooperado e sua instituição. Eles se revelam como resultados provisórios e a sua amplitude vai depender do instrumento teórico utilizado pelo pesquisador.

4.3 Resultados de pesquisas sobre a Participação

Os estudos apresentados relatando as pesquisas sobre a participação, em cooperativas e associações, constantes no capítulo III deste livro, totalizaram seis reflexões que foram reunidas de conformidade com a especificidade do empreendimento e as características do corpo sócio-tário, isto é, o público-alvo envolvido. Assim, as reflexões foram distribuídas em quatro grupos: a) empreendimentos agropecuários, público-alvo produtores rurais; b) empreendimentos de educação, público envolvido pais de alunos e docentes; c) empreendimentos populares, incubados da economia solidária e não incubados, público envolvido população de baixa renda; d) empreendimentos de crédito, público envolvido e a população em geral.

Com as pesquisas agregadas, na forma mencionada, realizou-se um olhar retrospectivo, de modo a identificar os procedimentos utilizados por cada autor, a metodologia adotada e os seus respectivos instrumentos. Isto possibilitou reconhecer a visão que balizou a investigação e o alinhamento teórico com as abordagens apresentadas (Olson – utilitarismo; Douglas – neoinstitucionalismo; Gramsci – dialética). Além disso, o olhar fitou, também, os resultados configurados nos principais achados das reflexões, comentados sucintamente a seguir.

A análise do conjunto dos trabalhos sobre participação mostrou que as pesquisas, na sua totalidade, foram construídas com base no paradigma do consenso, sendo que duas investigações gotejaram e fizeram confrontos comparativos entre a visão utilitarista de Olson (1999) e a neoinstitucionalista de Douglas (2007), conjuntamente. Conforme já citado, embora as duas visões sejam do mesmo paradigma (funcionalista), eles são conflitantes na explicação sobre a formação da vontade coletiva. Cabe citar, ainda, que o confronto dessas duas abordagens, na forma explicitada nos relatórios de pesquisas, foi realizado com fim específico de observar, no campo teórico empírico, como se comportavam as proposições propaladas e defendidas pelas respectivas abordagens.

Entre os estudos aqui apresentados, encontra-se o trabalho de Marucci, Oliveira e Fontes (2009), esboçado com aporte exclusivamente do instrumental teórico do utilitarismo (Olson). Os demais foram construídos com base nas premissas que emanam do paradigma do consenso sem, contudo, manter alinhamento orgânico com a visão do utilitarismo ou do neoinstitucionalismo.

Em relação aos principais achados das pesquisas em tela, observa-se que a participação, entendida como presença de associado nas reuniões, na maioria dos casos estudados, revelou-se como insatisfatória, com índice de frequência baixa, na forma exposta pelos pesquisadores. Nos empreendimentos agropecuários, embora Souza (2011) tenha constatado participação satisfatória dos produtores da agricultura familiar, todavia, Mélo (1998) encontrou nível indesejável entre produtores de todos os extratos, com participação situando-se entre 16,6% e 17,3%, situação que levou o pesquisador a declarar: “[...] são pouco participativos. A presença, nas assembleias gerais é baixíssima [...]” (MÉLO, 1998, p. 72-80).

Nas cooperativas de educação, Santos (2002) constatou que, nos empreendimentos de propriedade exclusiva dos docentes, a participação era satisfatória, mas, nas cooperativas dos pais e nas mistas (pais e professores), a participação situava-se abaixo da eficiência mínima, portanto em nível insatisfatório. Nas cooperativas populares incubadas e não incubadas, concebidas na visão da Economia Solidária, a participação dos associados externou, também, resultado insatisfatório, quer na pesquisa de Ribeiro (2004), quer na de Alcântara (2009). Resultado semelhante foi encontrado nas cooperativas de crédito, as quais evidenciaram que a participação efetiva dos associados às assembleias era da ordem de 10,3%, o que levou os pesquisadores a fazerem a seguinte declaração: “[...] podemos afirmar que a participação efetiva dos associados é baixa, conforme responderam as cooperativas [...]” (MARUCCI; OLIVIERA; FONTES, 2009 p. 97-98).

Assim, no que tange à participação do associado em reuniões os dados sinalizam e tendem a confirmar a visão de Demo (2003, p. 25), o qual afirma que “[...] talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros”.

No que se refere à falta de participação dos associados nas reuniões, Marucci, Oliveira e Fontes (2009) inseriram essa questão na investigação e obtiveram as seguintes respostas: individualidade, falta de motivação, fatores pessoais e outros. Da mesma forma, pesquisaram o que motivava os associados a participarem de reuniões (assembleias) e as respostas, na sua maioria, foram: comunicação de rateio de sobras, aprovação de contas e eleições com chapas concorrentes. Os resultados sugerem que a presença do associado acontece em função da busca de vantagens e benefícios, o que caracteriza a condição do

indivíduo no primeiro estágio, o econômico elementar, na forma manifestada por Gramsci (1978), ou, simplesmente, no alinhamento pleno da teoria de Olson (1999), caracterizando interesse ou utilidade.

Quanto aos motivos que levaram os indivíduos a fazerem filiação aos empreendimentos, esta questão foi examinada em apenas uma pesquisa, empreendida por Souza (2011), que apontou as seguintes causas: em primeiro lugar, necessidades e desejos, prevalecendo interesses econômicos; em segundo lugar, questões de afetividade, influência, prestígio e *status*. As constatações contemplaram todas as três abordagens, reafirmando com destaque a posição utilitarista, sem, contudo negar as proposições de Douglas e de Gramsci. Souza (2011) investigou, também, se as pessoas buscavam instruções ou orientações sobre as grandes decisões de suas vidas, e a maioria dos pesquisados respondeu que não. Entretanto, 47,4% dos consultados declararam que, em alguns momentos, recorreram às instituições em busca de orientação para tomar decisões sobre questões econômicas. Portanto, este resultado contesta a proposição de Douglas, mas sinaliza pertinência parcial.

As pesquisas revelaram também: a existência de associados com comportamentos tipificados como egoístas, o carona na forma concebida por Olson (1999); e a adoção de procedimentos de coerção e uso de incentivos seletivos como mecanismos para incrementar a participação. Em suma, as proposições das abordagens, que foram examinadas, confirmaram-se, empiricamente, de forma parcial ou total. Mas se reitera que os resultados são provisórios e não se atribui superioridade e pertinência exclusiva a qualquer uma das abordagens teóricas: utilitarista, neoinstitucional e a marxista dialético.

Apesar de todas as pesquisas examinadas, sobre participação, serem de visão funcional, isso não credencia afirmar que representa alinhamento ideológico dos seus autores. Pois, como já foi comentado, alguns trabalhos buscavam confrontar as abordagens para examinar a sua aplicabilidade no campo empírico, a exemplo das pesquisas de Alcântara (2009) e Souza (2011).

4.4 Constatações Conclusivas

Frigotto (2012) afirma que Marx e Engels recomendam que não se deva deixar de examinar uma ideia, estudo ou teoria por questão de preconceito ou ideologia, desde que o trabalho seja elemento constitutivo de uma realidade emanada da práxis. Frigotto (2012, p. 78) esclarece:

A opção do encaminhamento que estou dando ao texto busca no legado de Marx a compreensão de que não é a consciência, a teoria e a linguagem que criam a realidade [...]. Daí que para Marx e Engels nenhuma ideia, preconceito, ideologia ou teoria deve deixar de ser examinada, já que todas elas se constituem em elementos constitutivos da realidade e parte de determinadas práxis (alienada ou críticas).

Extrai-se desta recomendação, de Marx e Engels, o entendimento de que todas as abordagens, pesquisas e estudos cujos produtos decorram de relação teórica empírica, consubstanciada na práxis, devem ser observados, apreciados e examinados. Essa constatação permite que se transportem as preocupações e problemas, que

emergiram das análises das abordagens explicativas do processo de formação da vontade coletiva, neste trabalho, para o campo de interdisciplinaridade no propósito de poder observar as contribuições de cada uma, visualizando a questão, despido de preconceito, para colher proposições e ferramentas que ajudem a viabilizar caminhos para a construção de uma sociedade pautada na cooperação e solidariedade.

Nessa linha de compreensão, invoca-se o pensamento de Frigotto (2012), o qual afirma que a interdisciplinaridade não é método e nem técnica didática. Ele sustenta que a interdisciplinaridade se impõe como uma necessidade e como um problema fundamental no plano histórico, cultural e epistemológico. E salienta que a necessidade da interdisciplinaridade, na produção e socialização do conhecimento, não é resultado de decisão unilateral, mesmo que racional ou abstrata, mas decorre de fatores históricos, cujas determinações materiais e culturais ensejam a forma do homem estabelecer relações com outros homens, “[...] produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (FRIGOTTO, 2012, p. 142).

O autor apoia-se em Konder (1992), o qual defende que, mesmo sem fazer concessões ao ecletismo, pode-se “[...] dialogar criticamente com análises que se fundam em outras concepções de realidade” (FRIGOTTO, 2012, p. 155). E acrescenta que, quando se busca a verdade e o progresso da ciência, demonstra ser adequada a utilização de pontos de vistas de abordagens adversárias, ainda que em fase transitória ou parcial.

Frigotto acrescenta, conforme já mencionado, que é condição prévia para realização de pesquisas e estudos em caráter interdisciplinar, a apresentação clara das

concepções teóricas, os pressupostos e as categorias de análise examinadas de forma criticamente, em contexto de totalidade.

Neste sentido, visualiza-se a interdisciplinaridade como mecanismo capaz de fitar o problema real e concreto sob duas dimensões: 1) ontológica; e 2) epistemológica. Na ontológica, permite-se compreender a forma pela qual os seres humanos estabelecem as relações sociais de produção; e a epistemológica se expressa no campo teórico empírico, manifestada na práxis, analisada em perspectiva de totalidade.

Embasando-se nas ideias de Frigotto (2012), pretende-se refletir os resultados e as conclusões das abordagens que explicam o processo de formação da vontade coletiva, examinando-as à luz da interdisciplinaridade. A convicção da sua pertinência leva o autor deste trabalho a abstrair-se do preconceito de natureza ideológica e realizar as seguintes indagações às abordagens estudadas: como a visão econômica pode contribuir para aperfeiçoar os procedimentos de modo a fortalecer a construção de uma sociedade pautada na cooperação? Quais as contribuições que a abordagem sociológica pode emprestar ao associativismo, favorecendo a consolidação da cooperação? O que se pode extrair do ideário filosófico marxista, em termos de concepção, orientação e procedimentos, para nortear a formação de uma sociedade onde as pessoas tenham a cooperação e a solidariedade como prática de vida? Portanto, é com os propósitos mencionados que se deseja refletir sobre as revelações das abordagens, na forma a seguir.

Assim, pretende-se, nesta seção, fazer uma breve discussão sobre as principais questões que emergiram da investigação, as quais impõem um olhar diferenciado de

modo a observá-las sob a ótica da interdisciplinaridade, para retirar indicações que permitam: balizar a trajetória da ação cooperativista, sinalizar caminhos, pavimentar estradas e iluminar a caminhada na direção do alcance da sociedade desejada. Nessa linha, as abordagens serão revisitadas, buscando-se apreender as suas principais contribuições.

Conforme já foi mencionado, todas as abordagens que explicam o processo de formação da vontade coletiva, aqui apresentadas, oferecem contribuições significativas para trabalhar e operar ações de cooperativismo e associativismo, independente dos seus alinhamentos ideológicos. Entretanto todas elas são incompletas, têm imprecisões e exibem limitações na concepção ou na sua operacionalidade. Isto impede que os operadores utilizem essas abordagens em perspectiva ortodoxa, isto é, em fiel cumprimento à forma explicada pelo autor da teoria.

Por outro lado, a serventia das contribuições é inquestionável e fica claramente externada, quando se examina a pertinência das propostas e se observa a operacionalidade e conexões, que elas estabelecem entre a teoria e a prática. Portanto, torna-se imperativo reexaminar as abordagens e buscar as revelações que podem alargar a base e acervo de conhecimentos no campo da cooperação.

Revedo a abordagem utilitarista defendida por Olson (1999), percebe-se que apesar dos seus propósitos serem ancorados na individualidade, os operadores e militantes do associativismo não podem negar o mérito das proposições, no âmbito operacional, as quais ampliam o acervo e ajudam, de sobremaneira, a viabilizar o trabalho. As suas contribuições proporcionam, ao operador,

um novo olhar na construção do estatuto ou regimento, ensejando a necessidade de se discutir e refletir sobre: o número de associados ou tamanhos do empreendimento; regras para admissão de associados; definição de procedimentos para coibir comportamentos desviantes e premiar e incentivar a participação dos cooperados. As indicações de Olson proporcionam reflexões e sugerem bases que vão desde a construção de agendas de reuniões até estratégias para assegurar benefícios permanentes. Todas estas proposições são positivas? São. O que tem de limitante é o propósito subjacente, pautado na individualidade. Se for mantida a lógica do autor serão formadas massas ou contingentes de pessoas cooperadoras, mas serão indivíduos que entenderão a cooperação no sentido de troca, e a decisão ficará restrita ao atendimento dos seus interesses, desejos ou necessidades. Enfim, a abordagem tem méritos, mas, em percepção de tempo, de médio e longo prazo, ela conformará uma sociedade onde a cooperação e a solidariedade serão exercitadas, pautadas em trocas. Porém nada impede que as suas ferramentas sejam trabalhadas em perspectiva de visão coletiva, para a construção do bem comum.

Examinando a abordagem neoinstitucional, na visão de Douglas (2007), constata-se que o propósito central subjacente, conforme os críticos, chega até a ser alienante, por tornar as pessoas reféns do cognitivo social e advogar em favor da dependência, configurada na renúncia do indivíduo de se autogovernar, transferindo para a instituição o poder de decidir sobre a sua vida (BERGER; LUCKMANN, 2000; ALCÂNTARA, 2003).

Mas, apesar das limitações, não se pode ignorar as significativas contribuições que a abordagem de Douglas

oferece ao acervo de conhecimentos e ao trabalho associativista. É imperativo reconhecer os avanços dessa teoria ao revelar com mais clareza e lógica, do que as outras abordagens, como as pessoas se aglutinam em torno de interesses para formar a vontade coletiva, como acontece a harmonização para a realização da cooperação e solidariedade. É notória a contribuição, quando indica as pilastras de sustentação, distinguindo: a confiança; a lealdade e a sacralidade, como fatores que alimentam e sustentam a cooperação e a solidariedade. A abordagem neoinstitucional abre fronteiras para avançar no entendimento da cooperação. Ao colocar o cognitivo social como centro do processo, remete a discussão para outros campos. E, ao postular que a instituição classifica e cria identidade, abre cenários e aponta novas atribuições que fortalecem o envolvimento e a integração do corpo societário, isto é, dos associados entre si e também do empreendimento.

Assim, a abordagem de Douglas, apesar das limitações apontadas pelos críticos do ponto de vista da concepção (aprisionamento do indivíduo ao cognitivo social), no bojo da sua essência, tem proposições relevantes que podem ser utilizadas por outras abordagens, retirando o caráter da dependência. São proposições articuladas teoricamente, conectadas com as realidades que possibilitam ampliar o trabalho e ressignificar a prática do associativismo.

Quanto à abordagem filosófica, tributária do ideário marxista, formulada por Gramsci (1978), observa-se que a exemplo das outras, ela também tem limitações. Mesmo abstraindo da questão ideológica, a sua fragilidade é realçada pelo fato de que ela foi construída para explicar o processo de formação da vontade coletiva, no

âmbito da organização política, partidária. Daí as suas contribuições para o associativismo e cooperativismo serem menores em relação às outras já apresentadas.

Contudo, se a abordagem de Gramsci oferece um número menor de ferramentas para operacionalidade, por outro lado ela tem méritos que se diferenciam das outras, especialmente no campo da concepção; na sua essência, ela se coaduna com os reais propósitos do associativismo e da solidariedade. A proposição central de Gramsci descortina um novo horizonte para quem deseja e acalenta o sonho de construir uma sociedade, pautada na solidariedade. Gramsci mostra que é possível conduzir as pessoas para o terceiro estágio da formação coletiva e, mediante a compreensão e conscientização, viabilizar uma sociedade onde a cooperação, pautada na troca e no interesse, dê lugar para a cooperação desinteressada, ancorada no serviço coletivo e bem comum.

A proposição de Gramsci aponta para a construção de uma sociedade, onde as pessoas são movidas por sentimentos, pautados em valores que têm o bem comum como horizonte, ensejando um novo modelo de sociedade. Enfim, um novo desenho de mundo, com alterações nas relações de poder, regido pelo homem consciente, comprometido com o bem coletivo. Isto fica mais claro quando se observa a descrição de Gramsci sobre o terceiro estágio de processo de formação da vontade coletiva. Para ele, é

Um terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de que os próprios interesses corporativos, do grupo meramente econômico podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados [...] (GRAMSCI, 1978, p.192-193).

Identifica-se, ainda, com o mérito da abordagem, realizada por Gramsci, o fato de conceber a formação da vontade coletiva em três momentos, nos quais as pessoas se distribuem. E, ao explicitar que, nos dois primeiros, os indivíduos se filiam à ação coletiva em busca de interesses e benefícios no campo econômico, ele reconhece e externa que o indivíduo é produto do meio, e as suas atitudes emanam do imaginário, o qual exprime o modo de vida e o pensamento hegemônico da sociedade em que está inserido. Ele interpreta, portanto, o pensamento de Marx e Engels quando dizem que: “As ideias das classes dominantes são, em todas as épocas as ideias dominantes” (MARX; ENGLÉS, apud FRIGOTTO, 2012, p. 148).

Assim, a proposição de Gramsci não representa alinhamento ao paradigma da utilidade ou defesa da individualidade. O que ele externa é o reconhecimento da vida real dos indivíduos no mundo concreto, onde as pessoas travam relações e objetivam a sua vida material, existencial. Não importa que outras abordagens tenham a mesma leitura da realidade sobre as atitudes das pessoas: o que leva a efetuar a filiação em ação coletiva. O que deve prevalecer e referenciar são as ações associativistas realmente desenvolvidas. No mundo real, marcado por conflitos onde, historicamente, os sentimentos se voltam em busca de benefícios e acumulação de bens, são esses valores, porque estão instalados no imaginário da população. Não adianta pensar que todo mundo é bonzinho, cooperador e solidário. A realidade mostra que a maioria da população ainda é movida por interesses e busca benefícios, fruto das determinações históricas que conformaram esse tipo de comportamento.

Assim, no contexto geral, há pessoas, a maioria, com disposição e potencial para cooperar mediante

troca ou compensação. Existe, também, um percentual menor de indivíduos que não se dispõem a cooperar, mas quer ter o benefício; é o egoísta que busca se aproveitar do trabalho dos outros e objetiva levar vantagens. Simultaneamente, há, também, pessoas com comportamento altruísta, conforme cita Douglas, como também Gramsci, pessoas com nível de conscientização elevado, terceiro estágio, portadoras de atitudes que promovem o bem comum, favorecendo o usufruto dos bens da sociedade de modo amplo e irrestrito.

Assim, na visão do autor deste trabalho, a realidade atual, o mundo concreto em que se vive, está tratada no quadro desenhado e transmitido pelas abordagens. Daí, se se pretende construir uma sociedade pautada na cooperação e solidariedade, não dá para ignorar a situação ou abstrair-se da recomendação de Marx (preconceito para examinar estudos). A compreensão da realidade sugere que a interdisciplinaridade, com visão de totalidade, emerge como alternativa capaz de ajudar a desenhar proposta para a condução das ações associativistas e alcance da sociedade desejada. E, especialmente, para as pessoas que adotaram a cooperação e o associativismo como trincheira de lutas e batalhas, em favor da construção de um mundo melhor, a interdisciplinaridade se apresenta como recurso para: fazer convergências, mediar estudos e apontar ferramentas, na implementação de esforços, para o aperfeiçoamento do processo de formação da vontade coletiva.



REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. Institucionalismo, Racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: HECKERT, Sônia Maria Rocha (org.). **Cooperativismo popular**: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

_____. Rede de Economia Solidária: estrutura do modelo organizacional e a sua relação com as instituições sociais. In: HECKERT, Sônia Maria Rocha (org.). **Cooperativismo popular**: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

AGUDO, J. Dias. **Cooperativas de consumo**. Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 1980.

BRASIL. Lei n.º 005.764 de 1971. **Política Nacional de Cooperativismo e o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas**. Salvador: Escola de Administração: Universidade Federal da Bahia, 2004.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BERGONSI, Sandra Suely Soares ; LACERDA, Gustavo Biscaia de (org.). **Cooperativismo, economia e inclusão social: métodos e abordagens.** Curitiba : PROEC, 2007.

BIRCHALL, Johnston; SIMMONS, Richard Whot . Motivates members to participate in cooperative and mutual businesses? **Annals of Public & Cooperative Economics**, v. 75, n.3, p. 465- 495, Sept. 2004.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense,1995: Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.

CLAVATTA, Maria (org). **Gaudêncio Frigotto.** Um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates. Rio de Janeiro: Editora Autêntica. 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALLARI, Mônica. **Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque de Ibirapuera.** Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2012.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam.** Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007.

DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**: étude sur l'organisation des sociétés supérieures. Paris: Alcan, 1983.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Editora Moraes LTDA 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. São Paulo: Cortez, 1984.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Obras Escolhidas**. Tradução Manoel Cruz. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 5. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 4. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARDIN, Russell. **Collective Action**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

_____. Rede de economia solidária: estrutura do modelo organizacional e a sua relação com as instituições sociais. In: Heckert, ROCHA, Sônia Maria (org.). **Cooperativismo popular**: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. O pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (org.). **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégia de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **Cooperativismo contemporâneo**. Caminho para sustentabilidade. Brasília, DF: Ed. Confedbras, 2012.

MARUCCI, José Carlos; OLIVEIRA, Mauro José de; FONTES, Joaquim Rubens Filho. Participação e Representatividade. In: VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira (coord. geral). **Governança cooperativa**. Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília, DF: BCB, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. v. 1.

MÉLO, Wilson Pontes. **Educação Cooperativista – Influência no Comportamento dos Cooperados**. Ilhéus, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – Convênio UFBA/UESC, 1998.

NASCIMENTO, Fernando Rios. **Cooperativismo como alternativa de mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). **Relatório 2013**. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. **Relatório 2014**. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em: 25 set. 2014.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução Luis Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

QUINE, W. V. **From a logical point of view**. New York: Harper & Rom, 1961.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DPCA, 2000.

RIBEIRO, Rozilton Sales. **Estudos das Cooperativas Incubadas do Estado da Bahia: o caso ITCP/ UNEB.** 2004. Dissertação (Mestrado em Administração)– Universidade Federal da Bahia, Salvador; Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre economia política e Do contrato social.** Tradução Maria Constança Peres Pissara. Petrópolis: Vozes, 1995. (Clássicos do Pensamento Político, 15.)

_____. **Do contrato social.** Petrópolis: Vozes, 1996

SANTOS, Gean Luiz Carneiro. **A participação no âmbito das associações localizadas no município de Wenceslau Guimarães – BA.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia)– Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2012.

SANTOS, Raimundo Bonfim dos. **A escola cooperativa no Estado da Bahia.** 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) **Panorama do cooperativismo brasileiro, 2011.** Relatório da Gerência de Monitoramento. Brasília, DF, 2011.

SINGER, Paul. Economia solidária. Geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Revista Proposta**, n.72, p. 6-13, mar.-maio 1997.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Persen Abramo, 2002.

_____. O desafio de criar cadeias solidárias. In: MELO, Cleiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato. **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local.** A contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publiser Brasil: FBB, 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. v. 1.

SOUZA, Marcos Andrade de. **O desafio da participação na dinâmica dos empreendimentos cooperativos na Bahia:** o caso das associações envolvidas no programa nacional de produção de biocombustível. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

TREIN, Franklin. **Dialética.** 1984. Mimeografado.

_____. **A relação Marx – Hegel.** Um desafio permanente. 1984. Mimeografado.



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA



Este livro coloca em discussão a temática participação a qual se configura como a pedra angular do processo de formação da vontade coletiva. A sua leitura se torna obrigatória para todas as pessoas vinculadas a empreendimentos como: cooperativa, associação, sindicato, condomínio, partido político, movimentos sociais, religiosos e outros. Estão apresentadas as abordagens teóricas que tratam da ação social, focando a participação, no ângulo da Economia, Sociologia e Filosofia. Elas explicam o porquê das pessoas se filiarem às associações e cooperativas e os aspectos que influenciam na participação. Aponta os indicadores de participação em cooperativas e associações e mostra resultados de pesquisas. Conclui mostrando a importância da ação coletiva e da participação como mecanismo para reduzir as desigualdades sociais e construir um mundo mais humano, fraterno e solidário.

